



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Economia

JOÃO PHILLIP TILOPA BARBOSA DE OLIVEIRA NEUEN

**Uma forma de interdisciplinaridade entre
Economia e Antropologia: bases empíricas
qualitativas para uma visão ampliada do mercado
financeiro**

Brasília – DF

Julho 2017

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora Professora Dra. Adriana Moreira Amado pela oportunidade e pela paciência, conselho e liberdade proporcionada durante a escrita desta monografia de conclusão de curso. Em seguida agradeço aos meus pais por terem me feito nascer neste mundo, cheio de conflitos, mas também repleto de potencialidades. À minha mãe, que me deu abrigo e coragem pra viver e, ainda hoje, me ensina o valor da perseverança e ao meu pai, por ter me dado uma outra língua, um outro país, uma outra visão do mundo, e que me mostra o quanto é necessário ser eu mesmo, com sinceridade. Agradeço aos meus amigos pelas conversas motivadoras, pelos incentivos ao estudo, mesmo quando nada parecia valer a pena. Entre eles, agradeço especificamente ao Rafael, pelas longas conversas filosóficas e pelas grandes teorias de boteco, que sempre me motivaram a pensar melhor nas coisas. Agradeço à Luiza e ao Diego, por terem me acolhido em uma época difícil, compartilhando sonhos e aventuras acadêmicas. Ao Daniel, por boas influências musicais e uma tatuagem. À Suzana, por ter me mostrado que é preciso ser “foda” em tudo que se escolhe fazer. Ao Adrian, que é o meu companheiro de “você não tem cara de quem faz tal curso”. Ao Pedro pelos doces maravilhosos. À Ana, companheira de festas loucas, de tristeza e de algumas matérias da Antropologia. À Alice e à sua casa, cenário de experimentos culinários, de festas e de horas de estudo. Agradeço, sobretudo, à Sarah, minha companheira em quase tudo atualmente, pela paciência e pelas risadas, e por estarmos aprendendo juntos como ser adulto. Por fim, agradeço a mim mesmo por não ter desistido.

Resumo

A presente monografia tem como objetivo discutir a necessidade e a possibilidade de interdisciplinaridade entre Economia e Antropologia, no que tange o estudo do mercado financeiro. Devido à crescente complexidade da sociedade ocidental e à dificuldade em responder a questões no limite entre as ciências por parte das ciências especializadas, a interdisciplinaridade se apresenta como uma possível resposta à complexidade do mundo. Além disso, o mercado financeiro, instituição marcada pela dificuldade e indeterminação, com sua importância também crescente no mundo contemporâneo, é um campo controverso em Economia. Já que ele tem se tornado objeto de pesquisas etnográficas de forma cada vez mais frequente, existe a possibilidade de que a controvérsia a seu respeito seja levada a novos patamares pela introdução de análises empíricas qualitativas por parte da Antropologia.

Palavras-chave: interdisciplinaridade; mercado financeiro; economia; antropologia.

Abstract

The following undergraduate thesis aims to discuss the need and possibility of interdisciplinarity between economics and anthropology, concerning the study of financial markets. Due to the growing complexity of western society and the difficulty of specialized science in answering questions at the frontier between sciences, interdisciplinarity presents itself as a possible response to the complexity of the world. Besides, the financial market, an institution marked by difficulty and indeterminacy, with its also growing importance in the contemporary world, is a field of controversy in economics. Because it has become an object of evermore frequent ethnographic research, there is a possibility that the controversy concerning it may be brought to new levels through qualitative empirical analysis on behalf of anthropology.

Key words: interdisciplinarity; financial market; economics; anthropology.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Introdução.....	1
CAPÍTULO I: Visões do mercado financeiro	5
I – A teoria dos mercados eficientes.....	6
II – As finanças comportamentais.....	11
III – A visão heterodoxa do mercado financeiro.....	16
III.1 – Heterodoxia marxista	17
III.2 – Heterodoxia keynesiana e pós-keynesiana	24
IV – A Antropologia e a particularidade	37
V – Conclusão do primeiro capítulo.....	55
CAPÍTULO II: A interdisciplinaridade entre Economia e Antropologia.....	58
I – Kuhn e o paradigma	59
II – Uma alternativa: a macroanálise da regulação.....	65
III – A interdisciplinaridade como solução frente à complexidade	76
III.1 – A interdisciplinaridade entre a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade rumo à complexidade.....	76
III.2 – Por que o mercado financeiro é um fenômeno complexo?.....	79
IV – Os paradigmas econômicos frente à Antropologia	80
IV.1 – A teoria dos mercados eficientes.....	81
IV.2 – As finanças comportamentais.....	83
IV.3 – A economia marxista	84
IV.4 – A economia pós-keynesiana.....	86

V – A importância da crise e uma rápida conclusão do capítulo II	88
CAPÍTULO III: Uma tentativa de convergência interdisciplinar: a compreensão da crise de 2008 ampliada pela teoria minskyana e a investigação antropológica	89
I – <i>Hedges</i> , especuladores e <i>ponzis</i> em outros lugares e outros momentos	91
II – Fatores sociais que contribuem para a instabilidade	94
III – A passagem silenciosa da predominância de <i>hedges</i> para a de especuladores e a construção social da crise de 2008	96
III.1 – A revolução do <i>shareholder value</i>	97
III.2 – A instabilidade nos bancos de investimento	100
III.3 – Quem, afinal, são os <i>ponzis</i> ?	103
IV – Inovação financeira e globalização	104
IV.1 – Desenvolvimento e reciclagem de instrumentos financeiros	104
IV.2 – Instituições globais e distribuição global do risco	105
V – Crise como quebra de paradigma	105
Conclusão.....	108
Referências bibliográficas.....	112

Introdução

O trabalho que se segue foi inspirado por um conflito disciplinar vivenciado durante a graduação em Economia na Universidade de Brasília (UnB). Depois dos primeiros semestres esclareceram-se algumas posições da Economia *mainstream* em relação às outras ciências sociais. Era comum enaltecer o estatuto da matemática e, conseqüentemente, a Economia como a ciência social mais rigorosa, já que foi a única a dominá-la. A matemática como linguagem “exata” parecia conferir uma superioridade científica à Economia em relação a outras ciências sociais. Mesmo algumas matérias mais humildes tinham o hábito de relegar fatores “extraeconômicos” à explicação “inexata” de outras ciências sociais, reforçando o entendimento de que o que realmente importava ali, ou seja, o que era importante para o funcionamento dos modelos, era somente aquilo que pudesse ser captado e/ou quantificado por eles, isto é, fatores propriamente econômicos.

Quando, a partir do quinto semestre, me voltei em curiosidade para as outras ciências sociais caí nas graças da Antropologia¹. Revelou-se a mim um novo olhar sobre as ciências sociais, desta vez oposto àquele fornecido pela Economia, que a partir do ponto de vista antropológico é classificada como reducionista, eurocêntrica e imperialista, além de responsável por invisibilizar opressões por meio da visão homogênea das relações sociais adotada pelo *mainstream* neoclássico. Em Antropologia econômica, conceitos econômicos ocidentais são vistos como prejudiciais ao etnógrafo, já que seriam incompatíveis com certas sociedades “não-mercantis”, possuindo nenhum poder explicativo sobre suas relações econômicas. Quebrou-se para mim a identidade entre economia e mercado.

O que me chamou a atenção neste conflito, na medida em que fui desenvolvendo minhas próprias ideias, foi o fato de que, por parte da Antropologia, grande parte da heterodoxia econômica, com exceção do

¹ Apesar de ter gostado muito da disciplina, posso afirmar que ela também gostou muito de mim e resolveu não me largar mais. É possível afirmar que a Antropologia tornou evidente muitas coisas que antes havia naturalizado, transformando-se numa nova forma de pensar.

pensamento de Marx, era desconhecida. Pelo lado da Economia, não se tinha conhecimento a respeito dos trabalhos realizados sobre os complicados sistemas de trocas rituais nas ilhas Trobriand (Bronislaw Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922) e sobre a relação econômica de grande complexidade caracterizada pela dádiva (Marcel Mauss em *Ensaio sobre a Dádiva*, publicado pela primeira vez em 1925). Neste sentido, os discursos mencionados nos dois parágrafos anteriores careciam de fundamentação, já que não havia interesse na compreensão mútua, caracterizando um impasse ideológico, que há muito havia sido uma separação entre disciplinas provocada por uma revolução científica (Kuhn, 1998), um desentendimento metodológico e conceitual ocorrido no seio das humanidades, além de uma reorganização entre áreas amplas de pesquisa.

Em face à necessidade de produzir um trabalho acadêmico para a conclusão do curso e a obtenção do título de bacharel, fui incentivado pela minha atual orientadora a buscar um tema na intersecção entre essas duas áreas do conhecimento a respeito da sociedade. O mercado financeiro como objeto de pesquisa só se tornou evidente um ano e meio depois, já que a intersecção poderia ter se dado em qualquer outro assunto, como as funções do escambo na sociedade ocidental e o seu emprego em ambientes marcados pela falta de liquidez (Hart, 2005), assim como o estudo de mercados de objetos tradicionais, onde as lógicas de troca se interseccionam. No entanto, optei pelo mercado financeiro, especificamente a bolsa de valores, por um lado, com o objetivo de contrapor o estereótipo exótico do objeto de pesquisa antropológico, por outro, pela importância crescente da financeirização da economia (Chick, 1994; Mollo, 2011) e da autonomia relativa desta em relação ao social (Müller, 2006). A importância da crise e da instabilidade é marcante neste trabalho, permitindo classificá-lo como heterodoxo.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é mostrar a possibilidade de convergência interdisciplinar entre Economia e Antropologia quando se trata do mercado financeiro, um campo de estudos tradicionalmente econômicos, mas cada vez mais ocupado por antropólogos (Miyazaki, 2013a). Para tanto, desconstruí tendências hegemônicas da Ciência Econômica, com o argumento de que novos microfundamentos (macrofundamentados) são necessários como

alternativa à microeconomia neoclássica, de abordagem lógico-dedutiva (Bresser-Pereira & Lima, 1996). Destitui certas práticas antropológicas, como a desconsideração das teorias econômicas como ferramentas de análise, através do argumento de que estas teorias foram de fato elaboradas pela observação da sociedade ocidental, a sociedade estudada em questão. Além disso, é questionado o estabelecimento de uma ética não-colonizadora, que por parte da Antropologia tenta dar voz aos sujeitos ao diminuir a voz do/a pesquisador/a. Como afirma Ho (2009), esta abordagem se torna desnecessária, além de subserviente e a-crítica no contexto do estudo de instituições de poder como o mercado financeiro. Uma atitude de dar voz ao sujeito da pesquisa, minimizando a voz do/a pesquisador/a, neste contexto, apenas serviria para confirmar o privilégio econômica/social daquele.

A fim de mostrar as divergências acadêmicas por trás da discussão a respeito do mercado financeiro, entre as diversas abordagens econômicas, serão apresentados, no primeiro capítulo, quatro paradigmas com visões contrastantes a respeito deste objeto. De um ponto de vista individualista, estão a teoria dos mercados eficientes e as finanças comportamentais, cuja divergência pode ser resumida em termos da racionalidade que cada uma enxerga nos agentes econômicos. Partindo de uma tradição mais holista, temos as escolas heterodoxas marxista e pós-keynesiana, que abordam o mercado financeiro em conexão com o ciclo de negócios, enfatizando a instabilidade decorrente desta relação (Evans, 2004). Todavia, discordam na forma como formulam a racionalidade e o contexto social na qual esta opera.

No segundo capítulo, será apresentada a problemática associada ao conceito de paradigma em Kuhn (1998), na *Estrutura das Revoluções Científicas* e nos seus escritos posteriores (Dal Magro, 2013), que envolve o problema da evolução da ciência, da incomensurabilidade dos paradigmas e da escolha de paradigmas científicos. À luz da filosofia da ciência de Kuhn será discutido como a expansão da ciência, na forma da criação de cada vez mais paradigmas, revela o problema da complexidade, que se faz sentir cada vez mais na nossa própria sociedade, devido à incorporação da ciência ao senso comum (Velho, 2010). Juntamente com a ciência, o senso comum também incorpora a sua amplitude e ambiguidade característica dela, decorrente da

multiplicação de paradigmas e disciplinas. Neste sentido, são propostas também abordagens capazes de lidar com esta questão, entre elas a interdisciplinaridade (Garcia Júnior & Verdi, 2015), que pretende transpor a limitação imposta pela disciplinaridade. Assim, inicia-se uma investigação a respeito das possibilidades de interdisciplinaridade entre Economia e Antropologia.

Por fim, no capítulo III tenta-se aprofundar a relação interdisciplinar por meio de uma discussão antropológica da hipótese de fragilidade financeira de Minsky, no sentido de conceder-lhe microfundamentos sociais empiricamente observados. Em outro sentido, o que é exposto no terceiro capítulo pode ser interpretado como uma busca por sentido econômico nos resultados antropológicos, fruto de estudos sobre o mercado financeiro realizados por meio da observação participante e entrevistas informais, capazes de alcançar a subjetividade dos indivíduos (Tuckett, 2012). Este sentido econômico é aquele informado pela teoria minskyana, construindo-se uma relação de reciprocidade entre ela e a Antropologia.

Assim, este trabalho pretende provocar um pensamento crítico, tanto sobre a autonomia da economia em relação ao social, sobre o estatuto da Ciência Econômica em relação às outras ciências sociais, assim como sobre o individualismo culturalmente informado, que impede vislumbrar o caráter relacional do indivíduo na sociedade, até mesmo na ciência. Sem mais delongas, portanto, vamos ao que interessa.

CAPÍTULO I

Visões do mercado financeiro

“Vê-se, portanto, que o estudo das diferentes posições doutrinárias é um lugar privilegiado para compreender a estrutura histórica dos conflitos [sociais]” (Aglietta & Orleán, 1990, p. 183).

É da maior importância o entendimento das diferentes visões que se têm do mercado financeiro no mundo acadêmico e que são apresentadas na forma de determinados paradigmas, que se configuram na Ciência Econômica e nas outras Ciências Sociais. O problema que a moeda e as finanças oferecem não é, portanto, exclusivo da Economia. A compreensão desses paradigmas será útil para entender o debate no qual este trabalho se insere, mas não apenas isto. Como sabemos, fazemos parte de uma sociedade, na qual a teoria acadêmica chega facilmente, de forma parcial, ao leigo, em parte devido à expansão dos meios de comunicação, e especialmente ao próprio mercado financeiro. O problema da performatividade dos modelos acadêmicos de finanças já é apontada em McGoun (1992), assim como o problema epistemológico que reside na influência que a pesquisa recebe da visão de mundo do investigador, formada em um contexto social muito próximo ao seu objeto de estudo (o mercado financeiro). Podemos afirmar que existe uma relação biunívoca entre a teoria e a visão de mundo, sendo a teoria dominante quase sempre representante da visão de mundo dominante (DOBB, 1977; SCHUMPETER, 1961)¹.

¹ O problema da ideologia na Ciência Econômica e como ela se relaciona com a produção científica pode ser ilustrado pela polêmica iniciada por Dobb, que se opôs a Schumpeter. Este último, como crítica óbvia à “ideologificação” marxista, tratou de apresentar o problema da ideologia como um problema de “viés ideológico”, criando um método de depuração ideológica, cujo intuito era tornar o procedimento de análise mais científico. Assim, nasce a distinção entre “visão” e “análise científica”. O título deste capítulo é “Visões do mercado financeiro”, porque toda teoria nasce de uma visão ou concepção de mundo. Dobb, por sua vez, volta as suas críticas ao tecnicismo da economia ortodoxa, representando o problema como referente à “aplicação” dos resultados teóricos, aplicação esta, que para o autor, está intimamente ligada a interesses sociais e, portanto, à ideologia. Neste sentido, a teoria não pode ser não-ideológica, já que deve servir a um determinado fim (Schwartz, 1983). A palavra ideologia, usada aqui, apesar de concordar com os argumentos de ambos, carrega bastante do sentido que Marx lhe atribuiu em *A Ideologia Alemã*, onde a classe dominante detém o monopólio da ideologia e de sua propagação, já que é ela que legitima a sua dominância, tornando a ideologia nacional (no

Serão apresentadas aqui quatro visões específicas do mercado financeiro em Economia: a teoria dos mercados eficientes, que se insere no paradigma maior neoclássico, a teoria das finanças comportamentais, abarcada pelo paradigma maior da economia comportamental, uma junção da Economia com a Psicologia Social; de um lado mais holista, serão mostradas as teorias da financeirização marxista e pós-keynesiana, correntes heterodoxas que conferem maior importância à moeda e, conseqüentemente, ao mercado financeiro para o funcionamento do mercado de bens. Além destas, será apresentada a Antropologia, caracterizada pelo seu interesse na particularidade do fenômeno. Estas visões confluem para a construção de uma imagem ampla, porém ambígua, do mercado financeiro.

I – A teoria dos mercados eficientes

O principal pressuposto desta teoria, em seu início, é de que os preços dos ativos financeiros refletem perfeitamente a informação disponível no momento. Para isso, assume-se a racionalidade substantiva de agentes maximizadores, no sentido em que eles tomarão somente decisões cujo resultado será o “melhor”, e que eles possuem toda a informação disponível no momento² (Pérez Rodríguez, 2015). Neste sentido a informação também é organizada de modo racional, em forma de preferências que obedecem ao axioma da transitividade, ou seja, se o agente prefere **a** a **b** e **b** a **c**, então ele prefere **a** a **c**. Acrescentando o pressuposto da concorrência perfeita, ou seja, afirmando que os agentes são tomadores de preço e não conseguem influenciá-lo diretamente, além de concorrerem entre si de forma independente, obtemos o pressuposto inicial, de que os preços refletem a informação agregada. Além disso, também assume-se que as condições de equilíbrio podem ser expressas por expectativas e riscos quantificáveis. O que se testa nos modelos estabelecidos neste paradigma são as conseqüências destes pressupostos, isto é, a não-previsibilidade dos lucros, a aleatoriedade dos

caso da Alemanha no tempo de Marx) praticamente idêntica àquela da classe dominante (Marx & Engels, 2001 [1933]). Esta posição é corroborada por Michel Aglietta e André Orléan (1990), apesar destes criticarem profundamente a teoria do valor marxista, em *A violência da moeda*, onde os autores argumentam que discursos econômicos se confundem com estratégias de dominação.

² Isto será relaxado por Fama (1991), ao assumir que a informação é obtida através de um processo de maximização, onde o agente só obtém a informação ótima necessária para obter o melhor ganho.

preços e a impossibilidade de auferir superlucros. Estes são resultados da microeconomia neoclássica. Outro pressuposto que esse paradigma incorpora em seus modelos, de forma implícita, é o tempo lógico, em oposição ao tempo histórico. Nesta forma de percepção do tempo ele se torna abstrato, quase que reversível, e não modifica as condições existentes na medida em que avança, o que acaba por tornar o agente econômico independente das condições da economia (HERSCOVICI & MANDARINO, 2011).

De acordo com Fama (1970), a teoria dos mercados eficientes pode ser representada através de três modelos básicos: de retorno esperado, do passeio aleatório e de “submartingale” ou “martingale”, uma forma específica do primeiro caso. O primeiro consiste da equação: $E(\tilde{p}_{(j,t+1)} | \Phi_t) = [1 + E(\tilde{r}_{(j,t+1)} | \Phi_t)] p_{jt}$, onde E é o operador de valor esperado, p_{jt} é o preço do ativo j no tempo t , $r_{j,t+1}$ é o retorno percentual de um período, $p_{j,t+1}$ é o preço no tempo $t+1$, Φ_t é toda a informação que se assume que seja “inteiramente refletida” no preço no tempo t e os tildes indicam variáveis aleatórias. Se juntarmos os dois pressupostos, de que as condições de equilíbrio podem ser expressas pelo valor esperado e que a informação é perfeitamente refletida pelos preços, temos a propriedade de jogo justo, ou seja, que o valor esperado do excesso em relação ao retorno esperado de equilíbrio, dado as informações, é zero, isto é, forma-se um jogo de soma zero (Fama, 1970).

O segundo modelo é expresso por: $f(r_{(j,t+1)} | \Phi_t) = f(r_{(j,t+1)})$, o que diz que as distribuições de probabilidade condicional e marginal são iguais. Além disso, a função densidade f deve ser igual para todo t . Aplicando estes pressupostos no modelo de valor esperado acha-se a equação: $E(\tilde{r}_{(j,t+1)} | \Phi_t) = E(\tilde{r}_{(j,t+1)})$, que afirma que a média da distribuição de $r_{j,t+1}$ é independente das informações, enquanto a expressão original, mais ampla, afirma a independência de toda a distribuição. Portanto, a conclusão é que, no equilíbrio, sob a ação da evolução das preferências dos investidores e da formação de informação, as distribuições de retornos se repetem ao longo do tempo.

O terceiro modelo é formado pela equação $E(\tilde{p}_{(j,t+1)} | \Phi_t) \geq p_{jt}$ ou, de forma equivalente, $E(\tilde{r}_{(j,t+1)} | \Phi_t) \geq 0$, ou seja, que o valor esperado do preço no próximo período, dado a informação corrente, é maior ou igual ao preço corrente. Caso valha a igualdade em ambas as equações, teríamos um modelo de

“martingale”. Este modelo implica que esta regra de câmbio, baseada apenas na informação Φ_t não pode apresentar lucros maiores do que uma política de comprar e segurar o ativo no período futuro em questão. De forma geral, o que todos postulam é a inexistência de participantes no mercado que auferem lucros sistematicamente maiores do que o resto (Ibidem), uma consequência direta do pressuposto da concorrência perfeita, ou melhor, da eficiência do mercado. Fama também recolhe trabalhos empíricos sobre esses modelos, sendo que os testes de correlação de preços apontam para o jogo justo em detrimento do passeio aleatório, os que testaram a reação dos agentes a novos eventos atestam a sua total incorporação nos preços e os testes para informação privilegiada foram usados para concluir que ela existe, mas não parece ser sistemática.

Estes são os modelos básicos, já usadas naquela época pelos praticantes do mercado financeiro. No entanto, esta teoria apresenta uma variedade bem maior de modelos, alguns deles revolucionários em sua abordagem e em sua aplicabilidade.

Em reação ao modelo já amplamente utilizado, que maximizava apenas o retorno capitalizado para a escolha de ações, Markowitz (1952), ao observar a prática recorrente no mercado financeiro de diversificar os portfólios, propõe um modelo de escolha de portfólio sob condições de risco. Para quantificar o risco é usada a variância do retorno dos ativos, sendo os agentes racionais, ou seja, tomam a decisão de investir comensurando retorno e risco, e geralmente avessos ao risco. Portanto, as variáveis chave são a variância do retorno dos ativos, dada, para um portfólio, por $V = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sigma_{ij} X_i X_j$, e o retorno esperado, dado por $E = \sum_{i=1}^N X_i \mu_i$, onde μ_i é o retorno esperado do ativo i , σ_{ij} é a covariância entre os retornos dos ativos i e j e X_i é a proporção de X aplicado no ativo i . Neste sentido, os agentes maximizariam o retorno esperado, tentando minimizar o risco, ao escolher ativos com baixa covariância entre si. O autor, neste sentido, mostra como é racional investir de acordo com o modelo que propõe, diferenciando-o do investimento especulativo (MARKOWITZ, 1952).

Sharpe (1964), seguindo o raciocínio de Markowitz, também desenvolve um modelo de escolha de portfólio, fazendo, no entanto, uma análise de equilíbrio. Primeiramente, assume que os investidores formam suas expectativas sobre o rendimento das ações de forma probabilística, em termos das distribuições de E_R e σ_R (desvio-padrão de R), sendo R a taxa de retorno do investimento. A função de utilidade do indivíduo é, portanto $U=g(E_r, \sigma_R)$, com $dU/dE_R > 0$ e $dU/d\sigma_R < 0$. Desta forma se um indivíduo dividir o seu capital para investimento entre dois ativos **A** e **B** o retorno esperado da combinação será $E_{Rc} = \alpha E_{Ra} + (1 - \alpha)E_{Rb}$ e o desvio-padrão $\sigma_{Rc} = \sqrt{\alpha^2 \sigma_{Ra}^2 + (1 - \alpha)^2 \sigma_{Rb}^2 + 2r_{ab}\alpha(1 - \alpha)\sigma_{Ra}\sigma_{Rb}}$. Vemos desta forma como o risco do portfólio depende diretamente da correlação entre os rendimentos dos ativos (r_{ab}). Em seguida, Sharpe analisa a possibilidade de investir em um ativo livre de riscos, que rende somente a taxa de juros. Empréstimo de dinheiro a uma taxa fixa de juros não contém risco. Também se considera a possibilidade de pegar dinheiro emprestado para investir em portfólio. Ambas as possibilidades são admitidas, até aquela em que se investe tanto em portfólio quanto em juros. Todas as combinações possíveis dependem, de acordo com Sharpe, dos parâmetros observados pelo investidor (E , σ e r) e da sua aversão ao risco. O equilíbrio é então definido pela possibilidade de troca de ativos entre si. Para determiná-lo assume-se que existe uma taxa de juros comum, que implica no mesmo custo para empréstimo ou poupança, e homogeneidade de expectativas dos investidores. Neste cenário os preços aumentam na medida em que os ativos com maior retorno esperado são incluídos nos portfólios. Como os retornos esperados são calculados sobre os preços presentes eles caem, tornando aqueles ativos menos atraentes e aumentando a atratividade de outro. Todos esses portfólios são positivamente correlacionados, já que a curva de portfólios eficientes vai se tornando reta na medida em que os ativos são trocados.

Pode-se afirmar que houve uma revolução nas finanças com o trabalho de Modigliani & Miller (1958) (Iquiapaza, Amaral & Bressan, 2009), devido a sua matematização e aplicabilidade, além do fato de ser uma teoria do valor dos ativos financeiros baseada no custo do capital e não na taxa de juros ou em preferências subjetivas de agentes. Dividindo os ativos em classes com

taxa de capitalização do mercado sobre retornos esperados do fluxo incerto de capitais constantes, ρ_k , e permitindo que sejam emitidos títulos por alavancagem, os autores dão três proposições. Sendo \bar{X}_j o retorno esperado dos ativos possuídos pela empresa j e V_j o seu valor de mercado, sendo $V_j \equiv (S_j + D_j)$, onde S_j é o valor das ações emitidas e D_j o valor dos títulos sobre dívida. Desta forma, o custo médio do capital para a empresa j é \bar{X}_j/V_j . Assim, a primeira proposição afirma que o custo médio do capital independe da estrutura financeira da empresa (quantidade de S_j e D_j). A proposição dois postula que a taxa de retorno esperada i_j sobre qualquer ação de j é tal que $i_j = \rho_k + (\rho_k - r)D_j/S_j$, ou seja, o preço de mercado dela é dado ao se capitalizar o retorno esperado à taxa variável i_j . A proposição três, por sua vez, postula que se uma empresa da classe k , ao pensar no melhor resultado para os seus acionistas, irá investir em uma nova oportunidade somente se o retorno do investimento for superior a ρ_k . Vemos que esse modelo possui proposições simples e diretas, algo que justifica a sua tão rápida absorção pelos leigos do mercado (MCGOUN, 1992).

Em 1971, Fischer Black e Myron Scholes realizam uma segunda revolução na teoria moderna das finanças (Iquiapaza, Amaral & Bressan, 2009), onde formulam um modelo simples de precificação de opções, contratos a prazo que concedem o direito de vender (put) ou comprar (call) um determinado conjunto de ações. O modelo $w = xN(d_1) - ce^{-rt^*}N(d_2)$, onde w é o preço da opção de uma ação, x é o preço corrente da ação, c é o preço da opção no strike, ou seja, o preço no contrato, r é a taxa de juros de curto prazo, t^* é o prazo da opção, $d_1 = \frac{\ln(\frac{x}{c}) + (r + \frac{1}{2\sigma^2})t^*}{\sigma\sqrt{t^*}}$, $d_2 = d_1 - \sigma\sqrt{t^*}$, $N(d)$ é o valor da função densidade normal cumulativa e σ^2 é a taxa de variância do retorno sobre a ação, é o que os autores encontram (Black & Scholes, 1971a). Testando esse modelo, eles encontram um fato interessante, que na ausência de custos de transação o modelo sistematicamente sobrestima o valor de opções sobre ativos de alta variância e subestima o valor de opções de ativos de baixa variância. O mercado por sua vez tende a fazer o contrário, ou seja, subestimar ações de alta variância em opções e sobrestima ações de baixa variância. Neste sentido existe uma possibilidade sistemática de realizar lucros usando o modelo, comprando contratos sobre ações de alta variância e

vendendo os de baixa variância (Black & Scholes, 1971b). Essa possibilidade de superlucro desaparece, no entanto, quando se incorpora custos de transação ao modelo e se considera práticas de arbitragem.

Vemos que uma lógica subjacente da teoria dos mercados eficientes é que nunca haverá ganhos sistematicamente maiores do que a média. Mesmo assim, pouco a pouco esses modelos foram absorvidos pelo mercado financeiro, à sua maneira (McGoun, 1992), o que quer dizer que essa absorção não necessariamente fez o mercado se “ajustar” ao modelo. O que marca o início dos anos 90 foi o aparecimento cada vez mais frequente de anomalias nos modelos eficientes na literatura empírica (Shiller, 2003; Valverde Lima, 2003). Fama (1991) apresenta uma série delas, que não derrubam, para ele, o paradigma dos mercados eficientes, já que os modelos ainda não estariam suficientemente desenvolvidos, argumentando que existiria um *joint-hypothesis problem*. Este problema mostra que as anomalias encontradas nos testes empíricos dos modelos construídos podem tanto refletir ineficiências do mercado realmente existentes, quanto às falhas nos modelos de precificação, ou ambas, o que deixa inferir que a eficiência ou ineficiência do mercado de ativos financeiros não pode ser testada. As anomalias mais importantes são os efeitos cíclicos dos preços, que podem, por um lado, apontar para a formação de bolhas ou, por outro, para uma precificação racional gravitando em torno do valor fundamental, os efeitos sazonais, como as maiores cotações em janeiro e nas segundas-feiras, a alta volatilidade não explicada (Shiller, 2003) e efeitos de grandeza, de acordo com os quais, ações menores são mais previsíveis, ações perdedoras tem retornos esperados maiores e ações ganhadoras possuem retornos esperados menores (FAMA, 1991).

II – As finanças comportamentais

Iquiapaza, Amaral e Bressan (2009) consideram o surgimento das finanças comportamentais como o advento da pós-modernidade nas finanças, em oposição à modernidade, representada pela teoria dos mercados eficientes. Há, nesta transição, uma mudança no que se entendia por racionalidade, fazendo ascender na Ciência Econômica uma nova forma de compreender a agência individual, a racionalidade limitada (Pérez Rodríguez, 2015). A crítica dirige-se, principalmente, à interpretação neoclássica da escolha frente ao

risco, resumida na teoria da utilidade esperada ou do retorno esperado, ilustrada nos modelos apresentados por Fama (1970). Três axiomas fundamentais desses modelos são frequentemente violados, de acordo com a economia comportamental: (i) a expressão da utilidade por meio de utilidades esperadas, no sentido em que a utilidade do prospecto é igual à utilidade esperada dos seus resultados; (ii) a aceitabilidade da integração do prospecto à dotação de ativos quando a utilidade da combinação destes for maior do que a utilidade proporcionada pelos ativos presentes; e (iii) a aversão ao risco, no sentido em que os agentes preferem escolhas livres de risco a qualquer ativo arriscado³ (KAHNEMAN & TVERSKY, 1979).

De acordo com Shiller (2003), o surgimento das finanças comportamentais está relacionado diretamente com o fato do aparecimento de anomalias nos testes empíricos dos modelos de mercado eficiente, sendo a volatilidade excessiva dos preços das ações a principal. O autor mostra que na grande maioria dos modelos de mercado eficiente vale o seguinte: $P_t^* = P_t + U_t$, onde P_t^* é o valor fundamental da ação, P_t é o seu preço, ou seja, a estimativa do valor fundamental, e U_t é um erro de estimativa. Disso decorre que a estimativa não pode ter variância maior do que a variável estimada. No entanto, não é isso que ocorre na prática.

Para Valverde Lima (2003), no entanto, o desenvolvimento das finanças comportamentais é muito anterior ao aparecimento dessas anomalias na literatura. De acordo com o autor, a ideia de que os preços das ações são influenciados por fatores psicológicos sempre existiu, sendo ofuscada pelo grande sucesso, devido à aplicabilidade e testabilidade de seus modelos, da teoria dos mercados eficientes, reflorescendo a partir do começo da década de 1990 (VALVERDE LIMA, 2003).

Os temas principais abordados pelas finanças comportamentais podem ser divididos em três, sendo que os dois primeiros culminam no terceiro (Shefrin apud Valverde Lima, 2003). O primeiro tema é o das escolhas

³ Matematicamente:

Para todo prospecto $(x_1, p_1; \dots; x_n, p_n)$, onde x_i é o resultado obtido com a probabilidade p_i vale que

- (i) $U(x_1, p_1; \dots; x_n, p_n) = p_1 u(x_1) + \dots + p_n u(x_n)$;
- (ii) $U(w+x_1, p_1; \dots; w+x_n, p_n) > u(w)$, onde w é a dotação antes da escolha;
- (iii) $u'' < 0$, ou seja, a utilidade u é côncava.

heurísticas, ou seja, que os participantes agem baseados em suposições. Nele está contido o Princípio de Representatividade, segundo o qual os agentes criam modelos mentais que não existem, como, por exemplo, quando esperam que eventos recentes continuem a acontecer no futuro (Kahnemann & Tversky, 1974). Outro subtema pode ser chamado de Autoconfiança Excessiva (Valverde Lima, 2003), cujo estudo mostra como as pessoas costumam ser mais confiantes do que deveriam ser de acordo com a escolha racional, sempre sobrestimando os ganhos. Além disso, também se discute a aderência a padrões históricos, sempre esperando a repetição de padrões ou a sua continuidade, adiando reações adequadas, o fenômeno da aposta errônea, onde os investidores fazem previsões erradas baseadas em crenças, como uma interpretação vaga da lei de retorno à média, por exemplo, e a má ponderação, na qual os agentes atribuem os pesos às informações que obtêm de forma errada. O segundo tema diz respeito ao estudo de Dependência da Forma, ou seja, de como a maneira como o problema é apresentado influencia na decisão de investimento, como, por exemplo, a ilusão monetária, segundo a qual as decisões emocionais (irracionais) se baseiam em valores nominais e não reais. O terceiro tema é implicação de ambas os temas anteriores, ou seja, a Ineficiência do Mercado. A afirmação de que, mercados em que se podem encontrar vieses do primeiro e/ou do segundo tipo são necessariamente ineficientes, é um pressuposto subjacente às finanças comportamentais (IBIDEM).

O segundo tema foi discutido extensamente por Kahnemann e Tversky (1979) em *Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk*. O trabalho é uma série de problemas que fogem do escopo da teoria moderna, ou seja, que violam os pressupostos da teoria da utilidade esperada, elencadas no início da seção, e uma tentativa de remodelagem deles. Um dos problemas abordados é da aversão à perda, algo completamente diferente da aversão ao risco. Quando se trata de ganhos os agentes são avessos ao risco, ou seja, dado os ganhos eles escolhem o menor risco, mas quando se trata de perdas eles são avessos à perda, isto é, eles escolhem a perda menor. Isto se deve, segundo Kahnemann e Tversky, ao fato de que o peso emocional dado à perda é muito maior do que o dado ao ganho. Além disso, os agentes também tendem a não

se arrepender, algo chamado de aversão ao arrependimento. Neste sentido, as pessoas tendem a adiar as perdas, escolhendo normalmente uma perda maior no futuro, com alguma chance de escapar da perda, à uma perda certa muito menor no presente, o que viola os pressupostos (i) e (ii) relacionados com a escolha racional baseada em utilidade. Este comportamento pode muito bem ser relacionado com o excesso de confiança. Por último, é importante citar uma prática muito comum entre participantes do mercado financeiro, o *mental accounting*, que é uma forma pessoal de organizar as finanças. Neste viés, as pessoas separam o seu capital daquilo que podem gastar, o que os leva a, normalmente, gastarem mais do que deveriam em um determinado período (Valverde Lima, 2003). Desta forma, não tem como um mercado ser eficiente, em termos de alocação dos ganhos.

Além de modelos que tratam de vieses cognitivos e de forma, existem modelos classificados como comportamentais, que levam em consideração a performatividade de certos modelos. Ramesh e Venkateshwarlu (2011) criam um modelo de precificação de ativos baseado na divisão dos investidores em três classes, investidores de longo prazo, especuladores e investidores de pequeno porte, sendo que cada uma usa um modelo específico de precificação. O primeiro grupo (longo prazo) utilizam modelos de regressão simples, como o de mínimos quadrados ordinários, o segundo grupo (especuladores) usam regressões não-lineares, que os autores consideram como sendo e uma regressão de vetor de suporte (SVR), e os pequenos investidores se baseiam em modelos de passeio aleatório para realizar previsões. O modelo quantitativo comportamental (QBM) é o seguinte: $E(Y_{QBM}) = w1 * E(Y_{Investors}) + w2 * E(Y_{Speculators}) + w3 * E(Y_{Retail})$. Os wN não podem ser extraídos dos dados quantitativos do mercado, sendo necessário estimá-los usando o algoritmo de otimização por enxame de partículas (PSO). Os resultados são animadores depois de ser testado para o mercado de ouro na bolsa. O modelo final se adequou muito melhor aos dados do que os três modelos separadamente⁴.

⁴ A raiz quadrada do erro quadrático médio do modelo total é de 4,53, enquanto a do método de previsão do primeiro grupo é 21,73, do segundo grupo é 17,19 e do terceiro grupo de 21,26, ou seja, o modelo que combina os três outros tipos é o que acerta mais (Ramesh & Venkateshwarlu, 2011).

O novo modelo quantitativo comportamental (Rames & Venkateshwarlu, 2011) é satisfatório na medida em que emprega o que Shiller (2003) propunha quanto à divisão do mercado em grupos de comportamento. Ele propõe alguns modelos também, de perspectiva mais agregada, como o modelo de feedback, que leva em consideração a velocidade com que boatos sobre determinados ativos financeiros se espalham na sociedade e o seu potencial para a formação de bolhas. Outro modelo é o do conflito entre o que Shiller denomina “dinheiro inteligente” e os investidores comuns. Este grupo de investidores inteligentes seria capaz de antecipar o ciclo, vendendo tudo logo antes da bolha estourar, por exemplo. Todavia, existem barreiras institucionais à sua racionalidade (SHILLER, 2003).

Vale a pena considerar que o ponto decisivo da teoria dos mercados eficientes que recebe a maioria das críticas por parte do paradigma comportamental é a racionalidade dos agentes e, portanto, a possibilidade de se conceber um modelo de utilidade esperada. A psicologia social cognitivista, ao contrário do que afirma a racionalidade neoclássica, considera a existência de vieses cognitivos que levariam os agentes a se comportarem de forma “irracional” (Valverde Lima, 2003). A hiperracionalidade é então substituída pela racionalidade limitada, que questiona principalmente o axioma da transitividade, argumentando que as preferências são formadas no decorrer das trocas e dependem da forma que elas acontecem (Pérez Rodríguez, 2015). Assim, é possível perceber rompimentos superficiais com o tempo lógico, intimamente associado com a teoria da utilidade esperada, ao considerar a impossibilidade de formação de expectativas adequadas pelo agente, e com a neutralidade da moeda e a consequente transparência dos preços, devido à consideração de vieses cognitivos gerados por ela, como a ilusão monetária. Neste sentido, a teoria da utilidade esperada e, conseqüentemente, a visão neoclássica das finanças, é considerada mais normativa do que positiva pelos economistas comportamentais (KAHNEMAN & TVERSKY, 1979; 1986).

Vemos, portanto, que as finanças comportamentais se aproximam da visão social do comportamento, no entanto, sendo a grande parte de sua abordagem essencialmente individualista (Valverde Lima, 2003). A psicologia lhe serve como ferramenta para explicar desvios do equilíbrio, mas mantendo-

se fiel à abordagem tradicional, constituindo-se como uma teoria dos desvios em relação ao modelo padrão, percebendo-os como choques exógenos (Dow, 2011). Ela se aproxima da teoria dos mercados eficientes, porque ambos os paradigmas se preocupam prioritariamente com o problema da decisão individual, com a mesma estrutura em seus modelos. Além disso, um ponto interessante que deve ser ressaltado é que este paradigma, ao se associar à psicologia social e fazer uso dos seus métodos, está sujeito às mesmas críticas feitas a ela pela Antropologia, relacionadas à artificialidade de seus dados empíricos (Carrier, 2005), como será apresentado mais a frente.

III – A visão heterodoxa do mercado financeiro

Veremos agora a Perspectiva Heterodoxa e o que ela tem a dizer sobre o mercado financeiro. As teorias heterodoxas podem ser assim classificadas devido à importância dada por elas à moeda, diferentemente dos ortodoxos, onde se encaixa a teoria neoclássica, que tendem a considerá-la como um “véu” ou facilitadora das trocas, além de aspectos de método radicalmente divergentes da ortodoxia, como será visto adiante. A importância da moeda nessas teorias é definida em termos da endogeneidade, como a quantidade de moeda em circulação é afetada por elementos endógenos ao sistema econômico, e da não-neutralidade, como a quantidade de moeda em circulação afeta o ciclo de negócios, em Marx, a esfera da produção, o que é da maior importância para a compreensão das crises e da instabilidade (Mollo, 1998), problemas que também preocupam ambas as tradições. A existência de uma relação entre o ciclo monetário e de negócios é algo que caracteriza as teorias econômicas heterodoxas (Evans, 2004). Nestas teorias a moeda é de importância fundamental para a análise da economia e está intimamente ligada ao lado real, sendo impossível definir as relações econômicas sem ela (Mollo, 2003). Entre marxistas e pós-keynesianos, as duas correntes teóricas mais importantes, existem divergências a respeito de como se configura a endogeneidade e a não-neutralidade da moeda e, portanto, como ocorre a ligação entre o monetário/financeiro e a economia real.

Metodologicamente falando, marxistas e keynesianos heterodoxos fundamentam as suas teorias sobre relações estruturais histórico-sociais e institucionais (Bresser-Pereira & Lima, 1996). Neste sentido, o materialismo

histórico dos marxistas situa a economia capitalista e a sua relação de produção específica entre outras formas de organização, como a feudal. Marx escreve, sobre a falha da economia clássica:

A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal do modo de produção burguês que, através dela, fica caracterizado como uma *espécie particular de produção social*, de acordo com sua *natureza histórica*. A quem considere esse modo de produção social, escapará, necessariamente, o que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital, etc. (Marx, 1971, p. 90, nota 32, apud Mollo, 1998, p. 8, ênfase minha).

No lado keynesiano, esta integração da economia na história se dá através da percepção do poder de coordenação indireta da moeda, presente nas economias capitalistas, através dos contratos monetários e do poder destes de antecipar o futuro (Carvalho, 1982), e da adoção do tempo histórico, onde o curto prazo traz consequências diretas para o longo prazo (Mollo, 1998). Afirma Mollo a respeito da consideração de Minsky sobre a noção de não-neutralidade da moeda apenas fora do equilíbrio neoclássico:

(...) este equilíbrio não apenas é determinado independentemente das variáveis monetárias, como pressupõe-se que a própria trajetória para o equilíbrio não afete o mesmo. Ora, tal concepção é a de tempo lógico, que não concebe o processo econômico como histórico e, por isso, não percebe a importância econômica que a moeda tem como articuladora da atividade produtiva, ligando agentes econômicos operando de forma separada e relacionando as fases do processo produtivo ao longo do tempo (Mollo, 1998, pp. 12-13, nota 2).

Estas considerações do tempo permitem derivar diretamente a importância da moeda como reguladora das trocas no tempo e entre agentes privados descentralizados. Como será visto mais adiante, e de forma mais aprofundada no segundo capítulo, estas visões da economia permitem uma intersecção frutífera com a antropologia, para a qual nada pode ser estudado fora de seu contexto histórico-cultural (Hart & Ortiz, 2014). Veremos o que cada escola possui de específico.

III.1 – Heterodoxia marxista

A respeito da endogeneidade da moeda, pode-se dizer que os marxistas justificam o entesouramento por meio do poder social que a moeda possui. Para Marx, ela nasce junto com a mercadoria e por isso é inerente a qualquer sistema capitalista. Além disso, a moeda representa o início e o fim do

processo de produção (D – M ... P ... M' – D'), sendo a sua acumulação representativa da acumulação de capital. Neste sentido, quanto melhor fluem os negócios, mais meios de circulação são liberados (Mollo, 2003), o que libera dinheiro para empréstimo (Evans, 2004), o que será aprofundado mais a frente. A moeda em Marx é a mercadoria que resolve a contradição privado-social do capital, já que se apresenta como denominadora comum entre todos os trabalhos privados (Mollo, 1998), tendo, portanto um valor próprio decorrente do trabalho que seja capaz de refletir os outros trabalhos privados, ou seja, a moeda precisa ser mercadoria (Germer, 2013) na teoria de Marx, apesar de alguns marxistas já terem atualizado este conceito, considerando a moeda de crédito como “representação institucionalizada do trabalho abstrato” (Mollo, 1998, p. 15). A moeda é uma poderosa ferramenta de socialização dos bens materiais e de inserção de agentes autônomos, já que, por um lado, ela possibilita que a mercadoria privada seja vendida, o que insere o capitalista individual no sistema, e, por outro, promove a inclusão social do trabalhador (Mollo, 2003), por meio da sua exploração. Desta forma, ela também une a esfera produtiva à da circulação, sendo a mercadoria necessária para a compra de trabalho e de capital (forma capital da mercadoria) e a que se espera receber em troca das mercadorias vendidas. Por isso, ela é entesourada durante as crises, para segurar poder social (Ibidem), especialmente de comando sobre trabalho social, e para pagar os débitos que se acumularam ao longo do ciclo (Evans, 2004), por meio da ação do mercado financeiro, como será mostrado mais adiante. Isto mostra como se configura a retenção de moeda em Marx, além da sua oferta endógena.

A respeito da não-neutralidade, ela aparece quando ela resolve a contradição privado-social fazendo a economia funcionar, mesmo que a contradição exista (Mollo, 1998). Neste sentido, ela age promovendo a circulação propriamente dita. Além disso, os marxistas enxergam a não-neutralidade da moeda quando ressaltam a importância do mercado financeiro e da oferta de crédito, que, por sua vez, torna o capitalista capaz de antecipar o ciclo de produção, já que não precisa esperar o seu dinheiro retornar da esfera de circulação (Idem, 2011). Este processo amplia o processo acumulação, fazendo-o alcançar níveis exorbitantes, mas também aprofunda as

contradições do sistema capitalista, o que pode levar à crise (Idem, 1998). A associação do crédito com a crise funciona de uma forma em que o crédito agrava a crise, devido a cadeias de pagamento não liquidadas, o que gera uma demanda por moeda capital de empréstimo ainda maior para fins de pagamento (Evans, 2004), o que faz a taxa de juros aumentar drasticamente durante a crise.

Marx aborda a questão do mercado financeiro, especificamente, por meio de sua análise da taxa de juros, própria do mercado de capital de empréstimo, e do capital fictício. A taxa de juros e a oferta de crédito para os marxistas podem ser vistas como o elo entre a acumulação de capital industrial e a ação do mercado financeiro, cujos desenvolvimentos são simbióticos (Ibidem). O juro é determinado de forma monetária no sistema marxista, através da oferta e da demanda no mercado de capital dinheiro de empréstimo (Mollo, 2003), que é uma forma ampliada do capital portador de juros, ou seja, capital que é empregado na obtenção de juros. Para Marx, esse tipo de capital identifica uma classe especial de capitalistas, os capitalistas financeiros, cujo capital é emprestado para render juros, ao invés de ser investido no processo de produção (Evans, 2004), o que os diferencia radicalmente dos capitalistas industriais e comerciais.

Neste sentido, Marx apresenta duas taxas de juros importantes, a taxa de juros média e a taxa de juros de mercado. A taxa média diz respeito aos juros médios de um determinado ciclo. Não existem leis subjacentes a sua determinação, mas ela pode ser influenciada por vários fatores, já que ela representa a distribuição dos lucros entre capitalistas financeiros e industriais. Evans (2004) cita alguns limitantes e influências sobre a taxa de juros média, consideradas pela teoria marxista. Primeiramente, a taxa de juros média é limitada superiormente pela taxa de lucro média, já que ela não pode representar mais do que realmente foi gerado. Ela pode sofrer interferência externa, já que existe uma tendência à equalização entre taxas internacionais. Além disso, Marx, de acordo com Evans, considera a estrutura institucional como podendo influenciar a taxa de juros média, quando acontece o desenvolvimento de uma classe rentista, quando as instituições financeiras se desenvolvem ao ponto de arrecadar as poupanças de outras classes, ou

quando a autoridade central é obrigada à manutenção de encaixes maiores, como aconteceu no *Bank Act* de 1844. Marx também não descarta a possibilidade de existência de uma taxa de juros costumeira, aceitando a influência do costume e do hábito dos capitalistas na determinação da taxa média de juros. A taxa de juros de mercado, assim, sofre desvios da média que acompanham de perto o ciclo de negócios, já que representa a tensão entre oferta e demanda de capital de empréstimo. Todavia, ela também possui influência direta sobre o ciclo de negócios (IBIDEM).

A relação da taxa de juros com o ciclo de negócios é equacionada por Marx através do conceito de lucro líquido, ou seja, o lucro que sobra depois do pagamento dos juros. Ao longo do ciclo estas variáveis interagem de forma significativa. De acordo com Evans, na estagnação que se segue a uma crise existe um montante relativamente alto de dinheiro imobilizado, devido ao colapso do investimento, o que aumenta a oferta de capital dinheiro de empréstimo, isto é, dinheiro não investido, não consumido e não entesourado. Juntamente com o aumento da oferta de empréstimos a demanda por crédito se mantém reduzida, por causa da baixa atividade econômica, o que leva a uma taxa de juros igualmente baixa. Neste contexto, os lucros brutos permanecem baixos, devido à reduzida atividade econômica, mas os lucros líquidos não são reduzidos relativamente a estes, já que a taxa de juros se mantém a um nível inferior, o que, de acordo com o autor, contribui para uma recuperação do investimento.

Quando começa uma retomada na atividade econômica, mais dinheiro passa a ser desentesourado e a expansão do crédito comercial promove um aumento da oferta de capital de empréstimo relativamente à demanda de crédito, o que contribui para que a taxa de juros permaneça baixa ou até caia (Ibidem). Estas melhoras na situação econômica contribuem para o aumento dos lucros brutos e, devido à taxa de juros reduzida, também do lucro líquido, estimulando ainda mais o investimento. Quando chega a prosperidade, caracterizada pela forte expansão da economia, a oferta de capital de empréstimo continua a crescer, mas passa a ser acompanhada de um aumento ainda maior da demanda por crédito, já que se torna necessário o financiamento externo de um emprego maior de mão-de-obra e de matérias-

primas, ligado a um aumento cada vez maior dos salários e dos preços dessas matérias-primas. Neste contexto a taxa de juros começa a subir, mas ainda não afeta os lucros líquidos de forma drástica, já que os lucros brutos estão em forte expansão.

Na fase final da prosperidade, algumas tensões começam a se instaurar, que levam a um forte aumento na demanda de crédito e, conseqüentemente, a uma taxa de juros mais alta e o começo da compressão dos lucros líquidos. De acordo com Evans, Marx considera alguns motivos para que isto aconteça. Entre eles estão, a necessidade de conclusão de projetos de investimento já iniciados, o aumento cada vez mais rápido dos salários e dos preços dos insumos, o desenvolvimento da especulação tanto nos mercados comerciais, quanto no mercado financeiro e, por fim, o fato de que alguns capitalistas começam a tomar dinheiro emprestado para pagar os juros cada vez maiores, devido a pressões financeiras. Neste momento, vemos a acumulação do capital sendo sustentada pelo crédito. No entanto, ele o faz às custas de um aumento no impacto potencial das crises que se seguem.

A crise, portanto, é deflagrada quando esta expansão promovida pelo crédito não se sustenta mais, ocorrendo uma falta de capacidade generalizada por parte dos capitalistas de vender seus produtos, um colapso do sistema de crédito comercial e um aumento na demanda por moeda como meio de pagamento, a fim de saldar contratos. Assim, os preços caem, devido às vendas forçadas, fruto da necessidade de transformar mercadorias em dinheiro para pagamento, o que por sua vez faz aumentar a demanda por crédito bancário, fazendo a taxa de juros disparar. A crise pode ocorrer então se os capitalistas não forem capazes de honrar os seus compromissos, já que os seus lucros líquidos se evaporaram, e declararem falência, ou quando os bancos, temendo pela própria liquidez, suspenderem a oferta de crédito para capitalistas industriais e comerciais, levando a uma escassez de meios de pagamento (Ibidem). Isto mostra claramente o papel do crédito na expansão da reprodução capitalista e no conseqüente aprofundamento das crises no modelo teórico marxista.

O capital fictício, composto pelos títulos públicos e ações de empresas, por sua vez, apesar de se originar e se desenvolver a partir do crédito (Mollo,

2011) opera de forma distinta no ciclo capitalista. Este capital fictício representa dinheiro sem contrapartida na esfera da produção, o que exclui os ativos financeiros no momento de sua emissão desta classificação, já que o são com o objetivo de gerar crédito. Assim, o capital fictício se compõe de ações e títulos em *circulação* nos mercados financeiros, isto é, o mercado secundário. Chamado desta forma porque duplica e multiplica valor (Evans, 2004) sem contrapartida real, esta forma de finança também contribui para a ocorrência e o aprofundamento das crises. Ele se desenvolve e se valoriza com base em expectativas passando apenas pela esfera da circulação, contribuindo desta forma para a crescente autonomia desta em relação à esfera da produção, onde o valor é de fato criado (Mollo, 2011). Como Marx deixa claro, esta autonomia oferece riscos para a conversão de mercadorias em dinheiro, necessária para a socialização dos trabalhos privados. Quanto maior é a autonomia da esfera da circulação, mais fortemente será imposta a lei do valor⁵, ou seja, a integração de produção e circulação nas crises, que surgem a partir desta incapacidade de conversão (Ibidem). Durante as crises, o capital fictício contribui para o seu aprofundamento por um lado, ao provocar perdas no lado real, já que os lucros que gerou devem ser compensados com perdas no lado das mercadorias, de acordo com Mollo, e por outro, porque o seu valor cai drasticamente, devido ao aumento na taxa de juros, o que compromete seriamente os investidores, principalmente aqueles que foram forçados a pedir dinheiro emprestado para investir em ações (Evans, 2004), ou seja, especuladores.

O marxismo possui ainda algumas discussões específicas que vale a pena citar, relacionadas ao conceito de poder social e exploração. Por um lado, Chesnais considera o fenômeno da ascensão do capital financeiro uma nova fase do capitalismo, onde o capital financeiro exerce dominação sobre e explora o capital produtivo, assim como este o faz com a classe trabalhadora em Marx (Prado, 2014). Por outro lado, há outros que afirmam a complexificação da dominação, exercida sobre a classe trabalhadora pelo capital produtivo e financeiro igualmente, havendo uma relação de cooperação entre estes dois últimos. Sotiropoulos e Lapatsioras (2014), por exemplo,

⁵ O fato inevitável de que as mercadorias devem expressar seu valor em forma monetária, realizando a metamorfose da mercadoria (Mollo, 2011).

desenvolvem um modelo teórico no qual a financeirização chega ao seu ápice através do desenvolvimento dos derivativos⁶. Neste modelo, o preço dos derivativos se tornam representantes monetários das relações de poder que se vinculam a eles, tornando-se a expressão máxima da dominação do capital e de uma verdadeira tecnologia do poder, no sentido de Foucault, exercendo uma forma de governamentalidade. Todas as relações de poder da sociedade, com todas as probabilidades de ocorrência associadas a elas de forma implícita, são abstraídas e condensadas até tomarem a forma, em estrutura, de signos de valor comercializados nas bolsas. De acordo com essa visão, mais coerente com Marx (Prado, 2014), o sistema financeiro se insere perfeitamente em uma lógica de operação tipicamente capitalista, ou seja, de representante da classe dominante.

Vale ressaltar um aspecto da teoria marxista muitas vezes naturalizado pela Ciência Econômica, isto é, o materialismo histórico, e a dialética materialista que o movimenta, algo que serve de base para toda a teoria. De acordo com esta filosofia, a história se move pela luta de classes, pela competição em torno dos meios de produção. Portanto, Marx tem uma visão materialista da história onde a base de toda a sociedade é essencialmente econômica. Neste sentido, são as relações de produção específicas de cada período histórico que dão origem a instituições sociais que as reforçam e justificam, que são coerentes com elas (Marx & Engels, 2001 [1933]). Então, a naturalização que a Economia faz deste pressuposto é uma decorrência lógica, já que o que Marx designa como base de qualquer sociedade é o próprio objeto de estudo desta ciência. Este ponto de partida teórico tem implicações sérias para como se enxerga a sociedade e suscita muitas críticas, principalmente por parte de antropólogos, entre eles Pierre Clastres. Isto, no entanto, é objeto do próximo capítulo.

Por fim, a racionalidade operante na teoria marxista vale a pena ser considerada aqui. Ela é fundamentada no que Carvalho (1982) chama de “leis de movimento” e que Bruno (2005) chama de “leis econômicas gerais”. Desta forma, ela pode ser caracterizada como determinista, mecanicista e naturalista,

⁶ Derivativos são ativos ou instrumentos financeiros que derivam o seu valor de um ativo ou de uma cesta de ativos subjacentes.

no sentido em que toma a economia como fato da natureza, o que aproxima esta racionalidade de teorias ortodoxas (Bruno, 2005). É possível ver aqui, como a racionalidade marxista é consequência direta do materialismo histórico, que enxerga a sociedade como fundada sobre as relações de produção.

III.2 – Heterodoxia keynesiana e pós-keynesiana⁷

Os keynesianos justificam o entesouramento da moeda, vista como “poder de compra transportável no tempo ou reserva de valor” (Mollo, 2003, p.462), através da demanda pela liquidez, enxergando nela a causa de sua endogeneidade. Demanda por liquidez em Keynes difere da demanda por crédito, no sentido em que é muito mais ampla e representa demanda por encaixes monetários e retenção de moeda. Neste sentido, a demanda pela liquidez e a demanda por crédito podem apresentar movimentos diferentes ao longo do ciclo econômico, sendo uma demanda por crédito expressiva uma variável fundamental para momentos de retomada da atividade econômica e uma elevada demanda por liquidez geralmente responsável por limitar a quantidade de dinheiro disponível e engendrar crises. A moeda, como ativo mais líquido da economia, pode ser rapidamente trocado por outros ativos ou bens, podendo ser, portanto, considerado o ativo mais seguro em momentos de incerteza, que neste sistema não é quantificável e decorre do futuro incerto e da descentralização das decisões, características da economia capitalista, de acordo com Keynes (Mollo, 2003). Assim, ela pode ser desejada por si só e não apenas para ser trocada por bens e serviços. Portanto, é a incerteza e as decisões descentralizadas, características de uma economia capitalista moderna, que fazem surgir a preferência pela liquidez, tornando a moeda a principal salvaguarda neste ambiente hostil, já que é ela que aproxima o futuro do presente, através dos contratos monetários (Mollo, 1998). É neste sentido que a sua oferta é afetada endogenamente. Em uma alta da preferência pela liquidez os bancos, aumentando encaixes, e o público, entesourando, preferem, a uma mesma taxa de juros, reter moeda a liberá-la para fins de investimento, afetando a liquidez da economia (Ibidem). É uma descrição clara

⁷ O termo “pós-keynesiano” denota aqueles economistas que, entre outras características, reconhecem a não-neutralidade radical da moeda no longo prazo, diferenciando-os dos keynesianos da síntese neoclássica e dos pertencentes ao grupo do novos keynesianos (Carvalho, 1982).

de como fatores endógenos afetam a disponibilidade de moeda a partir de mecanismos subjetivos não relacionados com a economia real, uma teoria “vaga, no sentido de garantir uma ponte do real e do monetário”, mas satisfatória ao traçar o caminho inverso, como veremos no caso da não-neutralidade. Vemos, portanto, aqui como fatores subjetivos endógenos à sociedade afetam a oferta de moeda. Ademais, Mollo também ressalta uma visão da endogeneidade da moeda trazida por Minsky, onde a quantidade de moeda é afetada pela oferta de inovações financeiras em vez das disposições dos agentes. Importante enfatizar que aqui a oferta de financiamento bancário é determinada em grande medida pela relação entre banqueiros e seus clientes, e assim, este entendimento

(...) valoriza o papel de coordenação indireta que a moeda exerce no processo produtivo, articulando processos, agentes e etapas passadas, presentes e futuras. Tal como Marx, com a noção de moeda como relação social, também Keynes apreende este papel de conexão social/coordenação indireta que a moeda tem. Tal percepção, além de decorrente da observação do caráter descentralizado das decisões, sem que haja uma “mão invisível” para guiá-las, decorre da apreensão do tempo histórico (Mollo, 1998, p. 14).

Neste sentido, a não-neutralidade da moeda é consequência imediata da endogeneidade quando procedemos à análise da taxa de juros, determinada de forma puramente monetária em Keynes. A taxa de juros em Keynes é determinada pela demanda e oferta de moeda, relacionando-se intimamente com a preferência pela liquidez, já que é toda a moeda que é considerada e não apenas o crédito. Desta forma, a taxa de juros iguala demanda e oferta de moeda, representando, de acordo com Keynes

(...)o *preço* dos encaixes, no sentido de que mede o sacrifício pecuniário que o detentor de uma reserva monetária considera que vale a pena fazer, ao preferi-la a outros títulos e ativos de igual valor presente (Keynes, 1987a, p.156).

Logo, ela depende da preferência pela liquidez e do estoque corrente de moeda (Mollo, 2003), e não se relaciona com a poupança, já que a preferência pela liquidez pode impedir a liberação de moeda, e a decisão de poupar “não é uma decisão em si mesma. Dadas tais incertezas ela é apenas o resíduo de uma outra decisão, a de consumir”(Ibidem, p. 467). Com a taxa de juros,

variável de grande importância para a decisão crucial⁸ de investir, sendo monetária, a não-neutralidade se torna evidente. Por causa deste ato de investir, a moeda se torna novamente decisiva quando, através do motivo finança, crédito é liberado pelos bancos para financiar os investimentos que irão ocorrer (Mollo, 1998). Este papel da moeda também mostra a face endógena dela, na medida em que moeda é “criada” para tal fim, ou seja, é liberada pelos bancos e pelo público, o que pode nos levar a perceber endogeneidade e não-neutralidade como dois lados de uma *mesma moeda*. No sentido de ser capaz de fornecer crédito, o mercado financeiro também tem grande importância, sendo responsável pelo *finance* necessário para qualquer investimento produtivo. Em uma economia monetária moderna, o sistema bancário é capaz de gerar o *finance* sem antes ter que constituir *funding* (Chick, 1994). Assim, o sistema financeiro e bancário são da maior importância para o investimento produtivo.

No entanto, por outro lado, se este crédito não for liberado pelos bancos, por causa de preferência pela liquidez elevada, o sistema bancário e financeiro se torna um obstáculo ao investimento, gerando uma falta de liquidez e podendo dar início a crises (Mollo, 1998). Esta forma de não-neutralidade demonstra novamente como a endogeneidade, fruto de tensões endógenas à sociedade e ao processo econômico, gera a não-neutralidade como sua contrapartida, no sentido em que a endogeneidade liga a moeda ao social e a não-neutralidade atrela a troca e a produção à moeda, estabelecendo ela uma conexão entre o social e o econômico propriamente dito. A moeda como ambivalência⁹, contradição, mas também como signo com dois significados,

⁸ Uma decisão crucial é aquela que não pode ser revertida, ou seja, não pode ser tratada em um tempo lógico, já que, como é o caso do investimento, “uma vez tomada, afeta a renda futura, e de forma ampliada, em função do efeito multiplicador” (Mollo, 1998, p. 12). A decisão de investir, além de ser fundamental e crucial, é radicalmente subjetiva, já que depende da taxa de juros, que depende por sua vez da preferência pela liquidez, e da eficiência marginal do capital, que depende da expectativa sobre o futuro e da incerteza, além do preço de oferta, também com preço expresso em moeda (Herscovici, 2013).

⁹ A questão da ambivalência da moeda é enfatizada por Aglietta e Orléan (1990), onde ela atua por um lado como mediatizadora da violência e, por outro, capaz de engendrar mais violência. O ponto destes autores será discutido mais adiante.

podendo representar ambos ao mesmo tempo em um único objeto, como dois lados de uma mesma *moeda*¹⁰.

Pós-keynesianos, cujos interesses coincidem com o do presente trabalho¹¹, geralmente aderem a cinco axiomas fundamentais, de acordo com Carvalho (1982).

O primeiro destes axiomas é o da *produção*, que estabelece o processo produtivo como uma sequência de etapas. Neste sentido faz-se necessário explicar “como a decisão de produzir é tomada, como a produção se desenrola e a distribuição do produto se estabelece, em uma sequência que não pode ser reduzida a mecanismos de determinação simultânea” (Carvalho, 1982, p. 172), como o faz a teoria neoclássica. Esta configuração do processo produtivo em etapas, das quais a decisão de produzir é a primeira, visando a “venda em mercado” do que se produzirá, revela a sua natureza especulativa. Além disso, a relação íntima da produção com o financiamento ofertado pelo sistema bancário e financeiro (Mollo, 1998), a separação entre as firmas e os seus proprietários, o que “transforma o capitalista, proprietário de ações, em rentista, cujo interesse primariamente se define pelos rendimentos de seu capital, isto é, dividendos” (Carvalho, 1982, nota 5) e o estabelecimento dos contratos de trabalho em moeda¹², o que significa que o aumento da riqueza em moeda leva a um aumento no poder de comando de trabalho, são verdades que, se consideradas, mostram como a produção não é independente do estabelecimento da moeda e, quando consideramos a endogeneidade, de

¹⁰ Esta associação da moeda à suas duas faces é feita por Hart (2005). Em sua análise, a cara representa a identidade nacional e histórica da qual uma determinada moeda é parte unificadora, já que deve ser aceita por todos, o que permite a troca entre desconhecidos de um mesmo país. O lado da coroa representa, por sua vez, o poder quantificador da moeda, o seu papel de auxiliar no cálculo, de representar valor. Temos, assim, uma moeda com um lado impessoal e desagregador e outro lado identificador e agregador, no sentido de identificar a unidade entre os participantes da troca, o lugar onde essas trocas são realizadas, quem pode participar delas e o próprio tom delas (essencialmente pacífico).

¹¹ Enfatizo aqui, que o objeto deste trabalho é o mercado financeiro, o seu papel na sociedade contemporânea e como as perspectivas diversas que se pode ter sobre ele engendram discursos distintos sobre o mesmo, principalmente quando comparamos as perspectivas que levam a importância da moeda em consideração e as que não o fazem. Neste sentido, o que se propõe é a demonstração de que é possível construir uma relação interdisciplinar entre pelo menos duas destas perspectivas ou visões distintas, encontrando as que melhor se encaixam e, de forma mais importante, não negam os resultados umas das outras.

¹² Lembrando que o contrato monetário é o que liga o presente e o futuro (Mollo, 1998), reduzindo a incerteza durante o período de vigência a respeito de pagamentos e recebimentos que estão por vir, o que atesta o poder regulatório da moeda no sistema filosófico keynesiano.

pressões sociais endógenas. Isto se deve ao fato de que, para uma firma, a “sua função-objetivo é não apenas medida, mas *estabelecida* em termos de moeda” (IBIDEM, p. 174).

O segundo axioma fundamental é o da *decisão*, que afirma a distribuição desigual do poder de decisão na sociedade. No entanto, esta distribuição não é natural, mas organizada pelo sistema, que força o capital a se manter escasso em comparação ao trabalho. Quando trabalho se torna escasso também, nos períodos de prosperidade sustentada (isto será aprofundado mais adiante), a consequência normalmente é a crise, que reestabelece a abundância de trabalho frente ao capital. Neste sentido, “é com as firmas que está a iniciativa tanto no mercado de trabalho como no de capitais” (IBIDEM).

Em seguida, temos o axioma da *não-pré-conciliação de planos*, que recusa a existência de um plano de ação universal para a economia, ou seja, ninguém diz às empresas o que produzir, nem ao investidor quais ações comprar. “Isto implica que estas devem decidir à base de expectativas, e não de informações” (Ibidem, p. 175), o que vai diretamente contra ao que o paradigma dos mercados eficientes postula (Fama, 1970). Assim, as expectativas e as conjecturas são partes fundamentais do processo econômico a serem considerados pelos pós-keynesianos.

Desta forma, vemos como esta escola do pensamento define a sua “economia monetária de produção”. 1) existem agentes que definem seus objetivos em termos da moeda; 2) estes agentes são os mais importantes, já que é deles o poder de decisão, devido à quantidade de dinheiro, o ativo mais importante para se ter no momento de investir, de contratar e produzir, em suas mãos; 3) as suas estratégias são essencialmente especulativas, pois não se sabe o resultado das decisões (Carvalho, 1982), o que torna o pensamento pós-keynesiano, em certo sentido, um pensamento complexo¹³. Veremos os outros dois axiomas apresentados pelo autor.

¹³ De acordo com Garcia Júnior & Verdi, “um pensamento complexo seria aquele que não é capaz de dar todas as respostas e que traria em si a insígnia da dificuldade” (Garcia Júnior & Verdi, 2015, p. 8). As consequências da complexidade para a ciência, quando essa passa a definir um novo mundo social, serão introduzidas no capítulo II.

O quarto axioma citado por Carvalho é o da *irreversibilidade do tempo*, já introduzido brevemente aqui na discussão sobre tempo histórico. O tempo no qual as teorias do *mainstream* analisam o processo econômico é o tempo lógico que “não concebe o processo econômico como histórico” (Mollo, 1998, nota 2). Como vimos, este tempo lógico desconsidera o poder regulador da moeda. Ele é de profunda importância para a Economia neoclássica, já que fundamenta sua racionalidade, porque, em um tempo lógico, os agentes poderiam repetir suas ações indefinidamente, aprendendo a cada erro até que acertem (Carvalho, 1982). Uma abordagem mais realista, no entanto, não pode considerar este tipo de tempo uma premissa válida. Particularmente necessários de se analisar em tempo histórico são as chamadas decisões cruciais. Elas não são como as decisões cotidianas, como a escolha entre jantar em casa ou na rua, que é tomada todos os dias praticamente, mas são fortemente influenciadas pela incerteza decorrente de sua irreversibilidade e pouca repetição. Como afirma Carvalho, “[e]xperiências desta natureza podem ter vagas similitudes, insuficientes para fundar uma ‘teoria’ da ação” (IBIDEM, p. 176).

Este axioma tem como implicação necessária a presença da incerteza, o que por sua vez elimina a possibilidade de se construir uma teoria determinista da economia, como o faz Marx, por exemplo (Bruno, 2005). Afirma-se a dependência do rumo da economia em relação às decisões dos agentes, o que faz a teoria pós-keynesiana fugir do holismo estrito. “‘Leis de movimento’ só podem se referir a modos de tomada de decisões, não à lei de ferro da história, porque está pré-escrita” (Carvalho, 1982, p. 176). No entanto, como vimos através dos três axiomas anteriores, o mundo onde estas decisões são tomadas já está estabelecido, restando buscar suas especificidades, fruto da organização frente à incerteza. Ela é importante, porque movimenta a sociedade, influenciando o comportamento dos agentes, “originando estratégias e criando instituições que se tornam racionais e inteligíveis à sua luz” (Ibidem, p, 177). Keynes se refere à criação de uma “série de técnicas” para lidar com a incerteza. Como veremos mais adiante, desvendar e estudar essas instituições, estratégias e técnicas, nas suas especificidades contextuais,

é de profundo interesse da Antropologia (Carrier, 2005), e ela possui o método próprio para tal (HO, 2015).

O quinto e último axioma apresentado por Carvalho vincula-se às *propriedades da moeda*, que, como afirma Keynes, tem disponibilidade insensível à demanda e que não pode ter as suas funções exercidas por outros ativos, sem que sejam convertidos em moeda legal primeiro. Uma economia que se configura desta forma está sujeita a deficiências de demanda efetiva, devido à função de proteção contra a incerteza que a moeda possui (Carvalho, 1982), fazendo a ser retida. As relações são complexas neste sentido, porque a incerteza surge também da descentralização das decisões, tornando necessário o estabelecimento de formas de coordenação¹⁴, como os contratos, por exemplo. Já vimos como os contratos monetários são importantes para a coordenação frente à incerteza, resta ver o que torna essa coordenação possível.

A coordenação repousa sobre propriedades da moeda. Para que os contratos sejam validados é necessário que eles sejam expressos em quantidades padrão, tornando a moeda unidade de conta. Além disso, esta unidade precisa conservar valor no tempo para que o contrato seja confiável, tornando necessária a função da moeda como reserva de valor. Quando estas funções são abaladas, como em situações de inflação elevada, os agentes buscam outras formas de coordenação (Ibidem). Para Aglietta & Orléan, por sua vez, o processo de inflação é acompanhado de forma simultânea pela falência das funções da moeda (Aglietta & Orléan, 1990). A teoria destes últimos, no entanto, é de outra natureza, como será mostrado no capítulo II.

A caracterização da moeda pós-keynesiana a coloca como um ativo, comparável a qualquer outro através da liquidez. Sendo a liquidez o principal atributo da moeda (Carvalho, 1982), ela é o ativo mais líquido da economia, já que ela é a que mais facilmente pode ser convertida em dinheiro¹⁵ e a com o maior potencial de conservação de valor. Já que a taxa de juros e a preferência pela liquidez estão fundamentalmente ligadas (Mollo, 2003), os movimentos da

¹⁴ Existem várias formas de coordenação ou regulação, muitas delas apresentadas pela Antropologia.

¹⁵ Ou melhor, no caso da moeda, que já é dinheiro, é a sua função de meio troca que garante sua liquidez, ao transformá-la no ativo que mais facilmente compra outros.

taxa de juros e, ultimamente, os fatores sociais endógenos que engendram a evolução da preferência pela liquidez, têm implicações diretas para a variação dos preços de outros ativos financeiros. Veremos como a taxa de juros, determinada de forma nominal como já vimos, movimenta a economia a partir do mercado financeiro, através da escolha entre quais ativos adquirir, reais ou financeiros, com base em seus retornos nominais, o que influi em seus preços (EVANS, 2004).

Primeiramente, é importante esclarecer que os pós-keynesianos se preocupam fundamentalmente com o que Marx chama de taxa de juros de mercado, sob dois pontos de vista. Pela incorporação do papel do Banco Central como credor de última instância estas visões levam este papel em consideração (Ibidem). A primeira visão, sustentada por Kaldor e Moore, argumenta que o BC tem o poder de determinar a taxa de juros de curto prazo, justamente por causa de seu papel de credor hierarquicamente superior. Neste sentido, ele determina a taxa de juros bancária, mas não o montante de investimento resultante, já que é o sistema bancário que decide pela liberação de crédito, se houver demanda para ele. Moore ressalta que o BC é capaz de fixar a taxa de juros dentro de um intervalo determinado, onde ela não é influenciada por fatores reais, sendo a ligação entre os juros e os fatores reais medida pelo seu impacto na demanda agregada (Ibidem). Assim, a taxa de juro, dependendo de sua grandeza, é determinada pelo BC e por fatores reais.

A outra visão é mais cética em relação ao poder de controle da taxa de juros pelo BC e é representada por Dow e Seville, além de Minsky (Ibidem). Dow e Seville argumentam que a taxa de juros é determinada fundamentalmente no mercado monetário, mas que existe um intervalo de taxas de juros onde a visão dos operadores do mercado sobre qual deve ser a taxa correta é incerta. É neste intervalo que a taxa de juros não recebe influência dos “fundamentos”, e onde o BC tem maior poder sobre o controle da taxa de juros, na medida em que ele só é capaz de estabelecê-la se for capaz de convencer o mercado (Ibidem). Minsky, por sua vez, argumenta que a capacidade do BC em ser credor de última instância é limitada, nem sempre sendo exercida. Em um quadro assim e onde os bancos ainda tenham incentivos para a liberação de crédito, eles se voltam à “administração de

passivos”, mudando os passivos para formas que requerem menos encaixes. Estas mudanças de forma dos passivos requer muitas vezes um aumento da taxa de juros. Além disso, a pressão da demanda por reservas também pode contribuir para uma alta dos juros (IBIDEM).

No que tange as taxas de juros de longo prazo, existe um consenso entre os pós-keynesianos. Assim, ela é determinada no mercado financeiro, com participação importante das expectativas (Ibidem). Veremos como acontece o ciclo da taxa de juros.

O autor que mais significativamente contribuiu para o entendimento do ciclo econômico com predominância financeira foi Hyman Minsky com sua Hipótese de Instabilidade Financeira. Neste modelo, quando, no início do ciclo, a confiança predomina, o mercado financeiro é principalmente ocupado por operadores *hedge*, cuja renda, ou seja, salários e pagamentos, são suficientes para cobrir as obrigações. Na medida em que o ciclo avança, estas unidades podem se transformar em *especulativas* isto é, para Minsky, quando a renda é insuficiente para cobrir as obrigações e torna-se necessário adiar o pagamento das dívidas, por meio do refinanciamento, ou seja, estas empresas financiam ativos de longo prazo por meio de crédito de curto-prazo (Ibidem). Assim, toma forma a instabilidade financeira, que culmina com o surgimento de unidades *ponzi*, cuja renda é insuficiente de tal maneira para cobrir o fluxo dos passivos, que é necessário aumentar o endividamento, ou seja, pedir novo empréstimo, para arcarem com os compromissos. Estes dois últimos tipos de unidade, como se pode ver, dependem fortemente do resto do mercado financeiro para pagar suas dívidas, além de sua configuração institucional, que permite o surgimento de inovações financeiras, utilizando-se de transações de portfólio (Marcato, 2014). Neste momento a incerteza se alastra como um todo e com ela a preferência pela liquidez, que retira dinheiro da economia, gerando uma crise. Veremos os detalhes.

O próximo passo de Minsky em sua análise é a relação Kaleckiana que estabelece entre lucros e investimento, sendo o investimento futuro determinado pelo lucro esperado, ao passo em que o lucro realizado é um subproduto do investimento corrente (Ibidem). Assim, já que o investimento gera os lucros, e lucros maiores encorajam os empresários a investirem mais,

ao mesmo tempo em que estimulam os bancos a liberarem mais crédito, temos um processo auto-sustentado (Evans, 2004). Além disso, Minsky argumenta que, este otimismo, esta euforia gerada pelo início do crescimento dos lucros e do investimento (Marcato, 2014), cria um excesso de confiança na continuidade do crescimento por parte dos agentes, com aumento dos preços dos ativos e, conseqüentemente, de alavancagem (Dow, 2011), levando à passagem, já mencionada, de operadores *hedge* a *especulativos* e estas a *ponzis*, e à crescente instabilidade.

Por fim, o período de expansão inicial demonstra estar chegando ao fim por meio de uma alta da taxa de juros, provavelmente por causa do esgotamento das reservas para empréstimo, aumentando a necessidade de administração do passivo, ou por causa de uma política do BC (Evans, 2004). Este crescimento da taxa de juros não afeta significativamente a economia quando a maioria das empresas for do tipo *hedge*, mas tem impacto importante quando já predominam *especuladores* e *ponzis*, já que eles dependem fortemente de novos empréstimos. Estas unidades possuem uma elasticidade de demanda em relação ao juro quase negligenciável, o que, caso ocorram restrições ao crédito, provoca uma elevação da taxa de juros ainda maior (Ibidem). Estas empresas se vêm ameaçadas, já que com o aumento drástico dos juros o seu valor presente, e conseqüentemente as possibilidades de financiamento, despenca. Ademais, a inovação financeira abala a confiança em técnicas tradicionais de avaliação de ativos financeiros, o que afeta a sensibilidade do sistema. Um simples choque negativo por parte de alguns preços afeta as expectativas em relação a outros ativos de forma negativa (DOW, 2011).

Minsky mostra ainda dois efeitos por meio dos quais a crise se manifesta: o efeito no mercado financeiro e o efeito sobre o fluxo de caixa. O primeiro se revela por meio da quebra do valor dos ativos financeiros, que sofrem uma forte desvalorização quando as empresas são forçadas a vendê-los a fim de reduzir seus passivos. O efeito no fluxo de caixa se mostra através de uma queda dos lucros brutos, aumentando a proporção entre os compromissos de pagamento e os rendimentos brutos (Evans, 2004), conseqüência direta do aumento da preferência pela liquidez se considerarmos

a relação entre investimento e disponibilidade de crédito e lucros que Minsky estabelece. É importante notar que crises profundas geralmente combinam ambos os efeitos.

Como já foi sugerido em alguns momentos, a escola pós-keynesiana preocupa-se fortemente com o caráter histórico e institucional do sistema financeiro e bancário, apresentando o seu paradigma como sendo o de *Wallstreet*, em oposição ao paradigma da feira de aldeia neoclássico (Carvalho, 1982). Assim, surge o interesse específico pelo estudo profundo das *instituições* financeiras. Apesar de marxistas também reconhecerem a institucionalidade do mercado financeiro e sistema bancário (Evans, 2004), os pós-keynesianos se preocupam mais detalhadamente com a sua evolução e com o desenvolvimento de sua configuração. Victoria Chick (1994) resume a longa história do desenvolvimento bancário, até a capacidade atual de operação de um mercado quase que de crédito puro, onde, obviamente, o *funding* não precisa anteceder o *finance*, o que já foi observado por Keynes (1987a), algo que se deve ao desenvolvimento institucional dos bancos. Ela afirma que:

A teoria da poupança e da taxa de juros não pode – ou mesmo não deve – ser independente do estágio de desenvolvimento das instituições financeiras. Em Chick (1983, cap. 9), foi afirmado que a inversão da causalidade na relação entre poupança e investimento, proposta por Keynes (1936), não devia ser vista como a teoria correta triunfando sobre o erro, mas como uma mudança no que constituía a teoria correta, devido ao desenvolvimento do sistema bancário. (Chick, 1994, p. 10)

É possível perceber, portanto, como a teoria pós-keynesiana se enxerga, ou seja, como uma teoria fruto da história, necessária para lidar com os problemas contemporâneos, e não com questões de ordem transcendental ou universal.

Por fim, veremos o que se pode afirmar sobre a racionalidade implícita no pensamento de Keynes e dos pós-keynesianos. Apesar de ser considerada por muitos uma teoria que enxerga na ação um fato de motivação marcadamente subjetiva (Mollo, 1998), a racionalidade em Keynes tem raízes sociais. No *Tratado de Probabilidade*, Keynes explora a relação lógica entre evidências e conclusões, ponderada por uma probabilidade. Ao contrário do que muitos pós-keynesianos, como Dow (2011), afirmam, a questão

fundamental que torna a incerteza determinante para a escolha econômica não é apenas a impossibilidade de quantificar essa relação de probabilidade, mas o peso reduzido da evidência (Catão, 1992), já que a probabilidade não é formada pela repetição de fatos idênticos, mas antes de fatos meramente similares, o que significa que a indução como origem da informação para a ação é “fonte válida de conhecimento lógico somente se fundada em alguma forma de informação *a priori*, normalmente obtida através de analogia” (Ibidem, p. 65). Assim, a função das convenções sociais e dos “padrões de raciocínio”, criadas por esses padrões de repetição e incorporadas aos indivíduos por costume e educação, é guiar a racionalidade, já que oferece respostas prontamente. Distinguindo entre três tipos de incerteza, a incerteza natural, associada à ocorrência ou não de sol no dia seguinte, a incerteza social, na qual não é possível estimar os impactos de uma ação sobre a sociedade como um todo, nem os impactos dos outros membros sobre si mesmo, já que a sociedade é mais ou menos do que a soma de suas partes¹⁶, e a incerteza associada à limitação da capacidade humana e ao custo elevado do processamento de informação, a incerteza social é a mais relevante na *Teoria Geral*, sendo associada às estimativas de preços futuros de ativos financeiros (Ibidem). A última forma de incerteza é associada à racionalidade limitada e à complexidade¹⁷ (Dequech, 2003), o que caracteriza a racionalidade keynesiana.

Dow (2011), por sua vez, distingue esta racionalidade limitada daquela empregada pelas finanças comportamentais. De acordo com ela, este paradigma incorpora a psicologia de forma individualista e em relação a padrões racionalistas¹⁸, enxergando na ação individual desvios da racionalidade, isto é, “irracionalidades”. Desta forma, a autora classifica o paradigma comportamental na mesma ontologia da teoria dos mercados eficientes, já que ambos enxergam a economia e o processo social como

¹⁶ Este argumento pode ser resumido como: a sociedade é mais do que a soma de suas partes, porque apresenta características distintas dos indivíduos considerados separadamente e três conceitos que lhes são gerais, e a sociedade é menos do que os indivíduos, já que exerce poder coercitivo sobre eles, limitando-lhes a ação.

¹⁷ Ver nota 12 deste capítulo.

¹⁸ Ou seja, em relação à teoria da ação racional.

sistema fechado¹⁹, pois operam na distinção entre razão e emoção no processo de tomada de decisão, possuindo uma ontologia de sistema fechado. A distinção entre sistemas abertos e fechados é importante aqui, já que os primeiros admitem o papel essencial de fatores não econômicos no funcionamento da economia (Chick, 2004). Para Dow (2011), a sociedade deve ser enxergada como sistema aberto, onde existe um componente complexo de interação entre os diversos fenômenos, inclusive entre o que se chama de razão e de emoção na tomada de decisão, o que inclui a decisão de investir. Neste sentido, a ação e o conhecimento possuem fundo essencialmente social, apesar de caracterizar preços de ativos como “construtos psicológicos”, mantendo o posicionamento subjetivista. Ela afirma que

(...) we can see that the concept of the individual developed here involves reflexivity in that the individual understands herself in relation to society, rather than as an isolated atom. So knowledge and behaviour also are reflexive with respect to socially-conventional knowledge and behavior. Learning itself is understood as a social process, rather than the stimulus-response process of mainstream theory (Dow, 2011, p. 242).

Dequech (2009), por sua vez, enxerga a racionalidade como diretamente ligada às instituições. A caracterização do conceito de instituição de Dequech identifica-as com padrões de comportamento ou de raciocínio socialmente compartilhados, não sendo irracional seguir a convenção. Em outro artigo, o autor relaciona as instituições à incerteza social como canalizadores dessa incerteza, apontando para a sociologia econômica como fonte de conhecimento sobre essas instituições, estimulando a interdisciplinaridade (Dequech, 2003). No entanto, a caracterização que Dequech faz das instituições permite que alguns indivíduos desviem da norma, dando origem a inovações (Dequech, 2009). Para este autor, isso pode ser devido à fraqueza da coerção exercida pela instituição, já que algumas não são auto sustentadas, nem normas sociais com sanções implicadas, e nem normas “decisão-teoréticas”, na qual estão implícitas questões de ordem epistêmica e de método, mas meramente convenções mentais de raciocínio, que podem ser revolucionados com uma

¹⁹ Não é do escopo deste trabalho discutir a teoria dos sistemas em sua profundidade. No entanto, para mais informações sobre a distinção entre sistemas fechados e abertos ver Chick & Dow (2005) e, para uma discussão de maior cunho filosófico, ver a obra de Deleuze & Guattari. Na antropologia esta teoria encontra respaldo na obra de Gregory Bateson.

ideia²⁰. Esta possibilidade de desvios também é contemplada por Dow (2011), que a atribui a fortes *animal spirits*, ou seja, à relativa independência do psicológico em relação ao social. Ambos, portanto, advogam uma teoria de relação entre estrutura e agente para explicar a ação. Como veremos posteriormente, esta questão pode ser resolvida reconhecendo-se a autonomia da estrutura em relação aos agentes e a importância da cultura na agência individual (Archer, 1988), campo onde a Antropologia é privilegiada.

Estas considerações sobre a institucionalidade abre espaço para uma questão. Qual é a natureza das instituições financeiras e como elas lidam (ou poderiam lidar) com a incerteza social de forma eficaz? Para responder a esta pergunta empiricamente é, portanto, necessário recorrer à Antropologia do mercado financeiro e à sua interpretação da mudança institucional ocorrida sob o espectro da crise de 2008.

IV – A Antropologia e a particularidade

As contribuições oferecidas pela Antropologia para uma visão do mercado financeiro são muito peculiares, devido à sua proximidade em estudar o particular (Hart & Ortiz, 2014). Esta ciência também se mostra capaz de recusar duplamente o individualismo e o holismo metodológico quando preciso (Caillé, 1998), ou também incorporar ambos ao mesmo tempo, além de possuir uma abordagem desnaturalizadora do objeto estudado, como enfatiza Ho (2015). A autora mostra como visões naturalizadoras, tanto de um ponto de vista negativo sobre o mercado financeiro, que o considera como naturalmente nocivo à “economia real”, quanto de um ponto que naturaliza os conceitos da teoria econômica neoclássica (individualista), são infrutíferos no que diz respeito à real compreensão dos mercados financeiros.

Neste sentido, tende-se a recusar a grande teoria social, como a de Marx, na Antropologia, ao se questionar o poder uniformizador da moeda (Maurer, 2006). Isso ocorre, justamente pelo fato da Antropologia se voltar necessariamente para o particular, mas como uma parte do universal. Neste sentido, ela também precisa retomar essas teorias, quando pretendem inserir o seu objeto em um contexto global (Hart & Ortiz, 2014). Um exemplo de como

²⁰ Isto não é tão simples, como o próprio Dequech (2009) ressalta, já que muitas vezes é impossível imaginar outra forma de viver e de pensar que não a convencional.

os resultados não podem ser facilmente universalizados está na comparação entre os trabalhos de Bohannan (1955) e Gregory (1982), a respeito do que acontece quando uma moeda moderna é introduzida em uma comunidade tradicional. Bohannan atesta o poder uniformizador e destrutivo da moeda para os Tiv da África, devido ao afluxo de bens alimentícios para os grandes centros urbanos com o objetivo de venda. Estes bens são considerados a base de um processo ascensão social, que o autor denomina, não por coincidência, “investimento”²¹. Desarticulando este processo de investimento, a moeda age de forma desestabilizadora sobre a ordem social, levando à pobreza.

Gregory, por sua vez, descreve efeitos positivos para a economia local de comunidades da Papua Nova Guiné. Por causa da peculiar distribuição de terras, ainda concentradas pelos clãs, a introdução da relação monetária e a abertura do mercado para produtos estrangeiros fez florescer os circuitos de dádiva. Estes circuitos, intimamente relacionados à distribuição das terras, e que se mantiveram vigorosos, apesar da colonização, se beneficiaram da introdução de bens estrangeiros, que passaram a ser amplamente usados na troca de presentes. Para adquirir esses bens, tornou-se comum a venda de artigos tradicionais a turistas, o que também torna benéfica às comunidades a introdução da relação monetária.

²¹ Esta forma de investimento funciona da seguinte forma. Os bens trocáveis na economia Tiv são divididos em três esferas de troca fechadas. A primeira e que está na base do processo de “investimento” é aquela que consiste de bens de subsistência, como produtos agrícolas e utensílios domésticos. A segunda, intermediária, é formada por bens de prestígio, como gado bovino, tecidos e um bem especial, varas de cobre. A terceira, por sua vez, é constituída pelos direitos a pessoas, ou seja, a alianças, mulheres, filhos, e dependentes. Elas são consideradas fechadas, já que os bens de uma das esferas não podem ser trocados por bens de outra, com exceção das varas de cobre, que nesta sociedade exercem algumas funções da moeda, podendo ser usadas como meio de troca e reserva de valor. Considerando que as três esferas seguem lógicas de troca diferentes, também hierarquicamente organizadas, ou seja, são conduzidos por regimes de troca diferentes (Sahlins, 1972), pode-se afirmar que a primeira é regida pela troca mercantil, a segunda pelo escambo e a terceira pelo regime de dádiva. Desta forma, o “investidor” é um homem (a sociedade Tiv é patrilinear e patrilocal) cujo objetivo é ascender na escala dos objetos que possui. Assim, ele acumula primeiramente objetos da primeira categoria a fim de trocá-las por varas de cobre. Uma vez possuindo varas suficientes, ele passa a adquirir bens de prestígio, que por sua vez são ofertadas, caso sejam suficientes, como *bridewealth*, dando a ele o direito de constituir família e adentrar a última esfera de trocas. Para realizar tal feito é necessário possuir uma alta habilidade de barganha, principalmente na medida em que as trocas são realizadas em contextos cada vez mais pessoais, e requerem cada vez mais confiança no outro. A introdução da moeda, neste caso, como pode ser antecipado, teve como consequência a quebra das barreiras entre as esferas de troca e a fome, decorrente do afluxo dos alimentos em troca de dinheiro, algo realizado pelos homens a fim de pular as etapas do processo de “investimento”.

Por extensão, esta dificuldade de universalização também é verdade também para o mercado financeiro, como afirma Ho (2015), já que o estabelecimento do mercado financeiro é o ápice de uma economia monetária.

No entanto, para entender melhor a Antropologia é necessário introduzir alguns conceitos fundamentais, sendo o mais importante deles o conceito de cultura. A cultura, o objeto principal da Antropologia Social, apesar de sua grande importância, ou talvez justamente por causa dela, recebeu inúmeras definições. A primeira definição deste conceito em Antropologia é de Edward B. Tylor, que a distingue como “aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes, e qualquer outro hábito e capacidade adquirida do homem” (Tylor, 1871, p. 31). Como se pode ver por toda a obra de Tylor, esta definição identifica a cultura à civilização. Ao longo do tempo o conceito foi sendo desenvolvido para se tornar cada vez mais amplo, servindo a objetivos radicalmente diferentes daqueles propostos por Tylor²² (LARAIA, 1986).

É com Franz Boas (1896) que o conceito de cultura se torna mais moderno, no sentido de reconhecer a diversidade das culturas. Passou de um conceito que a enxergava como degraus de um processo evolucionário unilinear, para um que a encarava em sua diversidade, e também reconhecia a alteridade radical associada a ela. A crítica de Boas, que tinha como base esta diversidade, se dirigia ao método comparativo usado pela escola evolucionista²³. Para ele, não era suficiente comparar duas facas, por exemplo (este exemplo é do próprio Boas), de tribos distintas e determinar qual era a mais evoluída, já que as facas, dependendo da tribo, podem assumir papéis e usos diferentes, além de haver, muitas vezes, facas diferentes para funções diferentes na sociedade tribal. Desta forma, é preciso investigar os significados e usos de cada objeto *antes* de compará-los (Boas, 1896). Este argumento, além de demonstrar o alcance teórico e prático do novo conceito de cultura, milita contra determinismos de qualquer ordem. No que diz respeito a

²² Tylor identificava níveis de cultura, pressupondo uma hierarquia na evolução cultural, que culminaria na sociedade europeia (Tylor, 1871). Esta visão é refutada por Boas (1896), passando a Antropologia, a partir daquele momento, a encarar a cultura em sua diversidade e não em sua suposta linearidade evolucionista (Laraia, 1986).

²³ Além de Tylor, os principais membros desta escola foram Lewis Henry Morgan e James George Frazer.

determinismos biológico, este conceito mostrou como os comportamentos são culturalmente determinados, combatendo racismo, ao mostrar que não existe correlação entre a distribuição de características fenotípicas e padrões de comportamento, e sexismo, ao revelar que os papéis designados a cada sexo variam dependendo da cultura (Mead, 1935). O determinismo geográfico também não resiste a esse conceito de cultura, já que muitas vezes, culturas diferentes se desenvolvem em ambientes idênticos. A cultura não é, portanto, fruto do seu meio, mas o usa de forma adaptativa (Laraia, 1986). Assim, a diversidade da cultura resolveu de forma mais satisfatória o dilema da “conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana” (Geertz, 1978, p. 33, apud Laraia, 1986). Até hoje a diversidade da cultura é reconhecida.

Por outro lado, a cultura também é universal, já que ela é característica onipresente na espécie humana. O ser humano é, então, um animal sobretudo cultural. Toda a sua vida é organizada por ela, sendo impossível um ser humano viver sem cultura, já que é ela que lhe fornece as ferramentas para a compreensão e apreensão do mundo, assim como as ferramentas para se expressar. Os pássaros desenvolveram asas para voar, sacrificando para isso os seus braços, enquanto o ser humano constrói aviões para voar, sacrificando nenhuma parte de seu corpo (Kroeber, 1917). Usando a língua como exemplo, um cão, que convive desde o seu desmame exclusivamente com humanos, não aprende a falar, nem deixa de latir, já que é esta sua natureza. Um bebê humano, por outro lado, nunca aprenderá a falar qualquer língua se for criado por cães, mas depois de algum tempo logo começará a latir e a se comportar como cão. Isto se deve ao fato de que é da natureza humana possuir cultura, ou seja, as propriedades naturais do ser humano não são inatas (Ibidem). Para Lévi-Strauss, é a universalidade da cultura que torna a cultura de outros povos inteligível (Assis Carvalho, 2008), já que são todos regidos por modelos estruturais no âmbito do pensamento. Afirma Assis Carvalho

Modelos são sistemas compostos de oposições, complementaridades, concorrências. Possuem escalas mecânicas e estatísticas, níveis diversos de cognição; são conscientes e, simultaneamente, inconscientes. *Os primeiros reproduzem regras e padrões culturais, fabricam ordens; os segundo situam-se em nível mais profundo, oculto, recalcado.* Por isso, ultrapassam histórias

locais, transcendem indivíduos e culturas. *São comuns a todos os homens* (Assis Carvalho, 2008, p. 303, ênfase minha).

Neste sentido, as culturas individuais são casos particulares de um universal humano, o que transforma a sociedade ocidental, também, em mais uma sociedade entre várias, e não no topo de uma escala de culturas, como em Tylor. “As outras sociedades não são melhores do que a nossa: mesmo que sejamos inclinados a pensar dessa maneira, não temos à nossa disposição nenhum método para prová-lo” (Lévi-Strauss, 1955, p. 453, apud Assis Carvalho, 2008, p. 305). Este raciocínio tem sérias implicações para o trabalho do antropólogo, tornando-se necessário deixar as suas convicções em casa, a fim de desnaturalizar a própria visão de mundo, enviesada pela sua cultura. Assim, na investigação de um grupo em particular,

Os dados imediatos da percepção sensível não são, portanto, material bruto, cópia branca dos objetos apreendidos; *são propriedades abstraídas do real, que se efetivam por meio de mecanismos de codificação e decodificação inscritos no sistema nervoso central*. Por isso, afirma Merleau-Ponty, fazer Antropologia exige um longo processo de transformação de si mesmo, para que o contato com o outro não seja cercado de exotismos fantasiosos e relativismos complacentes. Além disso, o antropólogo deve entender que não é um objeto particular o que define sua especialidade, mas uma maneira de pensar que combina universal e particular, global e local, singular e plural (Ibidem, p. 302, ênfase minha).

A cultura, vista dessa forma, pode representar tanto uma separação da natureza, um processo artificial, que diferencia os seres humanos dos animais (Laraia, 1986), quanto uma parte fundamental da natureza humana sem a qual seria difícil chamar uma vida de humana (Kroeber, 1917). No entanto, o limite entre natureza e cultura é de difícil determinação, inclusive, como a última surge a partir da primeira ainda é um mistério. Kroeber, a fim de diferenciar natureza e cultura e mostrar que a evolução do ser humano supõe uma substituição do instinto pelos padrões da cultura, argumenta que as pessoas continuam a ter que satisfazer suas necessidades naturais, como alimentação, o sono e a prática sexual, mas o fazem de forma específica, informada pela cultura (Laraia, 1986). Lévi-Strauss por sua vez, considera a divisão entre ambas como sendo tênue e, mais importante, porosa, havendo uma resposta duplicada para cada lado. Assim, afirma ele que:

Passa-se livremente e sem obstáculos de um reino ao outro: em vez de existir um abismo entre os dois, misturam-se a ponto de cada termo de um dos reinos evocar imediatamente um termo correlativo

no outro reino, próprio para exprimi-lo assim como ele por sua vez o exprime (Lévi-Strauss, 1964, p. 316, apud Assis Carvalho, p. 303).

Neste sentido, pode ser interessante adotar um pensamento complexo (García Júnior & Verdi, 2015). A natureza humana não pode ser compreendida sem cultura, nem sem natureza. É a relação entre ambas, e também a entre o social e o material²⁴, e a dificuldade que ela traz na caracterização do ser humano, que marca a Antropologia. Não é possível pensar em cultura sem pensar em como ela ordena a natureza (Durkheim & Mauss, 1990 [1903]), muitos menos pensar em natureza humana sem pensar em cultura (KROEBER, 1917).

Desta forma, vimos como o conceito de cultura se desenvolveu para permitir uma visão ampla da condição humana, universalizável porque comum (Assis Carvalho, 2008) e particular porque diversa (Boas, 1896). Neste sentido, as diversas ampliações nos conceitos de cultura deram origem a metodologias diferentes de pesquisa, especialmente divergentes a respeito de como compreendê-la e muitas outras coisas em campo.

A primeira abordagem moderna da cultura é esta que se inicia com Boas e a sua crítica ao método comparativo simples (Ibidem) e a fundação por ele da escola americana de Antropologia, os chamados culturalistas²⁵. Neste tipo de análise, o que se torna objeto de estudo são os padrões da cultura, comparadas aos padrões de tecidos (Benedict, 1935). É a cultura que faz com que os padrões dos tecidos (sociais) variem de uma sociedade para a outra. Assim, a cultura molda os indivíduos, dependendo de sua condição de nascença, a fim de que ocupem um lugar predeterminado no “tecido”, aprendam técnicas coerentes com essa posição e costumes que o façam pertencer ao grupo, sendo que todo esse aparato externo à pessoa a é infinitamente anterior e passada adiante por meio da educação²⁶ (Ibidem). Ruth Benedict, assim procedendo, caracteriza a Antropologia como a “ciência do costume”.

²⁴ Por isso Economia e Antropologia.

²⁵ Além de Franz Boas, o seu fundador, esta corrente na Antropologia contém nomes importantes, como Ruth Benedict, Edward Sapir e Margaret Mead.

²⁶ Benedict, assim, concorda com Dow (2011) (ou melhor, é Dow quem concorda com Benedict).

Sucessor da Escola Sociológica Francesa²⁷, mais preocupada em estudar a organização social (Durkheim & Mauss, 1990 [1903]), Claude Lévi-Strauss dá início a um pensamento antropológico que tenta entender as sociedades a partir das suas estruturas de pensamento subjacentes (Lévi-Strauss, 2003). Assim, o sentido é gerado como em uma língua²⁸, pela interação entre significados e significantes, que geram um sistema por oposição e analogia entre signos. O estruturalismo²⁹ na Antropologia se inicia com o estudo do parentesco e dos mitos, além de poder ser aplicado às trocas. De acordo com Lévi-Strauss, qualquer troca tem que acontecer(!), já que dar e retribuir, compra e venda, são análogas na estrutura do pensamento (Ibidem), sendo que o real motivo das trocas (cerimoniais ou não) está enterrado profundamente no inconsciente. Vimos como esta metodologia facilita a compreensão da universalidade da condição humana, já que todo ser humano possui estes modelos mentais conscientes/inconscientes (Assis Carvalho, 2008), mas isto só é atingido com uma concepção idealista da cultura. Para Lévi-Strauss, a cultura só pode ser encontrada no subconsciente das pessoas (Lévi-Strauss, 2003), já que ela é “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana” (Laraia, 1986, p. 59). No entanto, ela não é estática como a estrutura do parentesco ou dos mitos, mas “é expressão da liberdade do espírito, sede da criatividade e da inovação, apesar das regulações e coerções que a fábrica da ordem cultural impõe à luta dos homens” (ASSIS CARVALHO, 2008, pp. 305-306).

Da contestação desta visão idealista e intelectualista de cultura, surge a Antropologia interpretativa, como a propõe Clifford Geertz. Nesta abordagem, a Antropologia é confrontada com a complexidade da vida social e de seus símbolos. Geertz propõe um exemplo desta complexidade. A piscadela é um sinal famoso de cumplicidade na nossa cultura, expressa por um movimento

²⁷ Fundada por Durkheim, tinha entre si antropólogos como Marcel Mauss e Lucien Lévy-Bruhl.

²⁸ Ele se inspira na linguística saussuriana para construir sua teoria estrutural.

²⁹ Além de Lévi-Strauss, podemos incluir no estruturalismo francês Louis Dumont e Maurice Godelier, este último também sendo representante da antropologia marxista, sendo duramente criticado por Pierre Clastres (2004) por impor o conceito de infraestrutura a sociedades tribais. Existem outros estruturalismos que não devemos aprofundar aqui, porque são anteriores a Lévi-Strauss, como Radcliffe-Brown e Evans-Pritchard do estrutural-funcionalismo inglês, que compreendiam estrutura como posição/organização social, ou são críticos de Lévi-Strauss que tentam ampliar o conceito de estrutura, como Mary Douglas, Marshall Sahlins, Pierre Bourdieu, etc.

das pálpebras. No entanto, um tique nervoso nos olhos também é um movimento das pálpebras, inclusive muito parecido, o que implica que alguém possa vir a confundir-lo com um sinal de cumplicidade. Esta situação explicita a natureza interpretativa da relação entre duas pessoas estabelecida pelo piscar de olhos. Quando introduzimos uma terceira pessoa, que, com o objetivo de ridicularizar a situação, ou apenas para ser engraçado ou irônico, decide imitar o piscar de olhos de um dos outros, é claro que o significado desta imitação irá diferir dependendo de se a piscada original foi um tique ou um sinal de cumplicidade. A complexidade desta situação requer uma “descrição densa”, ou seja, capaz de levar todas as possibilidades em consideração, a fim de descobrir quem tem ou não um tique, quem são os possíveis cúmplices e quem imita quem, além dos motivos de cada um (Geertz, 1978). Isto é permitido pelo fato destes acontecimentos estarem imersos na cultura, o que requer também uma outra visão desta, isto é, uma concepção semiótica. Geertz, então, como Max Weber, concebendo que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assum[e] a cultura como sendo essas teias” (Ibidem, p. 4). A Antropologia deve agir, “portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (Ibidem). Para mostrar isso com mais clareza e ver como esta concepção faz a mediação entre o particular e o universal da cultura, vale citar um parágrafo:

Visto sob esse ângulo, o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. De fato, esse não é seu único objetivo — a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento humano são outros, e a antropologia não é a única disciplina a persegui-los. No entanto, esse é um objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade (Ibidem, p. 10).

Assim, em decorrência da visão moderna de cultura e apesar da diversidade de abordagens ou metodologias surgidas a partir dela, fixaram-se na disciplina alguns objetivos e práticas, na medida em que ela buscava a sua legitimidade científica. Carrier menciona como objetivo da Antropologia, além do entendimento da cultura, a determinação das relações entre cultura e

prática, entre o que os sujeitos dizem e o que fazem (Carrier, 2005). Neste sentido, ele afirma que a disciplina, ao tentar descobrir como as diferentes facetas da vida social interagem, trabalhando assim, fundamentalmente, com algumas características de sistemas abertos (Chick, 2004), é essencialmente experimental e naturalista. Experimental, porque parte da observação e naturalista, porque o seu objeto é a vida dos sujeitos como eles a vivem (Carrier, 2005). Além disso, o método da observação participante também se fixou, justamente por causa do naturalismo mencionado. Neste sentido, a Antropologia tende a rejeitar pesquisas experimentais, como os da abordagem comportamental em Economia, por causa de seu contexto artificial. Não basta coletar dados e compará-los (Boas, 1896), é necessário se situar (Geertz, 1978) para entender o que se passa.

O trabalho de campo é a consagração deste experimentalismo e naturalismo. Como ele se comporta, no entanto, frente à teoria? O que se constata é que as teorias funcionam como uma “caixa de ferramentas”. Em campo, pode-se buscar ajuda em qualquer uma delas (Sáez, 2013), sendo que a pergunta procura uma resposta. Neste sentido, é que chamamos as três abordagens principais acima descritas de metodologias, mas em outro lugar poderiam ser chamadas de paradigmas. Não lidamos aqui com paradigmas em Antropologia, já que, a partir da crítica de Boas (1896) ao reducionismo evolucionista, esta disciplina enxerga a vida cultural em sua diversidade, nas relações entre cultura e prática e entre os diversos aspectos da vida em sociedade (Carrier, 2005), ou seja, também entre as diversas instituições. Assim, é uma hipótese válida para este trabalho que a Antropologia, como um todo, parte do pressuposto de que o seu objeto de estudo é um sempre um sistema aberto. As teorias, desta forma, são mais complementares do que rivais.

Depois de aprofundar alguns aspectos da Antropologia, como o conceito de cultura, o empirismo e o naturalismo e a observação participante em campo, é necessário retornar ao nosso objeto, isto é, à Economia como ciência e um dos seus objetos, o mercado financeiro, devido ao perigo de perder o fio da meada. Deve-se, então, ressaltar o conceito de economia (como campo de relações, ou seja, objeto de estudo da Ciência Econômica) próprio da

Antropologia e como ela difere do conceito da Economia. Para atender às necessidades antropológicas o conceito deve ser ampliado, a fim de englobar trocas não mercantis e se tornar o objeto da antropologia econômica. Afirma Carrier:

Economic life is the activities through which people produce, circulate and consume things, the ways that people and societies secure their subsistence or provision themselves. It is important to note, though, that 'things' is an expansive term. It includes material objects, but also includes the immaterial: labour, services, knowledge and myth, names and charms, and so on. In different times and places, different ones of these will be important resources in social life, and when they are important they come within the purview of economic anthropologists. In other words, where some economists have identified economic life in terms of the sorts of mental calculus that people use and the decisions that they make (for example, utility maximisation), which stresses the form of thought of the person being studied, most economic anthropologists would identify it in terms of the substance of the activity; even those who attend to the mental calculus are likely to do so in ways that differ from what is found in formal economics (...). This substance includes markets in the conventional sense, whether village markets in the Western Pacific or stock markets in the First World. However, these markets are only a sub-set of economic life, and in accord with their tendency to see the interconnections in social life, economic anthropologists tend to situate things like markets or other forms of circulation, or production or consumption, in larger social and cultural frames, in order to see how markets, to continue the example, affect and are affected by other areas of life (Ibidem, pp. 3-4).

Esta definição aponta para a importância de outros elementos que não são a taxa de juros, o preço dos ativos financeiros ou a forma de cálculo realizada pelos agentes. Algumas categorias novas devem analisadas.

A primeira é a de *esfera de troca*, que já foi introduzida no início desta seção. Relembrando, esferas de troca são conjuntos de bens e serviços, ou como quer Carrier, também conhecimento, mitos, etc., de circulação restrita entre si. Existe uma tentação, especialmente proeminente depois dos trabalhos de Gary Becker e da escola de Chicago (Ibidem), de mercantilizar as relações humanas numa sociedade mercantil. No entanto, também possuímos nossas esferas de troca, principalmente dividida entre o que se pode e não comercializar (Kopytoff, 1986). Neste sentido, temos uma exclusão moral e legal, em algumas partes, do comércio sexual, de crianças, de órgãos e tecidos, etc. (Radin, 2001). Mesmo caso seja legalmente permitido que estas coisas possam ser comercializadas, existem restrições morais a sua mercantilização. Caso seja ilegal e continuem a ser comercializadas, como

acontece com drogas, e outros contrabandos, perdem, na linguagem corrente, o *status* de comércio, passando a ser designadas como *tráfico*.

Estas esferas de troca podem, talvez, não ser inter-conversíveis porque operam em regimes de troca diferentes. Como mostra Sahlins (1972), existem vários *regimes de troca*, sendo três os tipos ideais: a troca mercantil, o escambo e a dádiva. À medida que as trocas se tornam mais impessoais elas se parecem mais com um regime mercantil. Este último rege as trocas com tribos estranhas ou com o homem ocidental (Sahlins, 1972), enquanto formas pessoais de troca, como a dádiva, são realizadas entre parentes e aliados. O escambo, forma intermediária nesta análise, acontece em contextos informais de encontro entre tribos próximas, com certo histórico de contato. Neste sentido, este último regime de troca possui características muito peculiares, já que não incorpora as regras formais e rituais que caracterizam a dádiva, nem a impessoalidade radical da troca mercantil. Ele é profundamente influenciado, por sua vez, pela confiança mútua entre indivíduos, pela interpretação contextual de demandas, ofertas e intenções (Humphrey & Hugh-Jones, 1992). Assim, como veremos no próximo capítulo, o escambo é uma evidência da fragilidade da hipótese de violência recíproca, como afirmada por Aglietta e Orléans (1990), sendo que ele a supera de forma incrivelmente fácil, ao mesmo tempo em que a exacerba. Tendo em mente os regimes de troca é possível perceber que isto também ocorre em nossa sociedade. A compra e venda de sexo, por exemplo, é um tabu, porque acredita-se que o sexo, análogo ao amor, mesmo que ambos não coincidam, é organizado por um regime de troca distinto, não regido pelo cálculo.

A dádiva (deve-se abrir um espaço para ela), por sua vez, é troca ritual pura e demonstra antropologicamente a relação entre economia e poder/direito. Mauss afirma que a dádiva é composta de três obrigações: a de dar, de receber e de retribuir (Mauss, 2003 [1925]), o que a torna capaz de iniciar longos ciclos de troca. Ao ser troca entre coletividades ela impõe sanções aos que devem uma retribuição e concedem “prestígio” a quem doa. Sendo essa troca bilateral ela forma alianças, porque os bens trocados por dádiva são inalienáveis, ou seja, sempre conservam algo do doador (Gregory, 1982), e assim, as dívidas nunca são pagáveis. Esta noção de dívida faz Mauss

argumentar que a moeda não se origina do escambo, como defendido por alguns economistas, mas da dívida, cuja lógica a moeda estende às relações impessoais por ser reserva de valor e unidade de conta, capaz de quantificar a dívida.

Distinguiremos dívida de mercadoria tomando como referência o livro de Gregory (1982). Primeiramente, ele as distingue pelo status social dos transatores. No regime de commodity, os agentes envolvidos nas trocas são necessariamente independentes reciprocamente, qualificando-se perante uns aos outros como perfeitos estranhos, enquanto na dívida as trocas são feitas entre “amigos”. Segundo, é o status social da coisa transacionada que importa. No sistema mercantil, o objeto transacionado (a commodity) é necessariamente alienável, ou seja, deixa de pertencer a **A** assim que for transferida para **B** e **A** recebeu o seu pagamento. Isto é um reflexo da presença da propriedade privada neste tipo de sociedade. Terceiramente, existe um aspecto espacial da troca que distingue os dois regimes. A troca de commodities é observável como uma única transação, de dois objetos em sentidos contrários. Diferentemente disso, a dívida se revela como duas operações separadas, mesmo que aparentemente ocorra o mesmo, ou seja, que **A** dê **x** a **B** e **B** dê **y** a **A**, configurando no primeiro momento a dependência de **B** em relação a **A** e, no segundo momento, uma dependência de **A** em relação a **B**, resultando em uma dependência mútua ou aliança. Quarto, há uma dimensão temporal da transação de dívidas, que desaparece para *commodities*. Estas até podem ser trocadas a crédito, mas ainda assim serão vistas como unidas no tempo (pela moeda e os contratos monetários), como uma única transação, como foi explicado acima. Quinto, o motivo das transações é talvez o aspecto mais importante desta distinção. Enquanto a dívida se origina da vontade de angariar seguidores e provocar a dependência deles, o motivo pelo qual ocorre a troca de commodities é possuir o outro objeto pelo qual se troca, ou no caso de trocas por dinheiro, riqueza monetária.

Uma categoria que também deve ser introduzida é a de *regime de valor*. Leitores atentos devem ter percebido que cada regime de troca opera de uma determinada forma, porque atribui valor de forma diferente ao que é trocado. Esta categoria deriva da interpretação de Simmel de que o valor tem um lado

material e outro socialmente construído, de acordo com o contexto da troca (Appadurai, 1986). Logo, não existe uma forma universal subjetiva de valor, como pregado pelos marginalistas. As formas como as coisas recebem valor depende de como elas são encaradas e a qual uso elas se destinam, o que acarreta a sua inserção em determinadas esferas de troca (Kopytoff, 1986). A circulação destas coisas através das esferas de troca é determinada pela sua biografia cultural, que é uma história ideal pré-determinada do objeto (Appadurai, 1986). Como vimos, pessoas também tem biografias culturais (Bohannan, 1955), se misturando às coisas na circulação, determinando simultaneamente lugares e contextos de troca. No entanto, as biografias culturais são diferentes de histórias sociais das coisas, como a história da acumulação de capital em Marx. Elas são, por assim dizer, a sua versão micro, ou de curto prazo. Afirma Appadurai, sobre esta relação, o seguinte:

A história social das coisas e suas biografias culturais não são assuntos de todo separados, pois é a história social das coisas, no decurso de longos períodos de tempo e em níveis sociais extensos, que constrói coercitivamente a forma, os significados e a estrutura de trajetórias de *curto prazo*, mais específicas e particulares. Também há casos, ainda que tipicamente mais difíceis de documentar ou prever, em que muitas alterações pequenas na biografia cultural das coisas podem, com o tempo, levar a alterações em suas histórias sociais (Appadurai, 1986, p. 54, ênfase minha).

As biografias culturais das coisas são informadas por determinadas mitologias, o que se aplica também ao mercado financeiro. Nas bolsas de mercadorias e de valores a mitologia da circulação

(...) mistura rumores com informações mais confiáveis: com respeito a reservas de mercado, regulamentações governamentais, alterações sazonais, variáveis de consumo, crescimentos de mercados internos (inclusive os rumores sobre as intenções ou motivações de outros especuladores) e assim por diante. Tais informações compõem um cenário de variáveis incessantemente alternantes (e potencialmente infinitas) que afetam os preços. (...) A base estrutural dessa mitologia da circulação de mercadorias é o fato de ela jogar *indefinidamente* com flutuações de preços; de buscar exaurir uma série inexaurível de variáveis que afetam os preços; e de seu interesse por mercadorias ser exclusivamente *informacional* e *semiótico*, completamente divorciado do consumo (Ibidem, pp. 71-72).

Anna Tsing (2013) dá um excelente exemplo de como as biografias culturais são ampliadas pela sociedade mercantil e pelo capitalismo. Ao estudar o comércio de cogumelos *matsutake*, considerados iguaria no Japão, ela constata que eles passam por diversos regimes de valor ao longo de sua

jornada. Na sua coleta, que é realizada no Oregon (EUA) e na China, foram desenvolvidos sistemas próprios de barganha e exibição dos cogumelos em regime de competição. No entanto, essa competição não era mercantil, assemelhando-se ao *potlatch*³⁰ sobre o qual Mauss (2003 [1925]) escreve, um sistema agonístico de dádiva. Após longas negociações com os compradores, os cogumelos chegam à seleção, onde são lavados, sortidos e padronizados (Tsing, 2013), para serem enviados ao Japão, onde passarão por nova triagem. Este processo padroniza os cogumelos, transforma o fruto do trabalho dos coletores em mercadorias a ser vendidas, aliena o produto do trabalhador. No entanto, quando chega ao país de destino é vendido com uma finalidade específica. No Japão, é visto, além de ser uma iguaria, como algo para se comer em comemorações ou como presente para se comer junto. Assim, inicia-se um ciclo de dádiva, cuja ligação com os coletores foi apagada.

Dados estes conceitos, que serão retomados no próximo capítulo, definiremos nosso referencial antropológico contra o qual serão comparadas as teorias econômicas, a fim de definir qual será a mais adequada para a construção de uma relação de interdisciplinaridade. Para os fins desta análise os conceitos fundamentais são como as teorias definem sociedade, moeda e o próprio mercado financeiro.

Como se pode ver, a *sociedade* em antropologia é inseparável do conceito de cultura. Como estamos em um terreno de descrições densas (Geertz, 1978) sempre existem muitos lados a se considerar. Já que o conceito de sociedade está intimamente ligado ao de cultura podemos ver que ele pode receber tanto um sentido geral, quanto um particular. No sentido geral a sociedade é o que designa a natureza humana, é de nossa natureza viver em sociedade, ter cultura. “Evoluímos” fisicamente ao mesmo passo em que desenvolvemos cultura. Além disso, a sociedade possui um caráter normativo, cria regras e instituições, já que o comportamento humano se orienta por elas e não instintos. Portanto, ela “exprime o caráter instituído dos princípios da ação e da organização sociais” (Viveiros de Castro, 2014). No entanto, este sentido é muito estrito e parece que faz pesar uma agência autônoma sobre os

³⁰ O *potlatch* é uma competição de dádiva. Quem dá mais, quem exhibe maior generosidade e desapego, é o vencedor e merecedor do prestígio.

indivíduos. Assim, deve ser levados em consideração que a sociedade é, fundamentalmente, criadora de fatores de *socialidade*. Pode-se dizer que a moeda é um fator de socialidade (Simmel, 2004 [1900]), por exemplo. O sentido particular de sociedade, por outro lado, é associado a Estado-Nação, a povo, ou grupo em particular. Recentemente, todavia, este conceito de sociedade tem recebido críticas, por ser, por um lado, embebido em conceitos ocidentais sobre associação humana e, por outro, por causa de sua visão de sociedade autocontida, descartando as relações dinâmicas entre elas (Viveiros de Castro, 2014). Vemos, através destas ressalvas, como os conceitos, este especialmente, ainda estão em desenvolvimento. Enfrentam o mesmo problema que Dequech (2009) ao explicar os desvios da regra e/ou das instituições, resultando em inovações. No entanto, estas definições em conjunto com as ressalvas são suficientes para delimitar o conceito. Uma hipótese difícil de contestar é a de que os sujeitos mantêm uma postura interpretativa frente à cultura, guiando assim suas ações. A cultura, neste sentido, está sempre referenciada, tornando-se uma possibilidade de inteligibilidade da ação (GEERTZ, 1978).

O conceito de moeda também deve ser apresentado em sua ambivalência. Por um lado, ela se subordina à reprodução social, aquilo que a Antropologia chama de econômico (Carrier, 2005). Como foi mostrado, na Papua Nova Guiné, a introdução da moeda fez os circuitos tradicionais da dádiva florescerem (Gregory, 1982) e isto se deve a esse fato. A moeda não destrói as relações tradicionais, porque se subordina à lógica de reprodução da dádiva, já a muito pautada na distribuição de terras. Durkheim estabelece a divisão entre dos circuitos da vida social sendo o primeiro representado pelo dia-a-dia, pelo curto-prazo, pela individualidade e materialidade, e o segundo representado pelo social propriamente dito, pelo longo-prazo, pelo coletivo e idealizado. A moeda se encontra no primeiro circuito, enquanto a lógica de reprodução é do âmbito do segundo (Hart, 2005). Em nossa sociedade, este fato se mantém, já que nem tudo pode ser comprado por dinheiro.

Por outro lado, a moeda adquiriu, em nossa sociedade, um significado social próprio, já que se desenvolveu paralelamente à lógica de reprodução, como foi apontado por Marx (Mollo, 1998). Os dois circuitos de circulação social, reencarnados nas esferas privada e pública, são mediados pela moeda,

a partir do momento em que se passou a comprar força de trabalho com dinheiro. Ganha-se dinheiro no trabalho para gastá-lo em casa e, assim, dinheiro passa a ser importante para a vida privada. Ao mesmo tempo, a impessoalidade do trabalho se impõe à individualidade do trabalhador, o que requer uma separação cada vez maior destas esferas. No entanto, esta separação nunca será perfeita, o que, por sua vez, revela a importância dos mecanismos culturais na manutenção desta dualidade. Nas crises é onde mais se percebe a fusão de ambas as esferas (Hart, 2005). Desta forma, a moeda, ao mesmo tempo em reforça esta “divisão institucional” e a impessoalidade necessária para a interação do indivíduo com a sociedade, ela representa uma ponte entre o individual e o coletivo, o que reforça a sua ambivalência³¹ e o seu papel na manutenção de um fino equilíbrio social. Como Hart afirma

People want to integrate division, to make some meaningful connection between themselves as subjects and society as an object. It helps that money, as well as being the means of separating public and domestic life, was always the main bridge between the two. Today money is both the principal source of our vulnerability in society and the main practical symbol allowing each of us to make an impersonal world meaningful (Ibidem, p. 167).

Neste sentido, a moeda é um novo Deus, não apenas por ser sacralizada (Aglietta & Orléans, 1990), mas por desempenhar uma função que dá significado às relações, configurando-se como um fator de socialidade³².

No que diz respeito ao mercado financeiro propriamente dito a Antropologia reconhece a necessidade de conversas interdisciplinares nesta área. As ferramentas usadas pelas pessoas incorporam conhecimentos de várias disciplinas, notadamente, da Economia (Maurer, 2005). Neste sentido, as ferramentas incorporadas da hipótese dos mercados eficientes, tornam o mercado de fato eficiente, já que esta é a lógica de reprodução de longo-prazo. A eficiência de mercado é construída socialmente, através de mecanismos sociais de regulação (Garcia-Parpet, 2003), o que McGoun (1992) chama de performatividade. Isto se torna marcante nos mercados financeiros, pela imposição de regras e leis, que reforçam o caráter competitivo e individualista

³¹ Outra forma de apresentar a ambivalência da moeda é compará-lo a uma relação de dupla face, uma cara e uma coroa. O próprio Hart (2005) discute esta ambivalência para analisar o euro. Ver nota 9.

³² Para a religião como fator de agregação e socialidade ver Malinowski (1948).

da bolsa de valores, entre outros comportamentos que tentam simular um mercado perfeito (MÜLLER, 2006).

Por outro lado, esta simulação da eficiência é apenas parcial, já que ainda persiste a competição e desejo de “ganhar”, além de relações não-mercantis, principalmente no que diz respeito à busca por informação (Ibidem) e a conquista de clientes (Ho, 2009). Se recordarmos os dois circuitos de circulação social designados por Durkheim, percebemos que este último comportamento se encontra no circuito de curto-prazo, sendo que o equilíbrio, o momento em que ativos e passivos se igualam, no qual o lucro médio será igual a zero, é o imaginário que constitui a mitologia que caracteriza o circuito de longo-prazo (Maurer, 2005), que também inclui a lógica de reprodução da sociedade. Neste sentido, o equilíbrio nunca é alcançado, já que as inovações, decorrentes da lógica capitalista (relações que são encabeçadas pela moeda) (Hart, 2005) de busca pelo lucro, alteram as biografias culturais, que, por sua vez, alteram as histórias sócias³³ das coisas (Appadurai, 1986). Neste sentido, os mercados financeiros são intensamente místicos, já que acreditam nos números, como prega o mercado eficiente (Fama, 1970), mas enxergam atrás da opacidade destes um ente abstrato com quem mantêm relações (MAURER, 2005).

Uma outra forma de estudar os mercados financeiros é adotar o foco na sua normatividade (Ibidem), portanto, em suas instituições (Dequech, 2009), e nas suas formas de conduta, ou seja, costumes, hábitos e práticas, superando o caráter abstrato dele, que muitas vezes se encontra naturalizado (Ho, 2009). No caso de se depararem com a incerteza, um bom exemplo é o trabalho de Chong e Tuckett (2015). Ao estudarem mercados financeiros específicos por meio de observação participante e entrevistas semi-estruturadas, os autores encontram narrativas sobre os valores fundamentais das ações, mas nunca os próprios valores fundamentais (Tuckett, 2012). Além disso, aparece um sentido de justificação nessas narrativas, sempre em termos do mais novo modelo acadêmico (Chong & Tuckett, 2015). Assim, os autores chegam à conclusão de que o que realmente é importante para o funcionamento dos mercados

³³ Pode-se concluir, seguindo este raciocínio, que a história social das coisas está encarnada em um caminho até um equilíbrio, descrito pela teoria do equilíbrio geral.

financeiros não é a capacidade de prever o retorno ou o preço de uma ação de um determinado modelo, mas a capacidade de criar linhas narrativas de justificação de um determinado ato de comprar ou vender, na maioria das vezes, em termos desses modelos. Desta forma, Chong e Tuckett inserem o mercado financeiro na categoria de lugar social e socialmente construído.

Além disso, é possível desconstruir a ideia da impessoalidade do mercado acima mencionada, já que há evidências da dívida nos mercados financeiros (Maurer, 2005). Isto não é consenso, já que alguns estudos enfatizam a distinção entre o mercado financeiro e as obrigações da dívida, principalmente no que diz respeito à medida do tempo, que na dívida seria o tempo das comemorações, dos encontros, enquanto no mercado financeiro é o tempo do calendário, o tempo que é dinheiro, que importa (Miyazaki, 2013b). No entanto, a presença de características comuns é inegável, como Appadurai (2011) mostra, comparando os competidores do *potlatch*, um torneio de trocas do Nordeste do Pacífico, onde quanto mais bens se sacrifica mais fama e prestígio é recebido ao final (Mauss, 2003 [1925]), com o comportamento daqueles que vendem a descoberto, apostando na queda dos preços ao vender ações ou derivativos com o intuito de lucrar com a recompra. Os riscos, em ambos, seriam altos com prováveis rendimentos também altos. O objetivo de Appadurai é encontrar na dívida o espírito ou motor da máquina, representada por todas as fórmulas, tecnologias financeiras e regulações, mostrar que negociantes da bolsa são competidores em um grande torneio de valor (Appadurai, 2011). Neste sentido, podemos enxergar, por exemplo, uma explicação para os desvios da norma apontados por Dow (2011) e Dequech (2009), animados por um espírito agonístico comparável ao *potlatch*.

Miyazaki (2013a), como veremos no último capítulo, compara o conceito de dívida com o de arbitragem³⁴, na medida em que ambos são extensíveis a outros âmbitos de análise. A dívida é extensível na medida em que fornece uma poderosa ferramenta analítica para a investigação de quase qualquer forma de relação que se expressa pela troca, como, por exemplo, Pitt-Rivers

³⁴ A arbitragem como prática é se aproveitar de diferenças de preços de um mesmo ativo em mercados diferentes, ou ativos parecidos em mercados iguais, para obter lucro. Como pressuposto teórico, ela é o que garante a igualdade dos preços de um ativo em todos os mercados, tornando os mercados eficientes (Miyazaki, 2013b).

(2016) que analisa a amizade pela ótica da dádiva. O conceito de arbitragem é igualmente estendido, já que os operadores japoneses estudados por Miyazaki, ao praticarem arbitragem, se entendiam como contribuindo para a eficiência do mercado. Este propósito de criar a eficiência e a existência universal de mecanismos de arbitragem eram incorporados por eles como ferramentas de análise de situações da própria vida (Miyazaki, 2013a). Será mostrado no capítulo III, como esta noção contribuiu para uma crise de racionalização no mercado financeiro japonês no pós-crise de 2008.

V – Conclusão do primeiro capítulo

Uma conclusão que pode ser feita a partir do descrito acima é de que a importância do mercado financeiro, e a própria existência desse mercado, para a sociedade capitalista é preservada e mantida através da constante justificação dos acertos e erros, algo que cria a confiança necessária no mercado para que se possa investir, um fator essencial para o crescimento capitalista (Chong & Tuckett, 2015). Além disso, existem mecanismos normativos dentro deste mercado, além de ferramentas que condicionam o seu funcionamento (Maurer, 2005) e relações que nem sempre são pautadas pelo cálculo (Dow, 2011). Nem sempre é vantajoso recorrer em última instância à grande teoria marxista ou neoclássica para compreensão do seu funcionamento macro (Hart & Ortiz, 2014), nem micro (Bresser-Pereira & Lima, 1996), sendo melhor inserir o particular no contexto da própria história das finanças, independentemente de ser formulada de forma neoclássica, comportamental, marxista, keynesiana, funcionalista ou estruturalista. O que importa é que esse objeto de estudo tem convivência íntima com a academia (McGoun, 1992; Iaquiapaza, Amaral & Bressan, 2009), o que refina as suas tecnologias, gerando um equilíbrio auto induzido (Garcia-Parpet, 2003). Por outro lado, os agentes do mercado não se separam completamente de suas personalidades privadas (Hart, 2005), nem se desvencilham da opacidade do mercado (Maurer, 2005), o que Keynes chama de incerteza social (Catão, 1992). Logo, existem muitas formas de fazer essa interdisciplinaridade.

Todavia, é necessário escolher quais conceitos econômicos serão de maior utilidade para Antropologia. Por outro lado, e de forma mais importante aqui, devemos escolher qual ou quais paradigmas da Economia aqui

apresentados oferecem espaço para a contribuição empírica da Antropologia. Esta é tarefa do próximo capítulo.

Antes de proceder, no entanto, é importante ressaltar a importância do econômico (entendido como materialidade, troca e cálculo) na sociedade ocidental contemporânea. Esta esfera de relações se tornou autônoma em relação às outras esferas da sociedade (Müller, 2006), por meio de um processo iniciado no final do século XIX, descrito por Polanyi (1980). Com esta autonomia em relação às outras esferas, a economia ganha em importância na organização social e na constituição do universo simbólico em que vivemos. É comum, atualmente, pensar em termos de conceitos do mercado, como trabalho, preço, juros. No entanto, as relações econômicas mercantis, onde entram as práticas das bolsas de valores, devem ser entendidas não como algo autônomo ou abstrato, que foge do conceito de relação pessoal propriamente dito, já que esta autonomia se opera mais de forma simbólica e teórica do que prática. É preciso entender esses meios como construídos pela prática e execução diárias (HO, 2009).

O próprio conceito de *homo economicus* é uma construção social e simbólica que nada tem de natural, mas pode ter a sua história contada a partir do pensamento clássico grego (Luz & Fracalanza, 2013). Granovetter (1985) aponta para a *embeddedness* das ações individuais nas ações da coletividade, no sentido de que é arriscado epistemologicamente, tomar posições que subestimam o fator social na ação, que produzem discursos naturalistas da ação (como a neoclássica), além de posições que superestimam o social, considerando que as regras são internalizadas, pouco importando o que se passa ao redor (como a marxista). Qual é a importância disto para este trabalho? Apesar de muitas ações dos agentes nos mercados financeiros não poderem ser analisados como *embedded*, já que se relacionam de forma muito distante com outros mercados e esferas da vida (Maurer, 2005), as instituições financeiras devem ser encaradas como parte de uma estrutura social maior, como parte constituinte que goza de um poder e autonomia relativos. Além disso, como foi comentado na última seção, noções como equilíbrio de longo prazo, devem ser entendidas como o *ideal* que se produz simbolicamente no modelo de reprodução de longo prazo (HART, 2005).

Prossigamos para o problema dos paradigmas e a sua possível solução por meio da interdisciplinaridade.

CAPÍTULO II

A interdisciplinaridade entre Economia e Antropologia

Adquire-se tranquilidade sobre todos os problemas resolvidos com o método da multiplicidade de acordo com os fenômenos quando se cumpre com a exigência de deixar subsistir as explicações convincentes. Pelo contrário, quando se admite uma e se exclui a outra, que se harmoniza igualmente com o fenômeno, é evidente que se abandona a investigação naturalista¹ para se cair no mito (Epicuro de Samos, fonte: escolanomade.org).

Neste capítulo, será abordado o problema relacionado aos paradigmas, à sua incomensurabilidade e às revoluções científicas das quais surgem, como foi apresentado por Thomas Kuhn (1998 [1962]), além dos seus refinamentos posteriores. Será mostrado como a especialização científica decorrente do esquema de Kuhn (Dal Magro, 2013) é desafiada pela emergência de novas tecnologias científicas, que são tecnologias fruto de cooperações interdisciplinares criadas como respostas da ciência aos problemas da vida e que se tornaram parte do cotidiano moderno (Velho, 2010; Gauer, 2013), como os computadores, a internet, etc., e pela complexidade dos problemas contemporâneos (Garcia Júnior & Verdi, 2015), o que demanda convergências interdisciplinares, que, por sua vez, fornecem novas respostas e tecnologias. É possível afirmar que a vida comum está submersa na ciência por meio destas tecnologias e pelo nível de senso comum alcançado por algumas das formulações mais gerais que ela produziu (VELHO, 2010).

Serão apresentados, então, os problemas enfrentados pela Ciência Econômica ao abordar esta complexidade inerente ao mercado financeiro, já que existem diversas formas pelas quais ele pode ser apreendido, vivido e usado (Maurer, 2005), e duas possíveis soluções teóricas e metodológicas,

¹ Torna-se necessário distinguir, neste momento, dois naturalismos distintos presentes nesta discussão. Um é o naturalismo da Antropologia, a qual Carrier (2005) faz referência, que consiste em investigar as coisas em seu estado bruto, ou seja, é preciso “estar lá pra ver” como as coisas realmente são. O outro naturalismo é utilizado pela maioria das correntes econômicas ortodoxas, que explica os fenômenos sociais como fenômenos da natureza, em termos de relações estímulo-resposta e de fórmulas matemáticas (Klimovsky & Hidalgo, 2012). Este é o enfoque teórico da escola neoclássica.

entre elas o estabelecimento de uma relação de interdisciplinaridade com a Antropologia. Já que esta última depende em grande medida da interdisciplinaridade para o estudo do mercado financeiro (Miyazaki, 2013b), será de enorme importância demonstrar esta necessidade também para a Ciência Econômica, além de mostrar qual ou quais paradigmas desta ciência estão mais bem preparados para iniciar tal colaboração, eliminando os que não definem ou enxergam o objeto de pesquisa, o mercado financeiro e sua relação com a moeda e a sociedade, de forma compatível.

I – Kuhn e o paradigma

O filósofo Thomas Kuhn desenvolve o conceito de paradigma em seu livro *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1998), originalmente publicado em 1962. Neste livro, Kuhn se opõe a algumas verdades estabelecidas e amplamente aceitas na literatura, como a ideia de progresso cumulativo da ciência, a crença de que a ciência evolui aproximando-se da “verdade”, além da noção de que a escolha entre teorias se baseava em critérios puramente objetivos (Dal Magro, 2013). Por esta razão, ele é de grande importância para este trabalho, já que mostra em que medida a adesão a uma teoria, paradigma ou matriz disciplinar é informada por visões de mundo, que podem ou não encontrar respaldo na teoria.

Na *Estrutura* Kuhn defende, essencialmente, as três teses contrárias às indicadas aqui, ou seja, argumenta que o progresso da ciência não é contínuo, nem cumulativo, ocorrendo rupturas, chamadas por ele de “revoluções científicas”; defende a ideia de que paradigmas diferentes são incomensuráveis, o que levou a interpretações de que eles seriam incomparáveis, por parte de seus leitores (Ibidem); e a tese de que a escolha de teorias científicas não é puramente objetiva, principalmente durante estas revoluções (Kuhn, 1998). O autor descreve o paradigma como algo compartilhado por um grupo de cientistas, o que inclui leis, suposições teóricas, métodos e técnicas, uma metodologia relativamente homogênea, princípios metafísicos gerais (como formas de ver o mundo), compromissos intelectuais, etc. Estes paradigmas caracterizam a ciência em épocas de “ciência normal”, mas são desafiados em épocas de “revolução” (Ibidem). Veremos como ocorre o progresso da ciência de acordo com Kuhn.

O progresso científico na *Estrutura* é constituído de fases, a saber, a fase pré-paradigmática, a “ciência normal”, a crise e a revolução, à qual se segue novamente uma fase de ciência normal e depois, novamente, crise e revolução e assim sucessivamente. Na fase pré-paradigmática há um grande número de escolas competindo entre si. Quando uma delas é capaz de produzir um resultado notável, a maioria dos praticantes é atraída por ela, instituindo, então, um paradigma. Inicia-se a fase de ciência normal, guiada pelo modelo comum do paradigma, que fornece os problemas a serem resolvidos, as formas como são resolvidos e um conjunto de teorias, que são então confrontadas com a realidade. Chega, enfim, o momento em que as teorias começam a apresentar anomalias², ou seja, fatos novos que não conseguem explicar, gerando desconfiança em relação às verdades até então aceitas. O período de crise se inicia, onde surgem novas teorias e formas de pensar que desafiam o antigo paradigma, chegando ao seu ápice quando surgem teorias rivais que competem por seguidores na ciência como um todo. Um exemplo disso pode ter sido a controvérsia entre a Banking School e a Currency School (Mollo, 1994) no século XIX. A revolução acontece quando um novo paradigma surge e supera o antigo.

As fases de crise e revolução são profundamente marcadas pela subjetividade dos cientistas, já que especulações e conjecturas se tornam importantes nas discussões. No entanto, a escolha de adesão a uma nova teoria não é arbitrária, já que se mantêm certos valores do paradigma anterior que balizam esta escolha. Kuhn se refere a estes valores como sendo a simplicidade da teoria, a sua fecundidade, ou seja, a capacidade de levantar e resolver novas questões, entre outros, além de fatores ideológicos e psicológicos (Kuhn, 1998). Quando surge um novo paradigma o que se tem é o surgimento de uma nova percepção, que é modelada pelo paradigma. Uma nova visão de mundo.

No sentido de Kuhn, portanto, o progresso da ciência não é unilinear, isto é, não possui um fim em si mesmo, ou predeterminado. Ele se mostra mais como “um processo de evolução a partir de um início primitivo — processo

² É importante lembrar que o problema das anomalias apresentadas pelo paradigma dos mercados eficientes (Fama, 1991) foi a grande motivação para que surgissem as finanças comportamentais (Shiller, 2003).

cujos estágios sucessivos caracterizam-se por uma compreensão sempre mais refinada e detalhada da natureza” (Ibidem, p. 213). Comparado à evolução das espécies, este processo leva à especialização dos campos científicos. O que ocorreu nas ciências sociais, no entanto, foi uma multiplicação das óticas sobre um mesmo fenômeno, a sociedade, ou melhor, a separação das disciplinas pela preponderância defendida por cada uma de elementos desta a serem enfocados (Lima & Cortes, 2013), como por exemplo, o econômico, o político, etc.

No que diz respeito à incomensurabilidade entre os paradigmas tratada na *Estrutura*, Kuhn recebe várias críticas e é chamado de relativista por aqueles que compreenderam os paradigmas como visões de mundo ou até mesmo mundos diferentes (Dal Magro, 2013). No entanto, esta incomensurabilidade se deve ao comprometimento dos pensadores aos seus respectivos paradigmas, já que, depois de uma revolução, o novo paradigma vencedor instaura um novo entendimento do objeto de estudo, enquanto os que não foram convencidos tentam desesperadamente expandir o antigo paradigma. Neste sentido a incomensurabilidade resulta da discordância a cerca dos problemas relevantes a serem solucionados, da mudança dos padrões de resolução para estes problemas e ao fato de que, depois de uma revolução, os conceitos, termos e experiências são reorganizados, se relacionando de forma diferente (Kuhn, 1998). É neste sentido que podemos afirmar que paradigmas diferentes operam em mundos diferentes.

A respeito dos critérios de decisão entre paradigmas, o autor foi criticado por ser demasiado subjetivista e psicologista por alguns leitores de sua obra, como Lakatos e Laudan (Dal Magro, 2013). Kuhn, no entanto, desenvolve também o conceito de “matriz disciplinar”, que seria formada por um conjunto de valores que são compartilhados pelos membros de uma comunidade científica e que seriam preservados durante algumas crises e revoluções. Eles não são determinísticos para a escolha de teorias distintas, mas admitem divergências quanto a sua aplicação, constituindo-se mais como um ponto de referência do que como uma trilha demarcada (KUHN, 1998).

Em suma, embora os valores sejam amplamente compartilhados pelos cientistas e este compromisso seja ao mesmo tempo profundo e constitutivo da ciência, algumas vezes a aplicação dos valores é

consideravelmente afetada pelos traços da personalidade individual e pela biografia que diferencia os membros do grupo (Ibidem, p. 230).

Neste sentido, é possível conceber a escolha científica como produto da vida do(a) intelectual, algo que apresenta caráter sociológico, já que as escolhas podem diferir quanto à classe, gênero, etnia, etc.

Por causa das críticas recebidas, Kuhn reformula algumas destas teses. O que se nota nestas reformulações é a ênfase do filósofo em seu próprio realismo, atentando para a objetividade dos valores compartilhados pelos cientistas. Além disso, suas teses passam a ser formuladas de forma mais linguística, o que concedeu maior precisão aos seus conceitos (Dal Magro, 2013). Vejamos os novos conceitos de revolução científica, paradigma e progresso científico.

Posteriormente à *Estrutura*, Kuhn reformula o conceito de revolução científica excluindo referências a um mundo ou mundos diferentes, enfatizando a mudança no pensamento sobre o mundo e as descrições dele que resultam. Desta forma, mudanças revolucionárias de paradigma afetam toda a rede conceitual de uma disciplina ou subdisciplina, além da forma como os cientistas encaram os seus objetos de pesquisa e avaliam os instrumentos usados na resolução de problemas (Ibidem). Modificam-se também as categorias taxonômicas nas quais os termos relevantes e objetos de pesquisa são classificados, havendo uma mudança de vários significados na linguagem usada. Por exemplo, a forma em que as palavras “poupança”, “juros” e “investimento” foram usadas e compreendidas em Keynes representa um rompimento radical em relação ao seu emprego pela escola neoclássica (Keynes, 1987b). De fato, a revolução keynesiana foi talvez o maior exemplo de revolução científica que se tem na Ciência Econômica (Vieira & Fernández, 2006). Por fim, os padrões de similaridade e diferença entre os fenômenos relevantes se modifica. São estes padrões os responsáveis pela mudança de categoria de certos fenômenos, algo que aconteceu na passagem da física Aristotélica para a de Galileu e, posteriormente, Newton (Dal Magro, 2013). Antes, o movimento era visto como uma mudança de estado, podendo-se chamar o adocimento de uma pessoa de movimento, por exemplo. Na física

de Newton, por sua vez, o movimento é associado a mudanças de posição ou de localização. Vemos, portanto, como Kuhn após a *Estrutura*, concede maior importância à linguagem, isto é, à sua capacidade classificatória.

O conceito de paradigma sofre, portanto, igualmente uma reformulação em termos de linguagem, passando a ser designado por estrutura lexical. Essa estrutura lexical é a forma como os termos para os objetos, chamados por ele de espécies, são classificados em suas categorias taxonômicas (Ibidem). Estas classificações, que são as categorias essenciais para a compreensão do mundo, respeitam o princípio de não-superposição, que determina que diferentes conceitos não devem se superpor em relação ao referente. Um exemplo é que existem cães e gatos, o que obedece a uma classificação. Neste sentido o princípio de não-superposição requer que não existam cães que também sejam gatos e vice-versa (Ibidem). Isto, caso aconteça, demanda uma nova estrutura lexical, ou, como afirma na *Estrutura*, outro paradigma. Neste sentido, não ocorrem alterações no mundo, mas na linguagem usada para descrevê-lo.

Isto possui consequências para como acontece o progresso da ciência, já que o mundo não muda e sim as linguagens sobre ele, que são “constitutiv[a]s da experiência possível do mundo” (Ibidem, p. 194). Assim, cada léxico torna possível enxergar uma parte do mundo, mas nunca o mundo todo, o que contradiz opiniões de que a ciência, em seu progresso, se aproxima da verdade sobre o mundo. Não existe um caminho em direção a uma ontologia “verdadeira” ou “real”, já que elas sempre mudam de um paradigma a outro, mas apenas um progresso instrumental. O que caracteriza o progresso científico não é a aproximação da verdade, mas o desenvolvimento de métodos e técnicas cada vez mais sofisticados. No entanto, a tendência continua se apresentando em forma de especialização, já que as visões sobre o mundo se tornam cada vez mais específicas (IBIDEM).

No que diz respeito à incomensurabilidade, nos escritos mais tardios de Kuhn, ela pode ser entendida por uma intraduzibilidade parcial entre duas linguagens, o que significa que, apesar de muitas palavras e conceitos serem mutuamente compreensíveis, alguns deles, principalmente conceitos fundamentais, não são usados de mesma forma. É óbvio que a maioria dos

termos são mutuamente compartilhados, mas alguns são usados de forma diferente e, portanto, não podem ser traduzidos ou apropriados sem violar o princípio de não-superposição (Ibidem). O exemplo, citado acima, do novo uso que Keynes conferiu a termos como “juros” ou “investimento”, é de grande utilidade para ilustrar esta questão, e como ela se configura como um problema da linguagem. No entanto, esta abordagem, não deixa de considerar as diferenças de método ou de ontologia que caracterizam escolas diferentes, reduzindo-as à linguagem, mas afirma que elas são incorporadas nesta quando o cientista é treinado a usá-la. Assim, a linguagem não possui apenas termos diferentes, mas formas de usá-los variadas. Isto abre uma possibilidade de compreensão mútua, não através da tradução, que muitas vezes falha em transmitir o que se diz de forma completa, mas por meio da compreensão da outra linguagem. Em vez de traduzir, seria necessário aprender a outra língua.

A respeito dos critérios de decisão entre teorias científicas diferentes, Kuhn mantém o seu argumento inicial. A objetividade desta escolha repousa sobre os valores compartilhados pela comunidade científica sobre o que seria uma boa teoria ou explicação, isto é, precisão preditiva, coerência interna e externa, simplicidade, abrangência, fecundidade, etc. Estes valores são critérios cujos pesos são ultimamente atribuídos pela pessoa que irá usar uma teoria. Para Kuhn, cientistas são pessoas cujo trabalho é resolver quebra-cabeças. Neste sentido, estes critérios são valorizados na escolha de problemas relevantes e soluções adequadas (Ibidem), influenciados por fatores psicológicos, sociológicos, etc. Esta confluência de fatores influentes na escolha da teoria é benéfica para Kuhn, já que distribui o risco de introdução de novas explicações, forçando-as a serem pelo menos convincentes.

O que se conclui da teoria acima descrita é que os léxicos estruturados se tornam cada vez mais específicos, ao passo em que o conjunto deles descreve um mundo cada vez mais complexo. Apesar de Kuhn afirmar que o mundo não se modifica, é impossível negar que pelo menos o mundo social tenha se modificado drasticamente de um século pra cá. Deve-se frisar que Kuhn se referia essencialmente ao mundo natural, que se mantém constante por meio de leis naturais, independentes do léxico da teoria adotada. No entanto, a realidade social se modificou intensamente no último século, através

do surgimento de novas tecnologias (Gauer, 2013), que modificaram a forma como as pessoas interagem com o seu meio. Estas tecnologias são de uma natureza especial, já que, por um lado, são resultado direto do progresso da ciência, além de frutos da cooperação entre diversas áreas, e, por outro, fizeram surgir uma cultura científica, onde grandes realizações da ciência se tornam senso comum (Velho, 2010). Além disso, a interdependência das áreas da ciência se torna patente, já que aparecem interligadas nas suas expressões tecnológicas. É reconhecível, na fabricação de uma torradeira, por exemplo, a interação entre Física, Química, Design, Marketing, etc., sendo estes últimos fortemente dependentes de algum conhecimento psicológico ou sociológico.

Desta forma, não são apenas os léxicos que se complexificam, mas também o próprio mundo, o que gera problemas. Temos de um lado paradigmas (ou léxicos) cada vez mais diversos e específicos, que, devido à intraduzibilidade parcial, possuem dificuldades em compartilhar problemas e resultados (Dal Magro, 2013), apesar de, em conjunto, fornecerem uma visão mais ampla. De outro, vivemos em um mundo social cada vez mais complexo (Marques, 2015), diretamente influenciado pelo discurso científico, que gera problemas cada vez mais complexos, no sentido de não haver respostas satisfatórias nos paradigmas existentes.

Há, assim, duas opções para aqueles que pretendem se lançar ao desafio de enfrentar tal complexidade a procura de respostas. Ou propõe-se a criação de uma teoria mais ampla, capaz de lidar com problemas multifacetados e com resoluções indeterminadas (Bruno, 2005), ou adota-se uma “atitude interdisciplinar” (Marques, 2015). A interdisciplinaridade como proposta não implica uma tradução, que seria imperfeita de acordo com Kuhn, nem necessariamente um aprendizado de diversas “línguas”, mas antes de tudo a tentativa de encontrar uma linguagem comum.

Deixarei a questão da interdisciplinaridade para as páginas posteriores deste capítulo. Neste momento, será mostrada a primeira opção.

II – Uma alternativa: a macroanálise da regulação

Uma possível abordagem para o problema da complexidade que cerca as relações econômicas foi o surgimento da chamada “escola da regulação”,

que tem como objetivo superar, por um lado, o individualismo metodológico das teorias neoclássicas e, por outro, o determinismo histórico do holismo metodológico marxista. No entanto, nascida da heterodoxia, ela bebe destas fontes, concordando com a importância que os marxistas atribuem à acumulação de capital no crescimento e na dinâmica das crises, com Keynes na não-neutralidade da moeda e nas formas financeiras como responsáveis pela instabilidade e com institucionalistas na ontologia das relações capitalistas, de acordo com a qual estas relações não podem ser reduzidas a uma lógica puramente mercantil (Bruno, 2005). Esta escola de pensamento, portanto, se qualifica como não-reducionista.

Interessada em resolver os problemas da teoria estruturalista, considerada demasiado restritiva sobre a ação do indivíduo, chegando a ser comparada ao determinismo marxista por Bruno³, e rígida historicamente⁴, constrói um modelo agente-estrutura, onde ambos se influenciam mutuamente. Neste sentido, o sistema de regras possui a dupla tarefa de manual de recomendações para “os agentes sobre o que lhes convém fazer na posição social que ocupam, agindo em seu próprio interesse e de produzir sob formas renovadas a representação deste interesse” (Ibidem, p. 349). Assim, a estrutura orienta ao mesmo tempo em que se reforça, sempre mediada pelo indivíduo, ou melhor, pelo “micro”⁵. Para representar isto, a escola da regulação formula o conceito de “modo de regulação”, que representa uma força que determina um tipo de arranjo institucional específico (a forma institucional), geograficamente e historicamente localizado, que dá coerência temporária ao capitalismo e torna compreensível como “um processo essencialmente contraditório (...) consegue reproduzir-se com um grau inteligível de regularidade” (Ibidem, p. 341), apesar das contradições, já apontadas por Marx e outros heterodoxos. Ele sustenta, durante um período determinado, o “regime de crescimento”, ou “modelo de crescimento” nas

³ Esta opinião é compartilhada por Clastres (2004).

⁴ Na antropologia, Sahlins tenta resolver este problema, mostrando como a estrutura se adapta e incorpora novidades, em *Ilhas de História* (1997).

⁵ Pode-se fazer uma analogia aqui, sem correr o risco de superposição, já que se caracteriza como uma ampliação do conceito, com a relação entre biografias culturais e histórias sociais apresentada por Appadurai (1986). Esta relação também implica o que Bruno (2005) chama de historicidade forte, característica da teoria da regulação, já que os efeitos das mudanças nas biografias culturais são cumulativos na modificação das histórias sociais.

palavras de Aglietta e Orléans (1990), que são padrões de crescimento, codificados por meio de uma hierarquia social específica (Aglietta & Orléans, 1990). No entanto, ocorrem rupturas de tempos em tempos.

O domínio da regulação é estritamente social, não havendo para ela uma base natural ou biológica, portanto, é variável no tempo e no espaço. O que ela faz é tão somente organizar as instituições de forma que a oferta e a demanda agregada sejam compatibilizadas, sustentando e legitimando um padrão de acumulação, isto é, um modelo de crescimento. Neste sentido, ela é necessariamente histórica, já que é consequência da interação entre agente e estrutura. O “estruturalismo aberto” permite que os agentes modifiquem as estruturas e é isto que ocorre depois de uma crise, expressão de uma crise institucional, onde as estruturas de oferta e demanda agregada se tornam incompatíveis. Estabelece-se um novo modo de regulação, que dê suporte a uma nova estrutura ou modelo de crescimento (Bruno, 2005). Assim, adota-se também uma racionalidade específica, a saber, situada e contextual, portanto, não egoísta, no sentido neoclássico, mas relacional, já que sempre se refere ao modelo de comportamento estabelecido pelo arranjo institucional.

Para movimentar a estrutura, no entanto, esta teoria busca refúgio em algo que denomina *lien social*, um “princípio de transformação permanente” que transcende as determinações mercantis (Ibidem). Este conceito é problemático, já que é proposto como mediador entre o universal e o particular e é difícil, complexo, determinar este princípio. É válido lembrar que o conceito que realiza, aproximadamente, a mesma função na Antropologia é o de cultura. Ao analisar a impressionante quantidade de definições que a cultura permite é possível concluir que o problema de encontrar um princípio de mudança universal, que transcende a história dos modos de regulação, possui infinitas respostas. Isto será discutido para um caso específico, isto é, um exemplo de teoria da regulação, *A violência da moeda* de Aglietta e Orléan (1990). Serão analisadas as formas como os autores mostram o funcionamento da racionalidade situada, definem o *lien social* e inserem o capitalismo na história e entre os povos. Esta obra é muito importante aqui, já que traz enormes contribuições para o entendimento do papel da moeda em uma sociedade

mercantil e como o estatuto da moeda se relaciona com a instabilidade, sempre mediada pela relação financeira entre devedor e credor.

Os autores começam por apontar a inadequação do conceito de valor para a análise econômica, já que, tanto na economia marxista, quanto na neoclássica, o valor seria responsável por ocultar e condensar fatores não econômicos, especialmente de socialização, dispensando a sua consideração na análise. Escrevem os autores:

(...) no primeiro caso, a homogeneidade pressuposta dos objetos econômicos está inscrita no tempo de trabalho; no segundo, ela o é graças à comensurabilidade a priori dos campos de escolha dos indivíduos. Em ambos os casos, o princípio da homogeneidade precede o ato de troca efetivo. Este último não é um processo de socialização; não é senão um simulacro de uma unidade social preestabelecida. A comunhão de natureza teórica se confirma, aliás, de uma maneira surpreendente pela impossibilidade, nos dois casos, de conceber, sobre tais premissas, as instituições, e antes de tudo, a primeira dentre elas, qual seja, a moeda. (...) Essa fraqueza não pode surpreender. Nem o sujeito livre e independente nem o trabalho social têm necessidade de ser socializados, já que se supõe que um ou outro exprima a “substância social”, de acordo com a teoria do valor a que se aderir (Aglietta & Orléan, 1990, p. 51).

Inspirando-se na obra de René Girard, propõem como alternativa a violência como fato irreduzível, que marca as relações humanas, já que ela não é consequência dos princípios não econômicos, mas lhes é anterior. Ela é fruto de uma racionalidade mimética, que caracteriza o outro de forma ambígua, como modelo e como rival, o que a faz ser expressa de forma competitiva. A rivalidade mimética é existencialista, já que parte de uma vontade de ser, o que provoca a imitação do desejo do outro. Assim, nascem a diversas formas da violência (AGLIETTA & ORLÉAN, 1990).

A violência essencial é aquela que confronta o sujeito e o seu rival com a mercadoria, sobre a qual a mimese faz convergir os desejos. Nesta forma de violência o sujeito e o rival se confundem entre si e há uma indeterminação profunda, apontam os autores, entre o que Marx chama de valor de uso e valor de troca. Neste estado puro, a troca é fundada exclusivamente sobre o desejo recíproco, “e não sobre uma substância metafísica”, assim, “não pode, na ausência de mediação, senão oscilar entre os dois pólos do desejo, cada vez mais vertiginosamente, até se autodestruir” (Ibidem, p 59). Esta é, para Aglietta e Orléan, uma razão para a não existência do escambo primitivo simétrico e

estável, do qual os economistas do *mainstream* e inclusive marxistas fazem surgir a moeda. Como foi introduzido no capítulo passado, para a Antropologia também não existe razão para a moeda ter se desenvolvido a partir do escambo. No entanto, ela se mostra às vezes superior à troca mercantil em termos de simplicidade, sendo usada até os dias atuais para garantir a continuidade das trocas, mesmo em ambientes de liquidez escassa (Hart, 2005). Esta relação elementar entre sujeito, rival e mercadoria, não engendra a troca, pois provoca a indiferenciação entre os agentes.

Quando esta relação se generaliza ela pode ser chamada de violência recíproca (Aglietta & Orléans, 1990). Neste sentido, ocorre um processo de contágio da relação elementar, já que, para fugir do impasse da indiferenciação em relação ao rival, o sujeito também projeta o seu desejo imitando outras pessoas. A relação elementar se torna geral entre todos os sujeitos ali presentes, o que provoca confusão entre os desejos, por falta de uma base comum para as trocas. Assim, o valor de troca aparece como valor de uso, na forma de “mercadoria de outrem, o qual, por sua vez, nesse momento, abstrai o valor de uso dessa mercadoria. É, portanto, impossível que os participantes da troca possam se colocar de acordo” (Ibidem, p. 62). Esta é outra impossibilidade do escambo equilibrado, já que as oposições simétricas não podem se resolver quando o valor de troca pode ser representado por praticamente todas as mercadorias. No entanto, esta confusão não faz retornar a violência essencial, mas demanda o surgimento de uma terceira violência, capaz de instituir um referencial transcendente comum, que, na ordem econômica, é a moeda (IBIDEM).

A violência fundadora é aquela que exclui uma das mercadorias como valor de uso, ao fazer convergir sobre ela a polarização. No entanto, essa convergência se dá no sentido de eleição-exclusão, onde a coisa excluída é, portanto, sacralizada e tornada pública, em oposição à concorrência contínua entre os sujeitos privados. Assim, a moeda ganha um status exterior à violência recíproca entre os agentes. Ela surge a partir da violência para mediá-la, mas também pode ser desfeita por ela. Este é o conceito de soberania da moeda, já que “[s]ua única garantia é a crença dos sujeitos privados na transcendência da instituição monetária. Essa crença é adquirida pelo mistério de sua gênese”

(Ibidem, p. 65), ocultado pelo modo de regulação representado pela própria relação monetária.

Assim, as funções da moeda são reflexos regressivos da violência fundadora sobre as formas de violência anteriores. Desta forma, quando a moeda se torna institucionalizada, através do processo de eleição-exclusão, ela normaliza os desejos de todos os indivíduos por meio de sua função facilitadora do cálculo, no qual ela submerge as interações sociais. Esta função é a de unidade de conta. Como resultado da instauração da moeda, a forma fundadora da violência se volta sobre a violência essencial, apaziguando-a por meio da função mediadora da moeda, ou seja, através de sua função de meio de circulação. Ela transforma a violência essencial em coerção monetária, já que todos devem aceitar dinheiro, ao invés de se sujeitar a rivalidades miméticas que levam somente à indiferenciação. Retornando, por sua vez, sobre a violência recíproca, a moeda manifesta a sua propriedade de reserva de valor. Esta função da moeda exprime a essência da circulação, que é a expressão das rivalidades entre proprietários, espalhada pelo tempo. No entanto, esta função é a que mais enfatiza a ambiguidade da moeda, já que é ela que concede à moeda a possibilidade de ter valor próprio, de ser entesourada, e assim, contradizer a sua exclusão como valor de uso (Ibidem). A função reserva de valor é o ponto fraco da soberania monetária, já que a põe em cheque.

A partir desta descrição do *lien social* (a violência) e da racionalidade contextual, identificada como rivalidade mimética, que se expressa nas sociedades mercantis como vontade de apropriação, Aglietta e Orléans passam a descrever o sistema monetário como um sistema hierarquizado. Para isto, desenvolvem antes as noções de sistema homogêneo e de sistema fragmentado.

O sistema homogêneo é definido pela relação de centralidade ocupada pela autoridade monetária. Neste sistema, todas as relações são mediadas por ela, podendo-se afirmar que existem apenas relações dos indivíduos com o Banco Central e não relações monetárias entre indivíduos. Assim, a obrigação de pagamento que a violência fundadora instaura como garantia monetária é atendida pelos superávits da circulação de mercadorias produzidas pelos

devedores. As massas monetárias geradas pelo crédito são assim destruídas na forma de um retorno à autoridade monetária e não aos agentes superavitários, o que demonstra a impossibilidade de transferência de renda que este sistema implica. O sistema homogêneo atesta “o papel da compensação e do prestador de última instância”, o que faz o prazo de financiamento tender ao infinito, e revelando “uma exteriorização extrema da regra [monetária] em relação às relações privadas de troca” (Ibidem, p. 115). Ele ilustra a tendência centralizadora da instituição monetária através de uma mediação “excessiva” da violência, que é reprimida, e que torna a moeda um “bem social”. Predomina então, a moeda chamada “homogênea”, que pode ser compreendida como sendo a moeda sob controle da autoridade monetária, de curso forçado. O problema deste sistema é que fica indeterminada a norma de financiamento central, podendo o BC emprestar a quem quiser, quando quiser, etc.

No sistema fragmentado, expressão última da tendência fragmentadora da instituição monetária, as relações são exclusivamente privadas, o que possibilita o credor exercer o seu poder sobre o devedor⁶, por meio de uma obrigação imediata de pagamento, fazendo os prazos de financiamento tenderem a zero. Percebe-se, então, que a moeda se torna um vetor da transferência de propriedade neste sistema, que atesta assim “o papel do açambarcamento para si e do mercado financeiro privado” (p. 115). Domina a moeda privada, em forma de títulos e ativos financeiros, que é destruída pelo pagamento em moeda homogênea, expressão da obrigação de pagamento. Constata-se, então, no sistema fragmentado, “uma dependência extrema da regra [monetária], face às relações privadas de troca” (p. 115), que se apoiam na conversibilidade de ativos e títulos em moeda homogênea. No entanto, a mediação insuficiente da violência e a possibilidade de acumulação fornecida pela função de reserva de valor, torna indeterminada a avaliação dos ativos privados pelos agentes, ou seja, os preços e riscos associados aos ativos financeiros são quase que arbitrários, dependendo da vontade de apropriação.

O sistema hierárquico, por sua vez, convive com estas duas tendências e formas monetárias preponderantes, hierarquizando-as e fazendo surgir um

⁶ Um argumento a favor das origens da moeda na dívida, talvez?

modelo de crescimento que seja compatível com a força das tendências. Um modelo de crescimento é uma hierarquia social condizente com a hierarquia das formas monetárias, na qual a moeda homogênea⁷ ocupa o topo, e com normas de financiamento central e avaliações de ativos privados específicas. A crise, neste sentido, é consequência de um desequilíbrio entre as tendências de centralização e de fragmentação presentes na economia. Não entraremos aqui a fundo na descrição das crises, mas vale a pena mostrar que sempre quando uma tendência se mostra dominante, o desequilíbrio provoca uma reafirmação violenta da tendência contrária. Desta forma, quando a tendência centralizadora predomina na economia, uma reação compensadora aparece na forma de uma fragmentação violenta. A moeda homogênea perde o seu poder, fazendo a crise se expressar por meio de uma inflação, e perde gradativamente as suas funções, já que os agentes criam cada vez mais alternativas a ela, a fim de fugir da centralização excessiva. Assim, ao final do processo, a polarização mimética converge sobre um outro ativo financeiro, candidato a moeda, operando um novo processo de eleição-exclusão. Por outro lado, quando domina uma tendência fragmentadora, ou seja, quando o sistema se parece mais com um sistema fragmentado, a crescente incerteza, principalmente a respeito da avaliação dos ativos, provoca uma reação de centralização, por meio de uma sobrevalorização da moeda central. A crise se expressa por meio de uma deflação e a moeda se torna objeto de todos os desejos miméticos, polarizando-os, o que pode ser comparado a uma alta preferência pela liquidez.

A característica mais importante das crises em Aglietta e Orléan é o fato delas serem resultado de um desequilíbrio entre as tendências centralizadora e fragmentadora, compatíveis com o modelo de crescimento vigente. A fim de que se alcance novamente a estabilidade, as caracterizações da moeda como vetor da transferência de renda, que aparece no sistema fragmentado, e como bem social, marcante no sistema homogêneo, devem reestabelecer o equilíbrio

⁷ A moeda homogênea neste contexto é a moeda central de emissão estatal, e se configura como detentora das três funções principais acima mencionadas. Paralelamente a ela, os agentes privados, isto é, bancos e outras instituições financeiras emitem moedas privadas, ou seja, outros ativos financeiros. Estes se diferenciam da moeda central (homogênea) por seu grau de liquidez e pela necessidade de conversibilidade em moeda central para exercer as funções de meio de circulação, unidade de conta e reserva de valor (Aglietta & Orléan, 1990).

entre suas forças tendenciais, a fim de contribuírem para configurar e legitimar um novo modelo de crescimento, ou seja, uma nova hierarquia social de classes e de formas monetárias. Isto ocorre quando uma das forças opostas é capaz de compensar a exacerbação da outra, por meio de falências de devedores, que resulta na absorção destes pelo sistema, ou, no caso em que a inflação é levada (teoricamente) as suas últimas consequências, pela eleição-exclusão de um novo objeto como moeda (IBIDEM).

Este sistema de polarização sobre a moeda, isto é, a moeda como forma de soberania, no entanto, é específico de sociedades mercantis (Ibidem). No capítulo 4 d'*A violência da moeda*, os autores argumentam que, historicamente, houve duas outras formas de soberania anteriores à ordem monetária: a ordem ritual e a ordem política. Na ordem ritual, a violência converge sobre uma vítima expiatória (em forma de sacrifício) e a forma das trocas, a dádiva, condena o desejo de apropriação, convertendo a mimese numa imitação do mito primordial. Na ordem política, a violência converge e é mediada pela lei, compreendida como lei do soberano, e a moeda, surgida nesta ordem, expressa o poder sobre as relações que o Estado possui. Desta forma os autores inserem a sua teoria na história, numa periodização das formas institucionais, uma prática importante para a teoria da regulação (BRUNO, 2005).

Todavia, este tipo de abordagem, quando confrontada com o aspecto crítico da Antropologia, apresenta sérios problemas, muitos deles compartilhados com a teoria mimética de Girard, utilizada por eles como inspiração. Neste sentido, os conceitos de mimese e violência são controversos, e acusa-se Girard e, conseqüentemente, Aglietta e Orléan de praticar um reducionismo do comportamento humano. No que tange ao desejo mimético, Girard parece esquecer que a importância da mimese é radicalmente maior para as crianças do que para os adultos (Fernández, 2014), sendo este "outro", que serve como modelo e como rival na fase de aprendizagem, substituído pelo que se entende por cultura ou sociedade, estruturas simbólicas que tornam a ação inteligível (Geertz, 1978). O isolamento do indivíduo na

sociedade mercantil é fundamentalmente explicado por uma noção de pessoa⁸ específica, e não por uma rivalidade essencialmente mimética, que visa preencher o vazio de socialização que carregamos dentro de nós (Aglietta & Orléan, 1990). Na sociedade ocidental e mercantil, o indivíduo é representado como um ser a-histórico, a-social, autônomo e independente (Luz & Fracalanza, 2013), algo que por si só é suficiente para entender o seu isolamento. Além disso, Fernández (2014) considera a racionalidade mimética determinista e reducionista, já que limita a autonomia do indivíduo e desconsidera processos de diferenciação e criação de identidade, tão caros à investigação antropológica. No que diz respeito à violência, ele afirma que Girard se esquece que a violência pode ser também aprendida, por meio de mimese inclusive. A falta de um tratamento dado ao mimetismo da violência desconsidera a possibilidade de violência ser aprendido por crianças ao receberem castigos físicos dos pais ou crescerem em comunidades violentas, por exemplo. Neste sentido, a mimese de apropriação pode muito bem ser algo aprendido. Em uma sociedade como a nossa, onde indivíduos são concebidos necessariamente como autônomos (Ibidem) e o ideal de longo prazo é o equilíbrio e a eficiência econômica (Hart, 2005; Müller, 2006), é perfeitamente previsível que as pessoas sejam educadas a serem gananciosas, apesar das inúmeras regras contextuais que obrigam a disfarçar este traço da personalidade.

Em relação à teoria do bode expiatório, que faz convergir sobre si a violência mimética na ordem ritual em forma de sacrifício (Aglietta & Orléan, 1990), o que se ressalta (Fernández, 2014) é a má compreensão de Girard das religiões arcaicas, resultante da sua comparação com o judaísmo arcaico, um caso específico entre vários. Além disso, existem outros mecanismos próprios à religião paralelos à catarse provocada pelo sacrifício. Malinowski (1948), por exemplo, chama a atenção para o fator de agregação e identificação que a religião possui. É na hora do culto, da celebração, da prece, que a comunidade se reúne. Todos estão presentes, sem exceção, o que fornece a oportunidade

⁸ Uma noção de pessoa é a forma como uma determinada sociedade caracteriza o indivíduo, ou seja, como ele é culturalmente construído. Luz e Fracalanza (2013), mostram como a noção de pessoa em nossa sociedade se aproxima do *homo economicus* teorizado pela escola neoclássica, um indivíduo separado dos outros, mas igual a eles perante à Deus e, posteriormente, à lei e agindo em seu benefício próprio de forma atomística.

para reforçar os laços e compromissos estabelecidos pelo coletivo. Há em Girard, assim como em Aglietta e Orléan, uma compreensão superficial da dádiva, como uma forma de expurgar o desejo de apropriação, no sentido em que se dá ou se abdica do máximo de bens possível. A dádiva, no entanto, é muito mais do que troca, é uma forma de conseguir e de administrar poder e prestígio, pessoas dependentes e fluxos de serviços. No contexto religioso, a dádiva como sacrifício aos deuses ou entidades, pode ser interpretado de várias formas, como contra presente por uma boa colheita ou pescaria, como presente inicial, com o intuito de atrair a bonança ou o favor da divindade, e até mesmo como pagamento de uma dívida impagável, a vida (Mauss, 2003), mas nunca apenas como imitação de um mito de sacrifício primordial, interpretada como a mimese fundamental, que instaura o rito, por Aglietta e Orléan (1990).

Além destes aspectos mais específicos da teoria de Aglietta e Orléan, a necessidade de um *lien social* (Bruno, 2005), pode ser contestada. Como foi observado mais acima, o *lien* tem como análogo em sua missão de conciliar universal e particular, o conceito de cultura. Vimos que a cultura é universal ao ser humano (Assis Carvalho, 2008), mas se manifesta de forma particular. Responder à pergunta, “o que todas as culturas têm em comum?”, neste sentido, é igual a perguntar “o que é permanente em todos os modos de regulação e formas institucionais?”, algo de extrema dificuldade e arbitrariedade teórica. Por exemplo, Lévi-Strauss afirma que o universal é a proibição do incesto, variando de uma cultura a outra o conceito de parente, enquanto Girard considera a violência como universal. As interpretações são quase infinitas.

Concluimos, então, que, apesar da teoria de Aglietta e Orléan apresentar uma bela descrição da sociedade mercantil ocidental, com os seus indivíduos isolados e angustiados, à mercê da incerteza e da indeterminação, e da proposta regulacionista, na qual ela se insere, apresentada por Bruno (2005), propor uma alternativa hol-individualista ao reducionismo, elas não alcançam o objetivo aqui estabelecido. Para alcançar uma visão de fato ampla da complexidade dos fenômenos, lhes falta uma abordagem micro, uma microanálise, algo que uma visão antropológica permite (SALGADO, 2015).

III – A interdisciplinaridade como solução frente à complexidade

A crescente complexidade do mundo em que vivemos é considerada o principal motivo para o surgimento de um novo sentido para a interdisciplinaridade (Velho, 2010), consequência da incorporação de certos fatos científicos no senso comum. Estes fatos científicos chegam à sociedade como um todo em forma de tecnologias (Gauer, 2013), que começaram a ser desenvolvidas por colaborações interdisciplinares em seu sentido antigo, preponderante no contexto da II Guerra Mundial (Velho, 2010). A nova interdisciplinaridade, desta forma, é uma maneira de lidar com o mundo complexo gerado por sua antecessora. Por outro lado, ela apoia uma visão de mundo complexa (Garcia Júnior & Verdi, 2015), fazendo surgir um novo paradigma, que pode ser chamado de “sistêmico” (Miguélez, 2011). Para compreender melhor o que é esta tal interdisciplinaridade é necessário diferenciá-la de certos conceitos correlatos, como o de multidisciplinaridade e transdisciplinaridade.

III.1 – A interdisciplinaridade entre a multidisciplinaridade e a transdisciplinaridade rumo à complexidade

Existem várias forma de colaboração entre disciplinas que podem ser adotadas frente um problema complexo ou multifacetado. Vimos como o progresso científico multiplica as disciplinas e paradigmas, cada vez mais especializados, no sentido de gerar um leque maior de possibilidades de pesquisa e de léxicos explicativos a respeito do mundo (Dal Magro, 2013). O desenvolvimento de interdisciplinas faz parte deste movimento de expansão da ciência para os mais diversos campos da vida, que no Brasil se expressa por meio do surgimento de uma grande quantidade de pós-graduações interdisciplinares⁹, principalmente na área das Ciências Sociais, uma tentativa de “acompanhar as rápidas transformações tecnológicas e também as novas formas de abordagem de problemas e questões científicas” (Lima & Cortes, 2013, p. 419). Assim, estas interdisciplinas, que constituem uma forma de realizar a interdisciplinaridade (Garcia Júnior & Verdi, 2015), se aproveitam dos

⁹ De acordo com Lima e Cortes, o surgimento de PPGs interdisciplinares também pode ser atribuído a novas estratégias de captação de recursos para pesquisa, devido a limitações ao financiamento existentes no Brasil. Apesar disto, podemos considerar este desenvolvimento como uma tendência marcante dos últimos tempos, suficiente para ilustrar uma forma por meio da qual a interdisciplinaridade pode ser realizada, além de institucionalizada.

espaços intermediários deixados pela especialização, completando um projeto de abrangência da ciência como um todo. No entanto, a agregação de conhecimentos científicos provenientes de áreas diferentes no trato com objetos que de fato requerem uma visão multifacetada, não apenas espaços intermediários deixados pelas disciplinas específicas, pode ser realizada de diversas formas.

Uma delas é a multidisciplinaridade, compreendida como simplesmente a coexistência em um determinado campo de pesquisa de disciplinas diferentes. Neste sentido, elas não se sobrepõem, respeitando seus limites, e meramente contribuem para o aumento do leque de descrições possíveis a respeito de um mesmo objeto ou para a diversidade de objetos a serem tratados (Garcia Júnior & Verdi, 2015). Podem ser inclusive contraditórias por causa da intraduzibilidade de certos termos (Dal Magro, 2013). No entanto, normalmente convivem muito bem neste tipo de arranjo, que se funda em um sistema mais ou menos estabelecido de atribuições. Numa colaboração multidisciplinar, o profissional de cada área “desempenha sua função específica com papéis bem definidos e separados” (Garcia Júnior & Verdi, 2015, p. 4). Assim, não estabelecem, muitas vezes, relações entre seus saberes.

A transdisciplinaridade, por sua vez, como a própria palavra deixa a entender, transcende o próprio conceito de disciplina, gerando um pensamento mais amplo, fundado nas, mas também emancipado das ciências específicas. “Ela transpõe barreiras disciplinares e transgride regras de etiqueta disciplinar. As disciplinas tornam-se irrelevantes, subordinadas ou apenas instrumentais num cenário maior” (Garcia Júnior & Verdi, 2015). Neste sentido, ela adota um pensamento complexo, que não se baseia na tradição de pesquisa disciplinar, se utilizando das teorias específicas das disciplinas de acordo, apenas, com as demandas do objeto de pesquisa.

É possível reconhecer que a interdisciplinaridade, como interdisciplina ou colaboração interdisciplinar, encontra-se em um meio termo entre multidisciplinaridade e transdisciplinaridade (Ibidem). Mantendo as especificidades das disciplinas, as suas etiquetas e práticas de pesquisa, promove intercâmbios entre elas, no intuito de resolver problemas específicos de cada uma. É possível argumentar que a consequência do aprofundamento

da interdisciplinaridade e, neste sentido, o seu objetivo é a transdisciplinaridade, com sua apreensão dos problemas em sua complexidade. No entanto, existem obstáculos a isso, como, por exemplo, a organização do ensino superior, altamente especializada e ramificada (Gauer, 2013). A fundação de interdisciplinas, a institucionalização da interdisciplinaridade, participa deste processo, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento específico (Raynaut, 2014), o que diminui a importância da transdisciplinaridade, pelo menos neste trabalho, devido à pouca legitimidade acadêmica de suas contribuições. Não é de minha intenção, portanto, levar a interdisciplinaridade a suas últimas consequências, transcendendo a Economia e a Antropologia, a fim de tornar o meu discurso “transcientífico”. Agindo desta forma correria o risco de me tornar a-científico e de retornar a uma fase pré-paradigmática, como a caracteriza Kuhn (1998).

A interdisciplinaridade na sua forma de encontro casual, mas necessário, possui por si só a capacidade de fazer frente à complexidade do mundo, primeiro, porque gera estratégias para a compreensão, interpretação e explicação, não configurando-se como nova teoria (Garcia Júnior & Verdi, 2015), e segundo, porque gera uma atitude específica frente aos problemas do mundo contemporâneo, que responde à complexidade do mundo com complexidade do pensamento, abertura¹⁰, diversidade e interpelações (Marques, 2015), no sentido de tentar reestabelecer não a unidade do saber, mas a interconexão entre os saberes. Escreve Gauer:

No fundo, trata-se de reinventar uma reordenação intelectual que permita reescrever a complexidade e não eliminá-la em favor de uma verdade absolutizada. Faz-se imperativo não negar que vivemos hoje num mundo marcado pela inovação (Gauer, 2013, p.542).

A maior complexidade do mundo social surge, portanto, da inovação provocada pelas tecnologias, fruto da colaboração científica e o principal meio pelo qual a ciência se faz presente na vida cotidiana (Velho, 2010; Gauer, 2013), mas não apenas. A inovação científica, acompanhada pela tendência de especialização, também contribui para que o entendimento do mundo se torne mais complexo (Raynaut, 2014). A multiplicidade de léxicos capazes de explicar o mundo gera uma multiplicidade de explicações para os fenômenos

¹⁰ Ver Chick e Dow (2005).

para o leigo, cuja escolha depende fundamentalmente de fatores psicológicos, sociais e culturais (Kuhn, 1998). A interdisciplinaridade é capaz de lidar com esta complexidade através do compartilhamento de métodos e técnicas, de hipóteses e de resultados.

Entre as ciências humanas este compartilhamento se torna mais fácil e proveitoso, já que o uso sofisticado e rigoroso da linguagem natural as torna menos dependentes da formalização. Esta linguagem comum cria laços de identificação, situa-as no mesmo mundo (Gauer, 2013), ao passo em que também traz maiores dificuldades quanto ao entendimento dos conceitos. Este será um critério utilizado aqui. A compatibilidade entre certos conceitos e a linguagem natural compartilhada serão decisivas na escolha do paradigma mais adequado para realizar uma cooperação complexificadora do pensamento com a Antropologia.

III.2 – Por que o mercado financeiro é um fenômeno complexo?

Primeiramente, o fenômeno do mercado financeiro é essencialmente histórico (Prado, 2014) e não-universalizável. É esta localização na história que o coloca como resultado de um processo, como parte de um modo de regulação ou arranjo institucional moderno (Aglietta & Orléan, 1990). Esta historicidade pode ser explicada por uma genealogia (Marques, 2015), um emaranhado de causalidades e narrativas, que, na medida em que se inscrevem na história, limitam as formas de pensar e de agir no presente, conformando-as a um conjunto de possibilidades. Desvendar estas genealogias e, conseqüentemente, os limites do pensamento e da ação no presente requer uma forte atitude interdisciplinar (Ibidem), já que se depara com uma profunda complexidade.

Além disso, forças externas ao que se pode chamar de esfera econômica influenciam diretamente as ações dos agentes destes mercados, os preços sobre os quais operam, as técnicas utilizadas (Catão, 1992), além das relações entre eles (Tuckett, 2012; Miyazaki, 2013b). Para continuar funcionando, ele precisa destes elementos externos como formas de justificativa, fonte de motivação e de confiança (Chong & Tuckett, 2015). A

economia e, portanto, o mercado financeiro são sistemas abertos (DOW, 2011).

Por outro lado, o próprio mercado financeiro influencia esferas aparentemente alheias ao econômico, como as “expectativas culturais” de longo prazo (Müller, 2006), tornando-se um modelo para o resto da sociedade, e o próprio comportamento cotidiano de seus operadores (Miyazaki, 2013a). Ele é, neste sentido, um componente indispensável da sociedade, participante ativo na formação do equilíbrio entre centralização e fragmentação social (Aglietta & Orléan, 1990).

O mercado financeiro também pode ser caracterizado como fenômeno urbano, o que requer uma atitude interdisciplinar (Velho, 2011). Os fenômenos urbanos são complexos porque são constituídos pela diversidade.

A complexidade do mercado financeiro se atesta também pela quantidade de teorias diferentes produzidas sobre ele, como foi demonstrado no capítulo I. Dentro do próprio mercado, em sua concepção mais *mainstream*, é possível reconhecer atitudes multidisciplinares e interdisciplinares dos próprios agentes e estudiosos. A convergência nas finanças entre Contabilidade, estudos financeiros em sentido estrito e a Economia é amplamente confirmada (Bojacá, 2009). Bojacá enfatiza a importância da Economia para o estudo desta área, já que as outras duas áreas citadas realizam retornos teóricos periódicos para a Ciência Econômica, a fim de melhorarem as técnicas, obterem novos *insights*, etc. O próprio estudo financeiro, atualmente, já pressupõe uma atitude interdisciplinar.

IV – Os paradigmas econômicos frente à Antropologia

Nesta seção será analisada a relação que cada paradigma da Economia apresentado no capítulo I pode estabelecer com a Antropologia, no que diz respeito ao mercado financeiro, agora entendido como fenômeno complexo, que sofre influência do resto da sociedade, ao mesmo tempo que também a influencia.

Com isso, pretende-se mostrar o estado do relacionamento entre Economia e Antropologia em torno deste objeto de pesquisa, além de propor novas combinações a fim de ampliar a visão oferecida pela ciência do mercado

financeiro, ao mesmo tempo em que se estabelece um objetivo comum, que é a melhor compreensão dos fenômenos que influenciam o mercado financeiro, das instituições, das práticas e das convenções que o regem, e incitar futuras discussões sobre o tema, pautadas em um pensamento complexo.

IV.1 – A teoria dos mercados eficientes

Os modelos que seguem a hipótese dos mercados eficientes já possuem intensa relação com a Antropologia quando esta se decide a estudar o mercado financeiro (Müller, 2006), já que eles representam as principais ferramentas utilizadas pelos profissionais do meio (Tuckett, 2012; Miyazaki, 2013b, Chong & Tuckett, 2015). A compreensão deles é fundamental para entender como estas pessoas operam, se comportam ou, pelo menos, pensam como o mercado se comporta. Também são importantes para decifrar os valores apoiados por aquelas pessoas, sua formação de expectativas de longo prazo, que, de acordo com Müller (2006) e Hart (2005), tendem a ser expressas na forma de algum tipo de equilíbrio. Além disso, Chong e Tuckett (2015) mostram como esses modelos e também modelos comportamentais são usados como forma de narrativa, justificando acertos e erros de previsão cometidos por administradores de fundos. O modelo, neste caso, é uma referência, e o paradigma dos mercados eficientes é uma linguagem (uma entre outras) falada neste contexto.

No entanto, ela não contribui necessariamente para uma visão ampla do mercado financeiro e, apesar de ser de grande interesse para a Antropologia, esta não é de interesse para essa teoria neoclássica das finanças. As noções de racionalidade cultural, isto é, que a ação se torna inteligível por meio da cultura, e de socialidade¹¹, decorrente da dicotomia indivíduo-sociedade, por exemplo, são destrutivas para este paradigma, já que põe em questão os seus pressupostos mais fundamentais, isto é, a racionalidade maximizadora do indivíduo e a incorporação plena da informação nos preços, que é consequência do fato dos mercados serem competitivos, respectivamente.

¹¹ Fatores de socialidade são componentes da sociedade que contribuem para a associação entre indivíduos. Entre eles a que se faz presente de forma mais significativa na nossa sociedade é a moeda (Simmel, 2004).

A hipótese dos mercados eficientes possui um conceito de sociedade profundamente reducionista. É tão reducionista que nem a considera, mas a equivale a algo que chama de mercado, onde a força da ação maximizadora e competitiva dos indivíduos isolados produz coerência (equilíbrio) sistêmica. A socialização, que é a inserção do indivíduo na sociedade, é predeterminada na forma de uma racionalidade plena, um conhecimento de todas as regras, procedimentos e cálculos necessários para maximizar a satisfação, que parece ter nascido com todo indivíduo humano (Aglietta & Orléan, 1990). Assim, o conceito de sociedade deste paradigma é incompatível com o da Antropologia, correndo até mesmo o risco de ser neutralizado por seus efeitos e perder a sua essência. Esta essência pode ser relacionada aos valores de simplicidade e previsibilidade, mencionados no pensamento de Kuhn (DAL MAGRO, 2013).

Em relação ao conceito de moeda, esta escola a concebe fundamentalmente como a quantidade expressa nos preços e retornos, ou seja, como unidade de conta, o lubrificante das trocas, o que as torna inteligíveis e modeláveis. Além disso, também pode considerá-la como ativo livre de risco, o que reforça a noção de taxa de juros como referência para as outras taxas de retorno, já que é a taxa de retorno do ativo livre de riscos. Ou seja, a moeda não é um símbolo ambivalente, que uma hora mostra mais um lado do que o outro. Ela não é considerada um fator que interfere no ciclo econômico real propriamente dito, ela é apenas a representação de grandezas nominais que são objeto da negociação em bolsas, que, por sua vez, não permitem lucros extravagantes. A moeda considerada na Antropologia é necessariamente ambivalente, como mostra Hart (2005), já que não representa apenas uma ferramenta, uma extensão da inteligência humana, uma referência para o cálculo, mas condensa em si identidades nacionais e/ou históricas. Ela também é representação de um Estado e de um povo cuja socialidade (ou socialização) é, em grande medida, promovida por ela.

Em relação ao mercado financeiro propriamente dito, esta escola o enxerga como um mercado como qualquer outro, competitivo, eficiente e de livre entrada e saída. Não há possibilidade de lucros exorbitantes se manterem por muito tempo. Neste mundo, as interações sociais são completamente desconsideradas, reduzidas a interações entre números. Este fato é

aproveitado pela Antropologia e pela Sociologia para pensar os mercados financeiros como constituídos de relações pós-sociais, isto é, relações entre homem e máquina (Maurer, 2005). No restante, este conceito de mercado financeiro está na contramão de vários estudos antropológicos (Ibidem; Tuckett, 2012; Miyazaki, 2013a; Chong & Tuckett, 2015) e não amplia a visão antropológica. Da mesma forma, a Antropologia representa uma ameaça à simplicidade da teoria dos mercados eficientes.

A teoria dos mercados eficientes, ao contrário da Antropologia, não é explicativa no sentido direto do termo. É antes de tudo normativa (Iquiapaza, Amaral & Bressan, 2009), cujo caráter recomendatório está explícita em Markowitz (1952). Outros estudiosos chegam a questionar o caráter científico das teorias neoclássicas, já que seu discurso estaria no âmbito do que Kant chama de razão prática (García-Quero & Ollero-Perán, 2015). Isto a classifica muito bem entre as ferramentas do mercado financeiro, cujo conhecimento melhora a compreensão do objeto de estudo, mas não entre as teorias capazes de ampliar o conhecimento deste objeto de estudo, como objeto.

IV.2 – As finanças comportamentais

A finança comportamental está igualmente em contrariedade com a teoria antropológica, já que, em última análise, procede de forma idêntica à teoria dos mercados eficientes (Dow, 2011). A sua simplicidade, no entanto, é consequência de uma oposição simétrica à racionalidade neoclássica, ou seja, é fundada sobre uma irracionalidade quase animalesca. Neste sentido, ela não se apresenta como crítica ao modelo, mas apenas como um conjunto de correções do modelo eficiente (Kahneman & Tversky, 1979), mantendo a formalização e a simplicidade dos modelos. Mostraremos o que ela afirma sobre os conceitos essenciais discutidos.

A respeito da sociedade, as finanças comportamentais seguem a linha dos mercados eficientes, relegando-a a um mercado. No entanto, já que este mercado é ineficiente, devido à irracionalidade, o papel do estado é muito mais importante, sendo ele capaz de regular e eliminar as distorções, como agente mais racional. No que tange a moeda, como vimos, ela pode provocar ilusões, por meio de vieses heurísticos e de forma, mas no geral, esta relação não é

profunda e ontológica. Ela é deixada à explicação da irracionalidade como natureza humana. O mercado financeiro, por consequência, é o palco da irracionalidade e da psicologia de massa (Shiller, 2003), o que provoca grandes flutuações. No entanto, essas flutuações não são analisadas em conjunto com outros fatores da economia, assim como fatores considerados extraeconômicos.

A relação de causalidade entre ineficiência e irracionalidade é unidirecional e vai da irracionalidade para a ineficiência, o que desconsidera a origem social do comportamento, ou até mesmo que ela possa ser explicada por outros fatores. Além disso, esta irracionalidade é compreendida como parte da oposição razão-emoção, que considera a separação da vida social, inclusive, nestas duas esferas (Dow, 2011), mantendo uma ontologia de sistema fechado. Desta forma, este paradigma também não é capaz de ampliar certos entendimentos, já bastante amplos, da Antropologia, sendo bastante criticado pelo naturalismo antropológico devido aos seus métodos experimentais (Carrier, 2005), mas deve ser considerado, assim como os modelos neoclássicos, como parte do objeto de estudo, já que estes modelos também são incorporados (TUCKETT, 2012).

IV.3 – A economia marxista

Vejam a economia marxista, de cunho mais holista, e como ela se relaciona com a Antropologia. Mais estudada pelos antropólogos do que os outros paradigmas, a corrente marxista ajuda a qualquer estudioso na compreensão do funcionamento do que se chama de capitalismo, nas suas dinâmicas de acumulação e de poder (Aglietta & Orléan, 1990). No entanto, ela recebe muitas críticas no ambiente da ciência, sendo a mais famosa proveniente de outro pensador da ciência Karl Popper (1994). O autor defende que o marxismo se alçou ao estado de pseudociência por se propor a explicar tudo, não havendo limites para a interpretação marxista, e, assim, ele não atende ao critério de falseabilidade. Na Antropologia, no entanto, as limitações do pensamento marxista são bem conhecidas.

Começamos pelo conceito de sociedade. Como vimos, a teoria marxista é baseada no materialismo histórico, que supõe que a dialética que move a

história se opera essencialmente nas formas de produção, ou seja, propriedade de capital e relações de produção. Neste sentido, é a estrutura de produção que determina a superestrutura social que a sustenta. Esta visão é fortemente criticada na Antropologia, por seu reducionismo, que desconsidera influências recíprocas dos dois lados, e seu eurocentrismo, que toma a autonomia relativa que a economia possui na sociedade ocidental (Müller, 2006) e a universaliza, não atentando para o fato deste fenômeno não ter importância, ou até mesmo não ter acontecido, em outras sociedades (Clastres, 2004). Esta visão de sociedade tem implicações para a racionalidade dos agentes, que, como Bruno (2005) aponta, é determinista no sentido em que pressupõe a obediência às leis gerais da economia.

No que tange à moeda, a sua ambivalência aparece na sua dupla função de socializar as relações privadas de trabalho e esconder a relação fundamental de exploração através de sua cara impessoal associada ao cálculo. A endogeneidade da moeda em Marx é sistêmica, isto é, é provocada pelo nível de produção, já que ela nasce junto com a mercadoria e com o espírito capitalista, e a sua não-neutralidade é argumento mais que suficiente da influência dos ânimos na economia, o que caracteriza as duplas determinações que podem ser estudadas pela Antropologia. A taxa de juros, a qual Marx considera como podendo ser influenciada pelo costume, como vimos, abre brechas para se pesquisar estes costumes, objeto mesmo da Antropologia, como afirmou Benedict (1935).

A visão do mercado financeiro marxista, no entanto, também não é muito interessante para a abordagem antropológica, assim como a visão de sociedade. Como aponta Evans (2004), os estudos marxistas do mercado financeiro não apresentam teorias aprofundadas sobre alguns componentes institucionais modernos, como a importância do Banco Central e a atuação crescente da classe média como fornecedora de capital de empréstimo. No geral, no sistema marxista, o mercado financeiro é compreendido como uma tecnologia que auxilia a dominação das classes trabalhadoras por parte dos capitalistas, enquanto facilita a acumulação de capital. Ele estigmatiza o poder, ao invés de complexificá-lo, como o faz Foucault, que entende o poder a partir das relações mais imediatas (Marques, 2015). Neste sentido, o poder muda de

mãos a todo o momento, sendo difícil identificar os seus detentores. É possível complexificar o poder, numa ótica marxista, como o fazem Sotiripoulos e Lapatsioras (2014), mas ele sempre será uma via de mão única.

Vimos, portanto, que é o conceito de moeda que pode ser aproveitado por um raciocínio antropológico, ao passo em que os outros conceitos não provêm analogias. Eles são construídos sobre relações de implicação, onde a conclusão precisa ser verdadeira sempre que as premissas também o forem. Normalmente, no entanto, os acontecimentos se afetam mutuamente se estão em sistema aberto.

IV.4 – A economia pós-keynesiana

Como foi apresentado no capítulo I, o pensamento pós-keynesiano possui um componente de complexidade, resumido na indeterminação dos resultados da especulação, empreendida por agentes com liquidez suficiente e poder de decisão, como afirma Carvalho (1982). Este problema não pode ser resolvido pela Antropologia, já que a indeterminação dos resultados das ações também está presente nela. No entanto, a consequência do excesso de especulação, isto é, o aumento da incerteza e a consequente crise de liquidez, é um resultado inspirador para a Antropologia, carente de explicações para instabilidade, principalmente na sua metodologia estruturalista (Aglietta & Orléans, 1990), salve exceções que se produziram recentemente, com a consolidação da antropologia das finanças como ramo de pesquisa (HO, 2009; MIYAZAKI, 2013a).

No que diz respeito ao conceito de sociedade, o pensamento pós-keynesiano aceita uma realidade social mediada pelo estatuto da moeda e, principalmente, da finança, o que está de acordo com o que Müller (2006) afirma sobre a autonomia simbólica da economia em relação ao social, como determinante para a organização da sociedade contemporânea. A consideração de Dow (2011) de que a economia é um sistema aberto, atesta a autonomia apenas *relativa* da esfera econômica e a determinação mútua de comportamentos e movimentos. A incerteza social, gerada no âmago do processo de socialização para a indiferença que a nossa sociedade promove (Luz & Fracalanza, 2013), é entendida como determinante para a formação de

preços (Catão, 1992), o que fornece à Antropologia um campo propício para a investigação dessa incerteza, consequência da separação dos indivíduos e da importância relativamente grande que o futuro tem na sociedade ocidental.

A respeito da moeda, tanto a sua endogeneidade, quanto sua não-neutralidade demonstram o seu poder mediador, como afirmado no capítulo I, entre o social e o econômico. A endogeneidade é a expressão de fatores endógenos, ou seja, próprios da organização da sociedade e da cultura que lhe dá significado e organiza o mundo econômico, na oferta de moeda, o que abre a possibilidade para a investigação e identificação de fatores específicos que contribuem para oferta de moeda pela Antropologia. A não-neutralidade atesta a interferência da oferta da moeda, gerada no “mundo social”, no funcionamento da economia real, o que também estimula estudos antropológicos sobre a moeda.

Em relação ao mercado financeiro, o pensamento pós-keynesiano o caracteriza tanto como gerador de instabilidade, quanto como criador de moeda e principal sustentação do processo de investimento. Neste sentido, ele pode ser interpretado como apenas mais uma forma de interação a gerar coerência, assim como instabilidade, atestando o fenômeno complexo que a mercado financeiro é.

Vimos, portanto, que a economia pós-keynesiana mostra-se mais aberta à convergência com a Antropologia. Desta forma, não são apenas estes conceitos aqui discutidos que são de importância para a construção de uma interdisciplinaridade. Catão (1992) chama a atenção para o fato de Keynes afirmar a importância da criação de convenções e técnicas para lidar com a incerteza. Uma destas técnicas são os modelos de hipótese eficiente e comportamental (Miyazaki, 2013b), os outros, de caráter mais relacional, são de profundo interesse da Antropologia, que pode assim contribuir para melhorar o entendimento do ambiente institucional. Em relação a essas instituições, Dequech (2009) e Dow (2011) apresentam o problema das inovações. Este problema pode ser explicado por uma abordagem antropológica, capaz de identificar o quão normativa são as inovações e o quanto a inovação faz sentido na cultura.

Bresser-Pereira e Lima (1996) discutem o problema dos microfundamentos de modelos macro heterodoxos, como dos pós-keynesianos. Estes não precisam ser derivados da microeconomia neoclássica, que, diferentemente dos modelos macro keynesianos de natureza histórica-indutiva, é lógico-dedutiva. Neste sentido, a contribuição da Antropologia para tais abordagens heterodoxas é a sua capacidade de fornecer uma base micro indutivista, coerente com dados empíricos qualitativos obtidos por observação sistemática, sem a necessidade de hipóteses irrealistas, apesar de lógicas.

Enfim, a relação entre Antropologia e pensamento pós-keynesiano ficará mais claro no capítulo III, onde a interdisciplinaridade é demonstrada por meio de complementaridades teóricas entre estas escolas no que tange à crise de 2008.

V – A importância da crise e uma rápida conclusão do capítulo II

A crise de 2008 foi escolhida aqui como um “quase” estudo de caso por causa de sua relevância recente, tanto para a Economia quanto para a Antropologia. Para a Economia, e especificamente para os pós-keynesianos, ela é um fenômeno que pode ser explicado pela hipótese da instabilidade financeira de Minsky sem perder em complexidade (Dow, 2011). Pelo lado da Antropologia, ela demonstra como o ideal de estabilidade e equilíbrio (Müller, 2006) é abalado e se readapta, um fenômeno que pressupõe a interação entre biografias culturais e histórias sociais.

Este capítulo mostrou que, apesar dos paradigmas serem parcialmente intraduzíveis, ou seja, que alguns conceitos não podem ser traduzidos de um léxico para outro sem perda de significado, a interdisciplinaridade entre correntes compatíveis gera novos campos de pesquisa e possibilidades de intercâmbios de informações. Assim, no próximo capítulo, serão analisadas as fases do ciclo minskyano, a euforia ou normalidade pré-crise e o desespero durante a crise, onde crenças e práticas são profundamente abaladas (Ho, 2009; Miyazaki, 2013a). Além disso, serão mostradas ao final algumas indicações para os mecanismos que podem operar uma reestabilização, onde o objetivo será mostrar o potencial de renovação do sistema.

CAPÍTULO III

Uma tentativa de convergência interdisciplinar: a compreensão da crise de 2008 ampliada pela teoria minskyana e a investigação antropológica

Este verso, apenas um arabesco
em torno do elemento essencial – inatingível
Fogem nuvens de verão, passam aves, navios, ondas,
e teu rosto é quase um espelho onde brinca o incerto movimento,
ai! já brincou, e tudo se fez imóvel, quantidades e quantidades
de sono se depositam sobre a terra esfacelada.

Não mais o desejo de explicar, e múltiplas palavras em feixe
subindo, e o espírito que escolhe, o olho que visita, a música
feita de depurações e depurações, a delicada modelagem
de um cristal de mil suspiros límpidos e frígidos: não mais
que um arabesco, apenas um arabesco
abraça as coisas, sem reduzi-las.

(Carlos Drummond de Andrade, “Fragilidade” In: *A Rosa do Povo*, p. 47, Companhia das Letras, 2012)

Este capítulo, como já mencionado no anterior, terá como objetivo mostrar as relações que podem ser construídas entre a hipótese de instabilidade financeira de Minsky e resultados de pesquisas antropológicas nos mercados financeiros, que possuem cada vez mais importância acadêmica (Miyazaki, 2013a) e política (Ho, 2009), no que diz respeito à compreensão da maior crise mundial dos últimos tempos, deflagrada em 2008. Esta crise teve suas origens no mercado financeiro, mais especificamente, nas bolsas de valores de Nova Iorque. Dow (2011) sugere o modelo teórico de Minsky como alternativa frente às abordagens da teoria dos mercados eficientes e das finanças comportamentais, por incorporar uma ontologia, denominada por ela de sistema aberto, mais adequada para analisar a multiplicidade e complexidade social envolvida na existência de mercados financeiros. A autora argumenta que o ciclo de Minsky não é determinista, já que revela a crise potencial e não a crise efetiva. Escreve ela, a respeito da historicidade e da ausência de determinismo na teoria minskyana:

The process is not deterministic: different cycles are propelled by different innovations with different characteristics, and by different successive generations of decision-makers in financial markets

(limiting market memory). Further, the timing of cycles can vary according to a variety of factors, such as the point at which *conventional judgement is recognised to be challenged*. Nevertheless Minsky's theory allows the process to be *understood*¹, something in general lacking during the recent crisis (Dow, 2011, p. 237, *ênfase minha*).

Bresser-Pereira e Lima (1996) argumentam que a macroeconomia histórico-indutiva, ao recusar-se a ser microfundamentada em princípios neoclássicos reducionistas, precisa apoiar o relativismo e o pluralismo dos microfundamentos. Estes microfundamentos operariam mais no sentido de serem informados por “macrofundamentos” do que serem peças fundamentais para a construção de uma macro-teoria. A teoria antropológica e os seus achados empíricos também podem ser classificados como histórico-indutivos, assim como relativistas e plurais, através do conceito de cultura (Laraia, 1986). A Antropologia, neste sentido, é mais do que capaz de fornecer bases empiricamente fundamentadas, que possam sustentar teorias econômicas não reducionistas de natureza holista, microfundamentos macrofundamentados, antes elaborados de forma *ad hoc* (BRESSER-PEREIRA & LIMA, 1996).

Por outro lado, será que é possível afirmar que o modelo de Minsky é aceitável do ponto de vista antropológico? A resposta é sim, já que ele não é determinista, como afirma Dow (2011), e por causa da forma em que faz uso dos “tipos ideais” que propõe. Antes de ser uma classificação dos indivíduos que operam no mercado (entre *hedges*, especuladores e *ponzis*), é uma teoria que ilustra o movimento realizado pelos “sentimentos” do mercado (Dow, 2011), que percorrem as três formas de existência. Hirokazu Miyazaki (2013a) mostra que a Antropologia se interessa pelos tipos ideais apenas na medida em que assumem possibilidades de representação, quando os seus contornos são borrados, permitindo livre circulação dos indivíduos entre eles. Neste sentido, um tipo ideal não é apenas uma formulação teórica cujo objetivo é a classificação dos indivíduos, mas uma imagem apresentada pelo próprio indivíduo, acarretando movimentos de identificação e/ou sanção social.

Um bom ponto de partida para a tentativa de convergência aqui proposta, portanto, está na relativização e na pluralização dos tipos ideais de

¹ Neste sentido, o ciclo ideal minskyano pode ajudar a tornar a crise de 2008 inteligível, assim como a cultura o faz com os acontecimentos sociais e ações individuais (Geertz, 1978).

Minsky, já que, pelo que foi discutido acima, eles não expressam apenas a condição de solvência dos agentes econômicos, mas sobretudo estados de percepção de sua agência econômica, por parte deles mesmos e por parte do/a pesquisador/a. Para isto, e durante todo este capítulo, foram utilizadas três etnografias da bolsa de valores, de três lugares diferentes no mundo e realizadas em épocas distintas.

Mercado exemplar: um estudo antropológico da bolsa de valores é uma etnografia realizada na bolsa de valores de São Paulo durante o começo da década de 90 e escrita por Lúcia Helena Alves Müller² (e publicada em 2006). *Liquidated: An Ethnography os Wall Street* é resultado de um estudo do mercado financeiro mais importante do mundo e o epicentro da crise de 2008, sendo publicada em 2009. Realizada por meio de trabalho de campo no final da década de 90 e acompanhamento e eventuais idas e vindas da antropóloga Karen Ho³ até o momento da crise, ela ilustra bem as dimensões sociais da alternância entre *boom* e *bust*. Por fim, *Arbitraging Japan: Dreams of Capitalism at the End of Finance*, escrita pelo antropólogo japonês Hirokazu Miyazaki⁴ e publicada em 2013, é uma etnografia que deseja retratar o mundo dual da arbitragem e como a sua lógica extensível sucumbiu após crise para muitos trabalhadores do mercado de derivativos.

I – Hedges, especuladores e *ponzis* em outros lugares e outros momentos

O uso de tipos ideais é uma prática muito difundida entre as ciências sociais (Miyazaki, 2013a), cujo risco é sucumbir a reducionismos comportamentais. No entanto, eles também podem designar pontos de vista em relação ao mercado e formas específicas de se relacionar com ele.

² Lúcia Helena Alves Müller é professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-RS, é doutora pela UnB e coordena o GEEO - Grupo de Estudos de Empresas e Organizações (CNPq).

³ Karen Ho é professora de Antropologia da Universidade de Minnesota nos Estados Unidos. Obteve título de doutora pela Universidade Princeton.

⁴ Hirokazu Miyazaki é professor de Antropologia na Universidade Cornell (EUA). Obteve o título de doutor pela Universidade Nacional da Austrália.

Müller (2006) aponta três formas distintas de encarar o mercado e de se relacionar com ele. Os investidores conservadores são aqueles cuja renda provém fundamentalmente de dividendos relacionados a ações sob sua posse, um investimento de longo prazo. Estes indivíduos se enxergam mais como capitalistas do que como investidores, já que recebem periodicamente rendimentos sobre sua propriedade. Encarnando o ideal legitimador da bolsa de valores, isto é, a sua função de gerar possibilidades de financiamento para as mais diversas empresas e de fornecer lucro para os proprietários de ações⁵, este tipo de comportamento é o mais bem visto e é associado a trabalhadores de alta escolaridade, como administradores de fundos e gerentes de aplicações, que usam como sua principal técnica a análise fundamentalista⁶. Além disso, ele é associado ao “mundo industrial⁷”, cujos valores são representados pela organização e pela produtividade.

O segundo modo de engajamento nas operações do mercado é definido por Müller como próprio dos especuladores. Estes indivíduos agem de forma a auferir lucro rápido, comprando na baixa e vendendo na alta, beneficiando-se da volatilidade dos preços, ao mesmo tempo em que contribuem para ela, por meio das suas ações de compra e venda constante. Os especuladores são os que mais se expõe ao risco, por vontade própria, e vivem em mundo chamado de “mercantil”, onde os valores predominantes são a separação e autonomia entre os indivíduos, a impessoalidade nas relações e a concorrência. Possuem como ferramenta principal a análise grafista⁸. Apesar de estas pessoas ocuparem uma posição desonrosa no imaginário social, além de, em sua maioria, com exceção dos grandes especuladores, terem origens humildes e baixa escolaridade, de acordo com a autora, são responsáveis por uma função também básica das bolsas, a saber, aumentar a liquidez do mercado.

⁵ A importância da ideologia de geração de valor aos acionistas (*shareholder value*) e as suas implicações para a crise serão discutidas mais adiante no capítulo.

⁶ A análise fundamentalista se caracteriza pela análise de fatores “reais” que influenciam o preço das ações.

⁷ De acordo com o referencial teórico de Müller, a vida social pode ser dividida em 6 mundos, cada um ressaltando certos valores importantes: o mundo inspirado, o mundo doméstico, o mundo da opinião, o mundo cívico, o mundo mercantil e o mundo industrial.

⁸ Análise grafista é uma técnica que busca observar a evolução dos preços a fim de identificar pontos de máximo e de mínimo.

Por último, Müller identifica outro tipo de grupo envolvido nas transações da Bovespa. A eles ela dá o nome de jogadores. Estas pessoas, que têm as mais diversas origens sociais, não trabalham na bolsa, nem fazem parte dos circuitos internos de informação existentes e também não movimentam muito dinheiro. Elas são chamadas assim, porque enxergam a bolsa como um jogo, onde sorte e azar são constantemente colocados na balança. Habitam um mundo social chamado “mundo inspirado”, onde a transcendência e o sobrenatural têm preponderância. Isto se deve ao fato de lidarem constantemente com a própria providência de sorte, já que são excluídos dos circuitos relacionais internos da bolsa, e justificarem suas ações sempre em nome dela. A legitimidade desta prática é a das mais contestáveis, mas consegue ser mantida por um rigoroso código de conduta, baseada fundamentalmente na sobriedade e autocontrole. Qualquer manifestação exacerbada de alegria ou desespero revelaria o seu vício ou irresponsabilidade em mexer com algo tão arriscado como mercado de ativos financeiros.

Miyazaki (2013a), apesar de mostrar que o uso de tipos ideais deve ser limitado caso não se queira cair no reducionismo, identifica entre os seus sujeitos de pesquisa uma nomenclatura usada para se auto-identificarem, baseada em tipos ideais. Estes personagens, afirma o autor, são provenientes da própria teoria financeira *mainstream*, que tem na arbitragem um conceito fundamental. Os sujeitos da pesquisa de Miyazaki identificavam-se como arbitradores, em oposição a especuladores e *hedges*. Os especuladores seriam pessoas demasiado imprudentes e irracionais, de acordo com eles, sempre apostando nas tendências do mercado. Os *hedges*, por sua vez, são vistas como um grupo de pessoas ricas que tinham condições de se proteger contra perdas no mercado. Por outro lado, os arbitradores eram tipificados na teoria *mainstream*, da qual as pessoas envolvidas no estudo eram consumidoras assíduas, como desempenhando uma função relativamente lucrativa e desprovida de risco, já que o ofício da arbitragem requer apenas a exploração da diferença de preço entre ativos iguais em mercados diferentes ou ativos parecidos, como um índice futuro e a cesta que o compõe, em um mesmo mercado. Ademais, a arbitragem possui um objetivo nobre, atingido na eliminação de todas as oportunidades de arbitragem, isto é, a criação de uma

ausência de arbitragem (*no arbitrage*), já que faz os preços dos ativos arbitrados convergirem. Esta condição é a própria eficiência do mercado, já que os preços passam a expressar toda a informação disponível.

No entanto, o que esta missão nobre revela é a própria ambivalência e fragilidade do conceito de arbitragem. Ao passo em que ela é praticada gera as condições para o seu próprio fim. Esta iminência de um fim para a arbitragem requer que se busquem oportunidades em lugares e circunstâncias novas, muitas vezes envolvendo riscos inesperados, o que contradiz a definição do manual. Vemos, portanto, como o limite entre arbitragem e especulação é extremamente tênue (Miyazaki, 2013a). Os próprios interlocutores de Miyazaki reconhecem este fato, mas preferem se denominar arbitradores, chamando atenção para a importância da disciplina e do autocontrole para que não se caia no excesso e se torne um especulador.

Karen Ho (2009), por sua vez, não aborda diretamente nenhum tipo ideal. Ao contrário, a autora enfatiza uma unicidade da lógica que rege Wall Street, onde comportamentos e valores são usados como ferramentas de justificação e legitimação. A passagem de uma representação a outra ocorre silenciosamente, o que a conforma de certa forma à teoria de Minsky (Dow, 2011). No entanto, a pesquisa de Ho aponta para a possibilidade de que comportamentos virtuosos no início do ciclo existam apenas no discurso ou no sentido de marketing, sendo que a bolsa opera fundamentalmente com uma lógica de curto prazo (Ho, 2009). Será mostrado ainda neste capítulo como *hedges* se transformam em especuladores sem serem percebidos, de acordo com Ho, mas antes serão apresentadas algumas características do mercado de ativos financeiros apontados pela literatura antropológica capazes de aprofundar a instabilidade imanente.

II – Fatores sociais que contribuem para a instabilidade

O primeiro fator é também o mais geral e pode ser encontrado explicitamente na obra de Müller (2006). Ele reside no fato de que, apesar das leis e regras de conduta prevaletentes na bolsa terem como objetivo a criação de condições análogas a um mercado perfeito, a existência de circuitos de relações pessoais viola explicitamente esta condição. Para a autora existem

dois tipos de relações que se opõe às relações puramente mercantis baseadas no atomismo dos agentes. São elas as relações de confiança e as de reciprocidade.

As relações de confiança, a primeira vista podem ser expressas pela confiança que é necessário ter na própria instituição da bolsa de valores, além da confiança em outras instituições sociais e também nas biografias culturais impostas. Estas relações são essencialmente abstratas, já que configuram como “compromissos sem rosto”. No entanto, de acordo com a autora, no longo prazo, as relações, para se manterem, necessitam de “compromissos com rosto”. Desenvolvem-se, assim, relações de confiança entre investidores e corretoras e destas com os seus gerentes e operadores, por meio de cadeias de confiança.

Relações de reciprocidade, por sua vez, funcionam de dois modos: um positivo e outro negativo. As relações recíprocas positivas são aquelas que organizam os circuitos por onde circula a informação. Neste âmbito é necessário saber desenvolver contatos, a fim de se posicionar o mais perto da fonte possível. Isto é da maior importância para especuladores. As relações recíprocas negativas, por outro lado, envolvem proibições cujo objetivo é criar um bom ambiente de trabalho. Elas constroem respeito e obrigações de confidencialidade e cumplicidade entre indivíduos no mercado.

A tensão entre as leis e regras explícitas, que querem levar as relações humanas presentes no mercado de ativos financeiros à impessoalidade radical, e a necessidade de relações pessoais “com rosto” é suficiente para mostrar o potencial de instabilidade que reside neste conflito. Caso as relações pessoais sejam completamente reprimidas pelas regras do mercado, a incerteza social se alastraria de forma perversa. Caso ocorra o contrário, a bolsa de valores perderia sua legitimidade frente à sociedade como um todo (MÜLLER, 2006).

Além deste aspecto existe outro apontado pela autora, que se relaciona ao modo como se dá o emprego em cargos menos importantes e a participação no jogo do mercado. Na fase ascendente do ciclo aumentam também as vagas de emprego em cargos de menor exigência de qualificação, acarretando também promoções em cargos neste segmento (Ibidem). Estes

novos trabalhadores, ainda inexperientes, irão engrossar o caldo daquilo que a autora chama de operações de especulação. Ademais, com a crescente possibilidade de ganhos, devido à expectativa sobre a tendência crescente dos preços dos ativos, abre-se a possibilidade de incremento na presença de indivíduos classificados como jogadores.

O status de especulador é socialmente condenado, tendo como consequência a não percepção da presença e dos efeitos da especulação. Como aponta Miyazaki (2013a) os seus interlocutores preferiam encarar a sua atividade como arbitragem e não como especulação, apesar da fragilidade da fronteira entre os dois conceitos, apresentando-se como arbitradores no mercado e para os seus clientes. Ho (2009) aponta que apesar do comportamento geral dos mercados financeiros ser pautada por uma lógica de curto prazo, os serviços financeiros são sempre oferecidos com um aspecto de eficiência, preocupação com o longo prazo e legitimidade dos lucros provenientes.

As justificativas que baseiam as ações promovidas pelos bancos de investimento são sempre formuladas em termos ideológicos neoclássicos (Ho, 2009), que tornam invisíveis comportamentos especulativos, considerados irracionais de acordo com o modelo microeconômico dedutivista (Bresser-Pereira & Lima, 1996). Veremos como *hedges* passam a operar como especuladores de forma quase imperceptível, por meio de narrativas neoclássicas sobre a legitimidade de seu ofício.

III – A passagem silenciosa da predominância de *hedges* para a de especuladores e a construção social da crise de 2008

Karen Ho em sua etnografia de Wall Street revela as raízes sociais da crise financeira de 2008. Para isso, uma relação de grande importância é a que se dá entre os bancos de investimento e as empresas ou corporações americanas. É na década de 60 do século passado que Wall Street, cuja aura negativa relacionada à crise de 1929 já havia se dissipada, começa a estreitar suas relações com as empresas. Resultado desta influência foi o *boom* dos conglomerados, que se tornaram uma prática muito em voga na época (Ho,

2009). Este foi o período de ouro da empresa “pós-keynesiana”, no sentido da separação entre propriedade e controle (Carvalho, 1982), e da corporação como entidade social. A responsabilidade perante os acionistas e o pagamento regular de dividendos era apenas uma das obrigações dos diretores destas empresas, que também incluíam responsabilidades perante funcionários, o governo e a sociedade como um todo. Este cenário se altera radicalmente na década de 80, quando ocorre uma ampla aceitação de uma ideologia que prioriza a geração de valor para os acionistas (*shareholder value*), com fundamentos epistemológicos no conceito neoclássico da firma, que identifica propriedade com controle.

Outra relação de grande importância a ser discutida nesta seção é forma como é proclamado o discurso legitimador do mercado financeiro e o marketing em favor das suas operações. Baseados em fundamentos teóricos neoclássicos, estes discursos foram tão amplamente aceitos que possibilitaram que Wall Street impusesse um modelo de gestão radicalmente diferente do anterior ao resto das empresas norte-americanas, a partir da década de 80. Os discursos legitimadores usados pelos bancos de investimento fundamentavam-se sobre uma forma de elitismo e uma “meritocracia monetária”. O elitismo era proclamado em termos da “esperteza” de seus funcionários, portadores de diplomas das melhores universidades e MBAs do país, que trabalhavam horas a fio para acompanhar o mercado, o que o tornava também um discurso de eficiência. A meritocracia monetária era a expressão da estrutura compensatória dos empregos oferecidos por Wall Street, baseada na recompensa por performance, já que a fonte de renda destas instituições são os negócios mediados que geram fartas comissões. Vinculando desempenho e renda, este tipo de meritocracia invisibiliza discriminações de gênero e de raça no ambiente de trabalho (Ho, 2009), escondendo o fato de que mulheres e pessoas não-brancas eram as que mais tinham que trabalhar pela recompensa.

III.1 – A revolução do *shareholder value*

O conceito neoclássico da firma identifica a propriedade com o controle, a gestão e o direito aos lucros. Esta identificação do empreendimento com o empresário é tão antiga quanto as formulações de Adam Smith e de outros

economistas clássicos a respeito (Ibidem). No entanto, durante o século XX, passou a dominar um outro tipo de empresa, que se configurava não apenas como uma fonte de lucros para proprietários, mas principalmente como entidade social, de grande importância para o desenvolvimento do capitalismo moderno (*managerial capitalism*).

No entanto, se por um lado havia os que defendiam este tipo de organização empresarial, por outro, havia os que defendiam um retorno aos princípios do empreendedorismo de raiz clássica e a diminuição da regulação governamental (Ibidem). Este debate ainda era muito acalorado na década de 60, expressando-se no dia-a-dia empresarial através de conflitos jurídicos entre acionistas e administradores das empresas que possuíam, pelo motivo de que aqueles demandavam maior atenção às suas demandas por dividendos e valorização das ações. Naquela década, no entanto, Wall Street se posicionou de forma favorável ao movimento de estabelecimento da firma moderna, financiando e mediando muitos acordos de compra de empresas durante a expansão dos conglomerados.

Este posicionamento mudou radicalmente na década de 80 do século passado, dando lugar a um fenômeno que foi chamado de revolução do *shareholder value*. Fruto da re-popularização de conceitos e abordagens neoclássicas na década de 70, inclusive na academia, com o surgimento das escolas novo clássica e novo keynesiana (Mankiw, 1990), e da crescente pressão por parte dos acionistas, este novo direcionamento ideológico postulava a preponderância dos direitos dos acionistas e, principalmente, da geração de valor para eles, na forma de dividendos e valorização de suas ações, frente a qualquer outra responsabilidade que a empresa possuísse. Neste sentido, a simples valorização das ações era o único objetivo desta visão de empresa e os preços das ações se tornaram a principal medida de desempenho (HO, 2009).

A participação de Wall Street foi decisiva para a consolidação deste novo caráter empresarial, que se tornou a visão de mundo prevalecente no mercado financeiro. Apesar de sua forte participação no movimento de construção dos conglomerados na década de 60, Wall Street apagou este momento histórico, que marca o ressurgimento do mercado financeiro como

participante ativo na economia estadunidense, de sua própria biografia, como atesta o diálogo de Ho com os seus interlocutores. A construção de Wall Street como a representante do *shareholder value* se tornou o *slogan* de seus bancos de investimento.

Tornou-se, assim, uma prática frequente a demissão e o corte de gastos em melhorias tecnológicas e ações sociais, pelo simples motivo de gerar valor contábil que pudesse ser traduzido em uma valorização das ações. Durante o movimento *take-over* dos anos 80 a prática de Wall Street que se tornou marcante foi a mediação de compras de empresas conhecidas como *leveraged buyouts*. Eram identificadas empresas lucrativas que, de acordo com os modelos de precificação utilizados, tinham as suas ações subvalorizadas. Assim, era oferecida a compra destas ações com um prêmio, já que se propunha a comprá-las, normalmente, a preço superior à cotação. Estas empresas, então, se tornavam alvos de cortes de gastos considerados “desnecessários” e que se encontravam no caminho da geração de valor para o acionista, ou seja, elas eram alavancadas, em jargão do mercado financeiro. Depois destas etapas e um tempo de espera de aproximadamente dois anos, os investidores que haviam comprado a empresa vendiam as ações cujas cotações haviam alavancado, deixando a firma em péssimas condições⁹, já que os recursos antes destinados a expansão e reinvestimento eram pagos em dividendos e compunham o fluxo de caixa a impulsionar a valorização das ações (Ibidem), e o nível de endividamento começava a aumentar, devido a destruição dos mecanismos que garantiam a produtividade e o lucro no longo prazo, ou seja, a estabilidade da empresa. No entanto, tudo estava bem na consciência dos executivos de Wall Street, já que lucravam por “negócio fechado” e eram apoiados pela teoria neoclássica, de acordo com a qual a confluência dos interesses privados e egoístas proporcionaria a eficiência e o bem-estar no longo prazo. No discurso oficial dos bancos de investimento eles estavam contribuindo para tornar o meio empresarial mais eficiente. Por fim, com a revogação do Glass-Steagall Act no final da década de 90 (Ibidem), uma lei promulgada após a Grande Depressão, que protegia a economia da

⁹ Para os fins desta discussão, este comportamento pode e deve ser encarado como de natureza especulativa.

especulação através da separação entre bancos comerciais e de investimento, fica clara a vitória neoclássica.

Esta discussão histórica é de grande interesse também pelo o que ela revela sobre a performatividade. Além de ser ferramental, a performatividade de modelos econômicos é fundamentalmente ideológica. Ademais, o apelo ideológico dos pressupostos neoclássicos podem ser explicados pela relação íntima que eles mantêm com a cultura ocidental, isto é, a incorporação de uma noção atomística de pessoa, de uma igualdade concorrencial (Luz & Fracalanza, 2013) e da crença em um equilíbrio de longo prazo independente da ação no curto prazo (MÜLLER, 2006).

III.2 – A instabilidade nos bancos de investimento

O mercado financeiro estabelecido em Wall Street, através do estudo de Karen Ho, revela-se como centro irradiador de instabilidade, a partir do momento em que passa a ter uma agência direta sobre a forma em que as empresas são geridas. Esta nova gestão consiste em tornar as empresas líquidas, no sentido em que podem ser representadas pelas suas ações (Ho, 2009), expostas à volatilidade do mercado. Analogamente a isso, a nova lógica de geração de valor ao acionista é uma extensão da cultura de Wall Street, que opera a manutenção de vidas líquidas. Esta liquefação da vida está intimamente relacionada com a instabilidade imanente do mercado financeiro.

Começamos pela estrutura compensatória estabelecida em Wall Street, profundamente ligada a uma ética de trabalho peculiar. Apesar de receber bons salários, um analista (*analyst*), o cargo mais baixo na hierarquia de Wall Street, quando compara a sua remuneração fixa com a quantidade de horas trabalhadas, que chega a uma média de 110 horas semanais, recebe apenas o valor de um salário mínimo (salário-hora) estadunidense (Ibidem). Como estes trabalhadores conseguem trabalhar tanto e receber tão pouco comparativamente? A resposta, de acordo com Ho, está na estrutura das remunerações, que ligam desempenho a recompensa, em forma de bônus e comissões distribuídas no final de ano. Os funcionários dos bancos de investimento, aliás, consideram os bônus de fim de ano a sua principal

remuneração¹⁰, relegando os salários a uma função de garantir a sobrevivência.

Aliado a isto existe uma ética de trabalho que valoriza o sacrifício, o “trabalho duro”, como colocado pela autora. É comum o orgulho pelo “trabalho duro”, por trabalhar 120 horas em uma semana, não dormir duas noites seguidas, já que este trabalho duro não é um trabalho duro qualquer. É um trabalho altamente qualificado, que só pode ser realizado por pessoas altamente capazes e inteligentes, como demonstra o histórico escolar de quase todos os trabalhadores, além de dispostas a “darem duro” (Ibidem). Desta forma, o trabalho em Wall Street carrega um tom elitista, já que trabalham ali apenas os mais “espertos¹¹”, os mais eficientes, os “melhores dos melhores”.

Juntamente com esta estrutura compensatória, aliada a um senso de superioridade que o trabalho em Wall Street carrega, é marcante do trabalho em bancos de investimento a alta rotatividade de seus funcionários, a insegurança e a falta de estabilidade no emprego. Ao contrário do que afirma Müller (2006), isto é, que a demanda por trabalho no mercado financeiro é pró-cíclica, Ho argumenta que a instabilidade no emprego é uma constante para quem trabalha em Wall Street. Ela é expressão direta da volatilidade do mercado, que o mercado financeiro deseja acompanhar, variando com as respostas dadas a ele. Quando, por exemplo, se desenvolve um novo instrumento financeiro toda uma nova seção é organizada para trabalhar com ele, demandando muitos novos funcionários, recém-graduados de Princeton ou Harvard ou de MBAs em instituições respeitadas como o MIT, além de ex-funcionários de outros bancos, vítimas da última onda de demissões. Quando, por sua vez, uma operação se torna obsoleta ou o banco quer preservar seu bônus e a cotação de suas ações, caso o ano não tenha sido muito lucrativo, seções inteiras são dispensadas. Esta instabilidade, no entanto, não é encarada com desespero por parte dos funcionários demitidos, já que

¹⁰ Esta transformação das comissões em fonte principal de renda, pelo menos quando estas são muito altas, gera nos sujeitos um comportamento de consumo frívolo e sem planejamentos de longo prazo (Ho, 2009), um dos reflexos da instabilidade penetrante da cultura de Wall Street.

¹¹ Ser esperto em Wall Street é uma categoria que engloba tanto ter feito o curso superior em uma universidade de excelência, como Harvard e Princeton, quanto a capacidade de suportar a pressão do trabalho maçante, além do carisma necessário para cativar clientes e chefes.

rapidamente são reabsorvidos por outros bancos, expressando a volatilidade natural do mercado, a qual devem adaptar suas vidas (líquidas).

Neste sentido, trabalhadores de Wall Street precisam acreditar na nobreza de seu trabalho, na sua conexão com um mercado inerentemente volátil, que os caracteriza como parte de uma elite intelectual capaz de acompanhá-lo e de entendê-lo. Os bancos de investimento, frente às forças do mercado, não têm como objetivo controlá-las, mas antes de tudo expressá-las e deixar que o tão esperado equilíbrio de longo prazo conceda prosperidade a todos que a merecerem (Ibidem). A consolidação de Wall Street como uma elite intelectual representante do próprio mercado, este ente abstrato, promotor da prosperidade e do bem-estar de acordo com a teoria neoclássica, legitimou o seu papel de guardião do *shareholder value* e de instituição mais qualificada para gerir as empresas americanas, cujo objetivo último tinha se tornado a geração de valor para seus acionistas. Desta forma, o modelo de trabalho e de gestão dos bancos de investimento foram gradativamente adotadas pelas empresas que haviam tornado líquidas, alastrando a volatilidade e a instabilidade, principalmente empregatícia, por toda a economia.

É possível, assim, identificar a estratégia adotada pelo mercado financeiro. Esta estratégia é, no mínimo, excêntrica, já que consiste na total ausência de diretrizes de longo prazo (*strategy of no strategy*), já que as decisões imediatas são sempre determinadas pela condição do mercado (Ibidem). O trabalho é sempre condicionado pela última operação a ser realizada, já que a renda dos bancos é fundamentalmente determinada pelo volume dos negócios que conseguem fechar. A atividade dos bancos de investimento, neste sentido, é uma função da quantidade de negócios e investimentos a serem realizados, em detrimento da qualidade destes ou de sua rentabilidade em longo prazo, o que demonstra a quase ausência do longo prazo no imaginário e na prática de Wall Street.

De acordo com o descrito acima, torna-se possível enxergar uma série de práticas e crenças que perpetuam a instabilidade nos bancos financeiros. A estrutura compensatória, meritocrática, aliada a uma ética de “trabalho duro”, a instabilidade no emprego, o senso de elite e de conexão com o mercado e a *strategy of no strategy*, que exclui o longo prazo das decisões estratégicas, são

os fundamentos para a construção social da crise (Ibidem). Quando, através da legitimidade dos bancos de investimento de Wall Street, da sua representação como elite intelectual e da ideologia do *shareholder value*, as outras três características foram impostas às empresas americanas, a instabilidade própria da alta finança se espalhou pela economia, trazendo consigo a sua fragilidade. É quase óbvio o carácter problemático da imposição de uma lógica de curto prazo, cujo objetivo único é geração de valor para acionistas, sobre empresas industriais. A indústria não pode se basear em respostas imediatas ao mercado, já que o ciclo de produção é necessariamente de longo prazo e depende do planejamento para o seu sucesso, assim como acontece para qualquer aplicação em capital fixo.

Assim, a crise está praticamente instaurada. A revolução dos acionistas ajudou a transformar empresas com um comportamento saudável em relação ao endividamento (*hedge*) em empresas com alto risco de endividamento (especuladoras) e desprovidas de perspectivas de crescimento no longo prazo. Por outro lado, o mercado financeiro impõe a sua legitimidade através de uma máscara *hedge*, mas ao mesmo tempo age como especulador, ao se atrelar profundamente ao mercado, já que é no mundo do movimento dos preços que a especulação vive (Müller, 2006). É desta forma que se realiza a transição de *hedges* para especuladores, de acordo com uma abordagem “*on the ground*”, uma definição dada por Ho ao método etnográfico.

III.3 – Quem, afinal, são os *ponzis*?

Os *ponzis*, unidades características do final da fase sustentada do ciclo (Evans, 2004), não foram abordados até então. Será que podem ser comparados aos “jogadores” aos quais Müller (2006) se refere? Talvez de forma imperfeita, já que estes agentes, de acordo com a autora, sempre estão presentes no mercado financeiro. No entanto, Ho oferece uma boa dica para qual grupo social pode ser considerado como composto por unidades *ponzi*.

No ápice do ciclo financeiro, ou melhor, da bolha, a expectativa de lucro por meio da aplicação em ações se espalha pela economia atraindo cada vez mais participantes no mercado da bolsa. Aliada a um discurso de democratização do acesso a oportunidades de enriquecimento e empoderamento por meio da posse de ações, além de campanhas publicitárias de bancos de investimento, essa expectativa atinge a classe média e baixa (Ho, 2009). São estes grupos os mais vulneráveis e que arcarão com os maiores prejuízos da crise financeira, já que, de acordo com os grandes investidores institucionais, quando amadores começam a inundar o mercado de ações é hora de vender (Ibidem). Estas vendas dão início ao ciclo de baixa.

IV – Inovação financeira e globalização

Considerando a renda dos bancos de investimento como proveniente diretamente da quantidade de transações realizadas, contratos mediados e negócios fechados, é útil perceber a criação de novas possibilidades de negócios como uma boa estratégia. De fato, é a inovação financeira que impulsiona o ciclo (Evans, 2004; Dow, 2011). Estes instrumentos financeiros novos são vendidos com promessas de lucro ao mundo todo.

IV.1 – Desenvolvimento e reciclagem de instrumentos financeiros

Na década de oitenta durante o movimento *take-over*, o instrumento pelo qual se tornaram líquidas inúmeras empresas, foi a emissão de ativos de alto risco, mas também com alto retorno potencial, chamados naquele momento de *junk-bonds*. Aliadas à prática do *leveraged buyout*, tornaram possível a imposição da ideologia acionista e geraram uma bolha que viria a estourar no final da década de 80 (HO, 2009).

Depois da crise daquela década, estes instrumentos financeiros foram renomeados e reciclados para que pudessem ser reinseridas no mercado, sem a desconfiança que se associava a eles devido às consequências da crise. Desta forma, os *junk-bonds* se tornaram os *high-yield bonds* e a prática de *leveraged buyout* se expandiu, recebendo o nome de fusões e aquisições (*M&A: mergers and acquisitions*) (Ibidem). De fato, a mediação de negociações e a confecção de contratos de fusões e compras de empresas se tornaram um

dos maiores negócios dos bancos de investimento de Wall Street, que lucravam com generosas comissões.

Durante o escalonamento da crise de 2008 outros dois instrumentos se tornaram populares: os *subprime bonds* e os *credit-default swaps*. Os primeiros eram títulos privados de alto risco, atrelados a hipotecas oferecidas a grupos sociais de maior risco de insolvência, sobre as quais incidia uma taxa de juros também maior do que o normal, chamada de *subprime rate*. Eles eram vendidos juntamente com os *credit-default swaps*, que eram contratos que asseguravam contra potenciais perdas decorrentes da insolvência do emissor dos títulos. O que de fato aconteceu foi que se gerou uma bolha imobiliária, que quando chegou ao fim deixou os bancos sem liquidez e incapazes de pagar até as compensações sobre as perdas ocorridas (IBIDEM).

IV.2 – Instituições globais e distribuição global do risco

Durante a década de 2000, os bancos de Wall Street já haviam se tornado bancos globais, pelo menos no sentido que eles próprios davam à palavra. No ambiente estudado por Ho, a palavra “global” não significava a existência de filiais desses bancos em todos os países do globo terrestre, mas a flexibilidade deles para aproveitar qualquer oportunidade de negócios em qualquer lugar do planeta. Ou seja, a globalização dos bancos era apenas mais uma forma de afirmar a sua volatilidade e a sua identificação com o mercado (Ibidem). Apesar de, neste sentido, a globalização financeira estar mais próxima de uma globalização potencial do que real, ela teve consequências reais para o agravamento da crise, assim como previsto pela teoria pós-keynesiana (MOLLO & AMADO, 2001).

O que se deu foi a distribuição global dos riscos através da internacionalização das oportunidades de negócios. Os *subprime bonds* e os *credit-default swaps* circularam pelo mundo espalhando os riscos dos empréstimos hipotecários concedidos a inúmeros cidadãos americanos com o sonho da casa própria (Ho, 2009). Assim como o risco, as perdas efetivas que decorreram do *crash* de 2008 também foram globalmente distribuídas, provocando uma crise de dimensões mundiais.

V – Crise como quebra de paradigma

Como mostra o estudo de Miyazaki (2013a) sobre operadores japoneses que trabalhavam com derivativos, a desilusão deles em relação ao seu modelo explicativo de vida, baseado no conceito de arbitragem, pode levar a crise a ser comparada com uma quebra de paradigma. Assim, propõe-se o problema da reestruturação do mercado financeiro como a difícil busca por um novo paradigma que possa reestabelecer o sentido nesse mundo.

De fato, a arbitragem como conceito extensível a vários âmbitos da vida, foi amplamente aplicada pelos operadores japoneses. Lembrando que a arbitragem é uma prática que se baseia na exploração da diferença de preço entre ativos iguais ou parecidos em mercados diferentes com o objetivo de lucro, que, por fim, faz convergir os preços de ambos, reestabelecendo a função dos preços de expressar o valor dos ativos e, conseqüentemente, a eficiência do mercado. Neste sentido, o modelo da arbitragem ajudou os interlocutores de Miyazaki a conciliar vida profissional e pessoal, público e privado, mantendo a esperança de que, no final das contas, ambas iriam convergir, trazendo realização pessoal e felicidade (Miyazaki, 2013a). No entanto, a crise de 2008 abalou profundamente a crença no modelo da arbitragem e trouxe como choque de realidade o fato de que realizações pessoais e profissionais eram inconciliáveis. Muitos dos sujeitos da pesquisa de Miyazaki, após o *crash* de 2008, encerraram suas operações na bolsa de Tóquio e resolveram buscar sua realização em outros lugares.

Como gerar significado em um mundo tão volátil e instável como o do mercado financeiro e das bolsas de valores? Qual será o novo paradigma a guiar esses mercados? Estas perguntas aparecem várias vezes no trabalho de Ho (2009), já que a autora se questiona se algo irá mudar depois da crise dos *subprime bonds*, a maior crise financeira desde 1929. A resposta para elas não é fácil e demanda tempo, e está fora do escopo do presente trabalho.

No entanto, o que se pode afirmar é que existe uma diferença fundamental de valores entre o mundo industrial e o mundo mercantil (Müller, 2006). Além disso, as conseqüências da imposição de valores do último sobre o primeiro têm graves implicações para a estabilidade da economia, como ocorreu na propagação do modelo de liquidez da vida e do trabalho por Wall

Street (Ho, 2009). A separação entre as duas esferas se configura, portanto, um desafio de coordenação em prol da estabilidade.

Conclusão

Neste trabalho discutiu-se a importância da Economia e da Antropologia no estudo do mercado financeiro, uma instituição social cada vez mais presente na vida cotidiana moderna (Müller, 2006; Ho, 2009). Enquanto a Antropologia tende a compreendê-la em relação a outras instituições e facetas da vida social, a Economia pretende extrair de seu estudo consequências para o funcionamento da economia, entendida, fundamentalmente, como sistema por meio do qual recursos materiais são alocados. No âmbito da Economia, no entanto, há diferentes correntes que divergem em relação à ontologia dos principais componentes envolvidos na análise (Dow, 2011), ou seja, como caracterizam o objeto de estudo, o mercado financeiro, a moeda, principal veículo de sua reprodução, e a própria sociedade na qual se inserem.

Esta controvérsia na Economia e a visão da Antropologia foram tema do capítulo I, onde se concluiu que a Antropologia, apesar de não participar de forma direta do debate, oferece uma nova perspectiva a respeito do comportamento humano. Foi argumentado que existem muitas formas de diálogo, mas que é necessário ser rigoroso com o grau de compatibilidade entre as teorias que irão dialogar, já que a divergência entre paradigmas dentro da Economia poderia se reafirmar no diálogo com a Antropologia, é preciso ser cauteloso.

No capítulo II mostrou-se que esta divergência é consequência do desenvolvimento histórico de paradigmas concorrentes dentro da Ciência Econômica, algo que aconteceu na ciência como um todo (Kuhn, 1998) e que contribuiu para a abrangência do conhecimento, mas não para a sua completude. Intraduzibilidade de certos conceitos (Dal Magro, 2013) e diferenças de método (Bresser-Pereira, 1996; Mollo, 1998) são as características desta divergência, que é um exemplo de incomensurabilidade entre paradigmas. Não é que a completude da ciência seja necessária, mas a fragmentação dela nas ciências sociais, pelo menos, apresenta falhas explicativas frente à complexidade cada vez maior do mundo social

contemporâneo, que impõe questões que muitas vezes estão no limiar entre as ciências. É neste sentido que a interdisciplinaridade foi proposta aqui, como resposta à complexidade pós-moderna (Garcia Júnior & Verdi, 2015) e possível solução para questões localizadas nas fronteiras entre as ciências. Neste sentido, cada um dos paradigmas econômicos abordados no capítulo I foram, cuidadosamente, comparados com a teoria antropológica, por meio da comparação entre os conceitos amplos de sociedade, moeda e mercado financeiro, aqui selecionados. Vale ressaltar que outros conceitos, talvez mais específicos, poderiam ter sido usados, mas não há garantia de que atingiriam os mesmos resultados.

A Antropologia confirma a existência de discursos reducionistas na controvérsia explicitada no primeiro capítulo e requer um posicionamento anti-reducionista para que possa afirmar sua utilidade. A cultura, um dos seus conceitos fundamentais, não é estática (Laraia, 1986) e, portanto, não pode ser classificada como uma essência subjacente à sociedade (Viveiros de Castro, 2014), além de ser uma disciplina com o costume de estudar as instituições em relação umas as outras (Carrier, 2005). Assim, chegou-se a um resultado não muito surpreendente, mas importante. A compatibilidade da Economia pós-keynesiana, que foge tanto de determinismos individualistas quanto holistas (marxistas) (Carvalho, 1982), com a Antropologia.

A partir deste resultado buscou-se analisar a maior crise financeira desde 1929 sob um olhar compartilhado entre Economia pós-keynesiana, representada pelo modelo de instabilidade financeira de Minsky, um modelo considerado não-determinista e uma boa ferramenta interpretativa (Dow, 2011), e a Antropologia, representada pelas etnografias de Müller (2006), Ho (2009) e Miyazaki (2013). No capítulo III isto é realizado ao reinterpretar os conceitos de *hedge*, especulador e *ponzi*, próprios do modelo minskyano (Evans, 2004), dando-lhes um lugar e um tempo em que possam existir. Ademais, foi feita a relação entre a cultura de Wall Street e a criação social da crise, um exemplo propagação da instabilidade a partir do mercado financeiro. Neste sentido, o último capítulo deve ser interpretado como um estudo de caso, uma possibilidade para a convergência interdisciplinar idealizada nos dois primeiros capítulos.

Concluiu-se no capítulo III, então, que a incompatibilidade entre as práticas e ideologias do mercado financeiro e as do mercado industrial é fundamental para a compressão da crise de 2008. Quando o mercado financeiro impõe a sua cultura de liquidez às empresas produtoras de mercadorias, estas últimas são impedidas de realizarem os planejamentos necessários para que os investimentos sejam concretizados e elas possam se manter no longo prazo (Ho, 2009). Esta incompatibilidade é perfeitamente compreensível por parte da Economia pós-keynesiana, devido ao axioma da produção, de acordo com o qual a produção de mercadorias se realiza necessariamente em etapas (Carvalho, 1982). Encontrou-se, assim, uma explicação ampla, qualitativa e histórica para a crise de 2008 e que está de acordo com as teorias selecionadas.

A interdisciplinaridade entre Antropologia e Economia, todavia, pode ser aplicada a outros objetos de pesquisa que constituem o ambiente econômico da sociedade contemporânea, não apenas com o objetivo de responder a questões de forma ampla e sem recorrer a reducionismos. Torna-se evidente nesta intersecção a natureza política de tal abordagem. A Antropologia, neste sentido, é capaz de contribuir na Economia como uma ferramenta para desvendar as relações complexas entre crenças e valores por um lado e práticas e consequências por outro (Carrier, 2005), problematizando pressupostos, que, no fundo, nada possuem de lógico, mas que estão na base da cultura ocidental, como o *homo economicus* (Luz & Fracalanza, 2013), possibilitando que planejadores de políticas públicas possam ver através da ilusão da própria cultura. Como bem se mostrou aqui, o que é feito difere muitas vezes do que é dito (Miyazaki, 2013a), demonstrando a complexidade das relações envolvidas na geração de valor e no ciclo econômico.

Neste sentido, este trabalho questiona não apenas o caráter fragmentário da ciência, ao qual propõe conexões interdisciplinares, mas, principalmente, as políticas econômicas simplistas, que desconsideram o contexto econômico e social na qual serão executadas. A sociedade torna-se cada dia mais complexa e fatores como o mercado financeiro globalizado e a tecnologia, principalmente de comunicações, têm ganhado em importância na sua reprodução, não apenas material, mas simbólica. Assim, torna-se

necessária uma interdisciplinaridade colaborativa, focada em questões e em como responder a elas.

Apesar de ter conseguido responder a um problema complexo e difícil, este trabalho ainda deixa algumas questões em aberto, na forma de temas importantes que tangencia, mas não aprofunda. Para se aprofundar, no entanto, a leitora ou o leitor poderá consultar a seguinte bibliografia. Em relação à teoria sistêmica, bons *insights* filosóficos são fornecidos por Gilles Deleuze e Félix Guattari em sua coletânea *Mil Platôs*, constituída de 5 volumes. A respeito da relação difícil entre indivíduo e estrutura, informações valiosas podem ser obtidas na leitura de *O Senso Prático* de Pierre Bourdieu, originalmente publicado em 1980. Sobre a posição crítica da Antropologia em relação à Economia e a necessidade de uma Antropologia da Economia¹, uma leitura interessante é o artigo de Frederico Neiburg “Os Sentidos Sociais da Economia”. Por fim, uma leitura que espero que seja instrutiva, visto que ainda não foi realizada, é *The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins* de Anna Tsing, publicado em 2015. Trata-se de uma investigação a respeito das formas de reestabelecimento da “vida” nos destroços deixado pelo capitalismo e pela crise, problema mostrado no capítulo III.

Finalmente, espera-se que o debate continue, revigorado pelas considerações aqui expostas.

¹ Também, por que não uma Economia da Antropologia?

Referências bibliográficas

AGLIETTA, M.; ORLÉANS, A. *A violência da moeda*, Editora Brasiliense, 1990.

APPADURAI, A. Introdução: mercadorias e a política de valor, In: Appadurai, A. (ed.), *A vida social das coisas – As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. EdUFF, 2008 [1986].

———. The Ghost in the Financial Machine. **Public Culture** 23: 3, 517-39, 2011.

ARCHER, M. S. *Culture and Agency: the Place of Culture in Social Theory*, Cambridge University Press, 1988.

ASSIS CARVALHO, E. A paixão pelo entendimento: Claude Lévi-Strauss e a universalidade da cultura. **Cronos**, Natal-RN, v. 9, n. 2, p. 301-314, jul./dez. 2008.

BENEDICT, R. *Padrões de Cultura*. Tradução: Alberto Candéias. Lisboa: livros do Brasil, 2000 [1935].

BLACK, F.; SCHOLLES, M. The Pricing of Options and Corporate Liabilities, (M.I.T. mimeo, January 1971).

———. The Valuation of Option Contracts and a Test of Market Efficiency. **The Journal of Finance**, Vol. 27, No. 2, Papers and Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the American Finance Association, New Orleans, Louisiana, December 27-29, 1971 (May, 1972), pp. 399-417.

BOAS, F. As limitações do método comparativo da antropologia (1896), In: *Antropologia cultural*. Org. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 109 p.

BOHANNAN, P. Some principals of Exchange and Investment among the Tiv, **American Anthropologist**, 57 (1955).

BOJACÁ, J. J. O. Fronteras de la Investigación Contable-Financiera-Económica: autonomía y interdisciplinariedad. **rev.fac.cienc.econ.**, Vol. XVII (1), Junio 2009, 179—194.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; LIMA, G. T. The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach, **Revista de Economia Política**, vol. 16, nº 2 (62), abril-junho/96.

BRUNO, M. Macroanálise, Regulação e o Método: Uma alternativa ao holismo e ao individualismo metodológicos para uma macroeconomia histórica e institucionalista, **Revista de Economia Política**, 25 (4), 2005.

CAILLÉ, A. NEM HOLISMO NEM INDIVIDUALISMO METODOLÓGICOS. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13 n. 38 (1998).

CARRIER, J. Introduction, *A Handbook of Economic Anthropology*, Cheltenham & Northampton, Edward Elgar Publishing Ltd., 2005.

CARVALHO, F. C. Moeda, Produção e Acumulação: uma perspectiva pós-keynesiana, em Silva, M. L. F. (org), **Moeda e Produção: Teorias comparadas**, Ed. UnB, Brasília, 1982.

CATÃO, L. Do Tratado sobre Probabilidade à Teoria Geral: o conceito de racionalidade em Keynes. **Revista de Economia Política**, vol. 12, nº 1 (45), janeiro-março 1992.

CHICK, V. A Evolução do Sistema Bancário e a Teoria da Poupança, do Investimento e dos Juros. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (15)1: 9-23, 1994.

———. On Open Systems. **Brazilian Journal of Political Economy**, vol. 24, nº 1 (93), January-March/2004.

CHICK, V.; DOW, S. C. The meaning of open systems. **Journal of Economic Methodology**, 12 (3), pp. 363-381, 2005.

CHONG, K.; TUCKETT, D. Constructing conviction through action and narrative: how money managers manage uncertainty and the consequence for financial market functioning. **Socio-Economic Review**, v.13(2), pp. 309-330, 2015.

CLASTRES, P. *Arqueologia da violência – pesquisas em antropologia política*; prefácio de Bento Prado Jr.; tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

DAL MAGRO, T. Revoluções, Incomensurabilidade e Racionalidade Científica nos Escritos tardios de Thomas Kuhn, **Principia**, 17(1): 183–216 (2013).

DEQUECH, D. Uncertainty and Economic Sociology: A Preliminary Discussion. **American Journal of Economics and Sociology**, Vol. 62, No. 3 (July, 2003).

———. Institutions, social norms, and decision-theoretic norms. **Journal of Economic Behavior & Organization**, 72 (2009) 70–78.

DOBB, M. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. “Introdução: A Propósito da Ideologia”, Martins Fontes: São Paulo, 1977.

DOW, S. C. Cognition, market sentiment and financial instability, **Cambridge Journal of Economics**, 2011, 35, 233–249.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. Algumas formas primitivas de classificação (1903), In: *Ensaio de Sociologia*, São Paulo: Perspectiva, 1990.

EVANS, T. Marxian and post-Keynesian theories of finance and the business cycle. **Capital & Class**, Summer 2004; vol. 28, 2: pp. 47-100.

FAMA, E. F. Efficient Capital Markets: A Review of Theory and Empirical Work. **The Journal of Finance**, v. 25, n.2, p. 383-417, 1970.

———. Efficient Capital Markets II. **The Journal of Finance**, v. 46, n. 5, pp. 1575-1617, 1991.

FERNÁNDEZ, A. M. La teoría mimética de René Girard. Una visión crítica. **Gazeta de Antropología**, 2014, 30 (1), artículo 08.

GAUER, R. M. C. Interdisciplinaridade e pesquisa, **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 536-543, set.-dez. 2013.

GARCIA JÚNIOR, C. A. S.; VERDI, M. I. M. INTERDISCIPLINARIDADE E COMPLEXIDADE: UMA CONSTRUÇÃO EM CIÊNCIAS HUMANAS. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.12, n.2, p.01-17 Jul-Dez. 2015.

GARCIA-PARPET, M. F. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-en-sologne, **Estudos Sociedade e Agricultura**, 20, abril 2003: 5-44.

GARCÍA-QUERO, F.; OLLERO-PERÁN, J. Is Neoclassical Economics Scientific Knowledge Detached from Ethics? A Kantian Answer, an Institutional Alternative, **Review of Radical Political Economics**, 2015, Vol. 47(1) 56–69.

GEERTZ, C. Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura, In: *A Interpretação das Culturas*. 1.ed., 13.reimpr. - Rio de Janeiro : LTC, 2008 [1978].

GERMER, C. Marx e a teoria do dinheiro como mercadoria: fundamentos lógicos, **Crítica Marxista**, 37 (2013).

GRANOVETTER, M. Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness, **American Journal of Sociology**, Vol. 91, No. 3 (Nov., 1985), pp. 481-510.

GREGORY, C. A. *Gifts and Commodities*. 2015 by C. A. Gregory and HAU Books, First Edition © 1982 Academic Press, London. All rights reserved.

HART, K. Money: one anthropologists view. In: Carrier, James (ed.), *A Handbook of Economic Anthropology*, Cheltenham & Northampton, Edward Elgar Publishing Ltd., 2005.

HART, K.; ORTIZ, H. The Anthropology of Money and Finance: Between Ethnography and World History. **Annual Review of Anthropology** (43), 465–82 (2014).

HERSCOVICI, A. Keynes e o conceito de capital: reflexões epistemológicas a respeito das premissas sraffianas da Teoria Geral, **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 3 (132), pp. 486-504, julho-setembro/2013.

HERSCOVICI, A.; MANDARINO, G. V. Ação dos agentes e o conceito de tempo: uma reflexão pós-keynesiana. **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB)**, de 3 a 5 de agosto de 2011, Rio de Janeiro/RJ.

HO, K. *Liquidated: An Ethnography of Wall Street*. Duke University Press: Durham and London, 2009.

———. Anthropology of Finance. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, 2ª edição, v. 9, 2015.

HUMPHREY, C.; HUGH-JONES, S. Introduction: Barter, exchange and value, In: Humphrey, Caroline & Hugh-Jones, Stephen (ed.) *Barter, exchange and value: an anthropological approach*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

IQUIAPAZA, R. A.; AMARAL, H. F.; BRESSAN, A. A. Evolução da Pesquisa em Finanças; epistemologia, paradigma e críticas. **Organizações e Sociedade**, v. 16 n. 49 (2009).

KAHNEMAN, D., TVERSKY, A. Judgement under Uncertainty: Heuristics and Biases. **Science**, September 27, 1974, Vol.185(4157), pp.1124-1131.

———. Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk. **Econometrica**, Vol. 47, No. 2 (Mar., 1979), pp. 263-292.

———. Rational Choice and the Framing of Decisions. **The Journal of Business**, Vol. 59, No. 4, Part 2: The Behavioral Foundations of Economic Theory (Oct., 1986), pp. S251-S278.

KEYNES, J. M. Teorias Alternativas da Taxa de Juros, **Literatura Econômica**, 9(2): 147-158, 1987.

———. Teorias ex-ante da Taxa de Juros, **Literatura Econômica**, 9(2): 165-172.

KLIMOVSKY, G.; HIDALGO, C. *La inexplicable Sociedad: Cuestiones de epistemología de las ciencias sociales*, 1.a reimpressão: mayo de 2012, Buenos Aires: A-Z editora S.A.

KOPYTOFF, I. A Biografia Cultural das Coisas: a mercantilização como processo. In: Appadurai, A. (ed.), *A vida social das coisas – As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. EdUFF, 2008 [1986].

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*, São Paulo: Perspectiva, 5ª ed., 1998.

KROEBER, A. L. O Superorgânico (1917), In: *A Natureza da Cultura*, Lisboa: Edições 70. 1993 (pp. 39-79).

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001 [1986].

LÉVI-STRAUSS, C. Introdução à Obra de Marcel Mauss, In: *Marcel Mauss – Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac Naify, 2003.

LIMA, J. C.; CORTES, S. M. V. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 416-435, set.-dez. 2013.

LUZ, M. R. S.; FRACALANZA, P. S. A Gênese do Indivíduo e o Indivíduo da Gênese: Uma Abordagem Multidisciplinar Acerca do Papel da Ideologia Cristã nas Origens do Homem (Econômico), **Revista ANPEC**, vol. 14 (2013) n. 1, pp 189 – 210.

MALINOWSKI, B. *Magic, Science and Religion and Other Essays*. The Free Press: Glencoe, Illinois, 1948.

MANKIWI, N. G. A Quick Refresher Course in Macroeconomics, **Journal of Economic Literature**, vol. 28, n. 4, dec. 1990, pp. 1645-1669.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas (1925), In: *Marcel Mauss – Sociologia e Antropologia*, São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MARCATO, M. B. Microfundamentos: H. Minsky e os modelos de fragilidade financeira. **Revista de Economia**, v. 40, n. 2(ano 38), p. 39-58, mai./ago. 2014. Editora UFPR.

MARKOWITZ, H. Portfolio Selection. **The Journal of Finance**, v. 7, no. 1 (1952), pp. 77-91.

MARQUES, M. A. Interdisciplinaridade em Foucault: encontro com a geografia. **Espaço Plural**, Ano XVI, Nº 32, 1º Semestre 2015, p.204-223.

MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 2. Ed. (2. Tiragem): São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1933].

MAURER, B. Finance. In: Carrier, James (ed.), *A Handbook of Economic Anthropology*, Cheltenham & Northampton, Edward Elgar Publishing Ltd., 2005.

———. The Anthropology of Money. **Annual Review of Anthropology** (35), 15-36 (2006).

MCGOUN, E. G. On Knowledge of Finance. **International Review of Financial Analysis**, Vol. 1, NO. 3, 1Q2, pp. 161-177 (1992).

MEAD, M. *Sex And Temperament In Three Primitive Societies*, Routledge And Kegan Paul, London And Henly, 1935.

MIGUÉLEZ, M. M. Paradigmas emergentes y ciencias de la complejidad. **Opción**, Año 27, No. 65 (2011): 45 – 80.

MIYAZAKI, H. *Arbitraging Japan: Dreams of Capitalism at the End of Finance*, University of California Press, 2013.

———. The Gift in Finance, **NatureCulture**, 2013.

MODIGLIANI, F.; MILLER, M. H. The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment. **The American Economic Review**, Vol. 48, No. 3 (Jun., 1958), pp. 261-297.

MOLLO, M. L. R. As Controvérsias Monetárias do Século XIX, **Ensaio FEE**, abril 1994.

———. A importância analítica da moeda em Marx e Keynes. **Análise Econômica**, Ano 16, n. 29, março de 1998.

———. Moeda, Taxa de Juros e Preferência pela Liquidez em Marx e Keynes, G. T. Lima e J. Sicsú (Org.), **Macroeconomia do Emprego e da Renda – Keynes e o Pós-Keynesianismo**, Barueri, Manole, 2003.

———. Capital Fictício, Autonomia Produção-Circulação e Crises: Precedentes Teóricos para o Entendimento da Crise Atual, **Economia**, Brasília(DF), v.12, n.3, p.475–496, set/dez 2011.

MOLLO, M. L. R.; AMADO, A. M. Globalização e Blocos Regionais – Considerações Teóricas e Conclusões de Política Econômica, **Estudos Econômicos**, vol. 31, n. 1, 2001.

MÜLLER, L. H. A. *Mercado exemplar: um estudo antropológico sobre a bolsa de valores*, Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

PÉREZ RODRÍGUEZ, O. E. (2015). Interpretations and Theoretical Uses of the Concept of Rationality in Economics. **Equidad & Desarrollo** (23), 223-240.

POLANYI, K. *A grande Transformação: as origens de nossa época*, Rio de Janeiro, Campus, 1980, 360p.

POPPER, K. *Conjecturas e Refutações (O progresso do conhecimento científico)*. Brasília, Editora da UNB, 1994.

PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização, **Crítica Marxista**, 39 (2014).

RADIN, M. J. *Contested Commodities: The Trouble with Trade in Sex, Children, Body Parts, and Other Things*, Harvard University Press, Cambridge, Mass., 2001, xiv + 279 pp.

RAMESH, T.; VENKATESHWARLU, M. A New Quantitative Behavioral Model for Financial Prediction. **International Proceedings of Economics Development and Research**, v. 12, 2011.

RAYNAUT, C. Os desafios contemporâneos da produção do conhecimento: o apelo para interdisciplinaridade. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.11, n.1, p. 1-22, Jan./Jun. 2014.

SÁEZ, O. C. ESSE OBSCURO OBJETO DA PESQUISA: Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia, 1ª edição. Edição do Autor: Ilha de Santa Catarina, 2013.

SAHLINS, M. The Sociology of Primitive Exchange, In: *Stone Age Economics*, Aldine· Atherton, Inc., 1972.

———. *Ilhas de História*, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SALGADO, R. S. A Performance da Etnografia como Método da Antropologia. **Antropológicas**, nº 13, 2015.

SCHUMPETER, J. A. *History of Economic Analysis*, Part I: “Scope and Method”, Oxford University Press: New York, 1961.

SCHWARTZ, G. A propósito da realidade da ideologia na teoria econômica (Reflexões em torno da polêmica Dobb-Schumpeter). **Revista de Economia Política**, Vol. 3, nº 2, abril-junho/1983.

SHARPE, W. F. Capital Asset Prices: A Theory of Market Equilibrium under Conditions of Risk. **The Journal of Finance**, v. 19, no. 3 (1964), pp. 425-442.

SHILLER, R. J. From Efficient Markets Theory to Behavioral Finance. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 17(1), pp. 83 – 104, 2003.

SIMMEL, G. *The Philosophy of Money (1900)*, 3rd ed., London: Routledge, 2004.

SOTIROPOULOS, D. P.; LAPATSIORAS, S. Financialization and Marx: Some Reflections on Bryan’s, Martin’s and Rafferty’s Argumentation, **Review of Radical Political Economics**, 2014, vol. 46 (1), pp. 87-101.

TSING, A. Sorting out commodities: How capitalist value is made through gifts. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, vol. 3 (2013), (1): 21–43.

TUCKETT, D. Financial markets are markets in stories: Some possible advantages of using interviews to supplement existing economic data sources. **Journal of Economic Dynamics & Control**, v. 36 (2012), p. 1077–1087.

TYLOR, E. B. *Primitive Culture: researches into the development of mythology, philosophy, religion, language, art, and custom*, London: Murray, 1920 [1871].

VALVERDE LIMA, M. Um Estudo sobre Finanças Comportamentais. **RAE-eletrônica**, Volume 2, Número 1, jan-jun/2003.

VELHO, G. Os novos sentidos da Interdisciplinaridade, **MANA** 16(1): 213-226, 2010.

———. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **MANA**, 17(1): 161-185, 2011.

VIEIRA, J. G. S.; FERNÁNDEZ, R. G. A Estrutura das Revoluções Científicas na Economia e a Revolução Keynesiana, **Estudos Econômicos**, São Paulo, 36(2): 355-381, abr-jun 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O conceito de sociedade em antropologia, In: Viveiros de Castro, Eduardo, *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*, São Paulo: Cosac Naify, 2014.